

PALÁCIO BARRIGA-VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO LVII

FLORIANÓPOLIS, 22 DE AGOSTO DE 2007

NÚMERO 5.768

16ª Legislatura
1ª Sessão Legislativa

MESA

Julio Cesar Garcia

PRESIDENTE

Clésio Salvaro

1º VICE-PRESIDENTE

Ana Paula Lima

2º VICE-PRESIDENTE

Rogério Mendonça

1º SECRETÁRIO

Valmir Comin

2º SECRETÁRIO

Dagomar Carneiro

3º SECRETÁRIO

Antônio Aguiar

4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO

João Henrique Blasi

PARTIDOS POLÍTICOS

(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA

Líder: Kennedy Nunes

PARTIDO DO MOVIMENTO

DEMOCRÁTICO BRASILEIRO

Líder: Manoel Mota

DEMOCRATAS

Líder: Gelson Merísio

PARTIDO DOS TRABALHADORES

Líder: Padre Pedro Baldissera

PARTIDO DA SOCIAL

DEMOCRACIA BRASILEIRA

Líder: Marcos Vieira

PARTIDO TRABALHISTA

BRASILEIRO

Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO REPUBLICANO

BRASILEIRO

Líder: Odete de Jesus

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA

Líder: Professor Grandó

PARTIDO DEMOCRÁTICO

TRABALHISTA

Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Romildo Titon - Presidente

Marcos Vieira - Vice Presidente

Darci de Matos

Cesar Souza Júnior.

Pedro Uczai

Pe. Pedro Baldissera

Narcizo Parisotto

Joares Ponticelli

João Henrique Blasi

Terças-feiras, às 9:00 horas

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Reno Caramori - Presidente

Décio Góes - Vice Presidente

Sargento Amauri Soares

Serafim Venzon

Manoel Mota

Renato Hinnig

Onofre Santo Agostini

Terças-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Jailson Lima da Silva - Presidente

Odete de Jesus - Vice Presidente

Darci de Matos

Herneus de Nadal

Jandir Bellini

Jorginho Mello

Genésio Goulart

Quartas-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE AGRICULTURA, E POLÍTICA RURAL

Moacir Sopelsa - Presidente

Reno Caramori - Vice Presidente

Sargento Amauri Soares

Dirceu Dresch

Marcos Vieira

Gelson Merísio

Romildo Titon

Quartas-feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Onofre Santo Agostini - Presidente

Joares Ponticelli - Vice Presidente

Dirceu Dresch

José Natal Pereira

Renato Hinnig

João Henrique Blasi

Professor Grandó

Terças-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Jorginho Mello - Presidente

Gelson Merísio - Vice Presidente

Décio Góes

José Natal Pereira

Jandir Bellini

Manoel Mota

Renato Hinnig

Odete de Jesus

Silvio Dreveck

Quartas-feiras, às 09:00 horas

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Dirceu Dresch - Presidente

Sargento Amauri Soares - Vice Presidente

Cesar Souza Júnior

Edson Piriquito

Herneus de Nadal

Kennedy Nunes

Nilson Gonçalves

Quartas-feiras às 11:00 horas

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E MINAS E ENERGIA

Silvio Dreveck - Presidente

Renato Hinnig - Vice Presidente

Ada de Luca

Elizeu Mattos

Marcos Vieira

Pedro Uczai

Professor Grandó

Quartas-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Décio Góes - Presidente

José Natal Pereira - Vice Presidente

Cesar Souza Júnior

Edson Piriquito

Renato Hinnig

Reno Caramori

Professor Grandó

Quartas-feiras, às 13:00 horas

COMISSÃO DE SAÚDE

Genésio Goulart - Presidente

Jailson Lima da Silva - Vice Presidente

Edson Piriquito

Gelson Merísio

Kennedy Nunes

Serafim Venzon

Odete de Jesus

Terças-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER

Ada de Luca - Presidente

Pedro Uczai - Vice Presidente

Genésio Goulart

Kennedy Nunes

Elizeu Mattos

Serafim Venzon

Odete de Jesus

Quartas-feiras às 10:00 horas

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTO

Darci de Matos - Presidente

Pedro Uczai - Vice Presidente

Ada de Luca

Manoel Mota

Jorginho Mello

Professor Grandó

Silvio Dreveck

Quartas-feiras às 08:00 horas

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Nilson Gonçalves - Presidente

Narcizo Parisotto - Vice Presidente

Ada de Luca

Jandir Bellini

Elizeu Mattos

Moacir Sopelsa

Jailson Lima da Silva

Terças-Feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Odete de Jesus - Presidente

Kennedy Nunes - Vice Presidente

Jailson Lima da Silva

Moacir Sopelsa

Joares Ponticelli

Nilson Gonçalves

Onofre Santo Agostini

Romildo Titon

João Henrique Blasi

**DIRETORIA
LEGISLATIVA**

Coordenadoria de Publicação:
responsável pela digitação e/ou
revisão dos Atos da Mesa Diretora e
Publicações Diversas, diagramação,
editoração, montagem e distribuição.
Coordenador: Eder de Quadra
Salgado

Coordenadoria de Taquigrafia:
responsável pela digitação e revisão
das Atas das Sessões.
Coordenadora: Lenita Wendhausen
Cavallazzi

**Coordenadoria de Divulgação e
Serviços Gráficos:**
responsável pela impressão.
Coordenador: Claudir José Martins

**DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA
EXPEDIENTE**

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves
Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC
CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500
Internet: www.alesc.sc.gov.br

IMPRESSÃO PRÓPRIA
ANO XII - NÚMERO 1784
1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES
EDIÇÃO DE HOJE: 32 PÁGINAS

ÍNDICE**Plenário**

Ata da 061ª Sessão Ordinária da
16ª realizada em 16/08/20072
Ata da 015ª Sessão Solene da
16ª realizada em 20/08/2007 às
19h14

Publicações Diversas

Audiência Pública.....18
Atas das Comissões
Permanentes27
Aviso de Resultado.....28
Extratos28
Projetos de Lei.....29
Redações Finais.....31

PLENÁRIO

ATA DA 061ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 16 DE AGOSTO DE 2007 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

As 9h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Antônio Aguiar - Edson Piriquito - Elizeu Mattos - Genésio Goulart - Herneus de Nadal - João Henrique Blasi - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - José Natal - Kennedy Nunes - Manoel Mota - Marcos Vieira - Nilson Gonçalves - Odete de Jesus - Onofre Santo Agostini - Pedro Baldissera - Professor Grandó - Renato Hinnig - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Serafim Venzon - Silvio Dreveck.

SUMÁRIO**Breves Comunicações**

DEPUTADA ODETE DE JESUS - Manifesta preocupação com os transgênicos e sua repercussão no estado.

DEPUTADO KENNEDY NUNES - Expõe levantamento de ex-diretor da Udesc sobre aumento de vagas na universidade do estado.

DEPUTADO SILVIO DREVECK (aparte) - Elogia a qualidade do ensino da Udesc e a iniciativa do deputado Kennedy Nunes.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES (aparte) - Solidariza-se com a proposta do deputado Kennedy Nunes relativa à Udesc.

DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Refere-se à necessidade de mudanças na legislação do Super Simples Nacional.

DEPUTADO SERAFIM VENZON (aparte) - Lembra a importância da microempresa na geração de empregos e pede pressão sobre o Confaz para mudança no Super Simples.

DEPUTADO JOSÉ NATAL (aparte) - Informa que a comissão de Constituição e Justiça realizou audiência pública e encaminhará moções à Brasília pedindo modificações na legislação do Super Simples.

Partidos Políticos

DEPUTADO SERAFIM VENZON - Discorre sobre a situação da saúde e dos valores repassados pelo governo federal aos estados e municípios.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (pela ordem) - Anuncia a nomeação de Leodegar Tiscoski para o cargo de secretário nacional de Saneamento Ambiental do ministério das Cidades.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (pela ordem) - Manifesta-se acerca da política pública do saneamento e com a verdadeira dimensão dos eventos relacionados ao meio ambiente.

DEPUTADO PEDRO BALDISSERA (pela ordem) - Registra a presença do prefeito de São José do Cedro, José Sanchett.

DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ - Anuncia a realização da Conferência Caio Prado Júnior, em Brasília.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Refere-se aos Jogos Parapan-Americanos.

DEPUTADO MANOEL MOTA - Fala das barragens do sul do estado.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Comenta a nomeação de Leodegar Tiscoski para a secretaria nacional de Saneamento; exige do deputado Manoel Mota a renúncia ou a comprovação de suas afirmações quanto à quantidade de cargos comissionados nos governos Amin e Luiz Henrique.

Explicação Pessoal

DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Refere-se ao número de ACTs no governo Amin e à estrutura do governo Luiz Henrique; elogia a atuação da Fatma.

DEPUTADO MANOEL MOTA (aparte) - Ataca o deputado Joares Ponticelli e reafirma suas declarações acerca da menor estrutura administrativa do governo Luiz Henrique.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Aborda o julgamento do processo contra o governador no TSE; continua desafiando o deputado Manoel Mota na comparação dos cargos comissionados nos governos do PP e do PMDB.

DEPUTADO RENO CARAMORI - Denuncia problemas na SC-302.

DEPUTADO MANOEL MOTA - Tece críticas ao deputado Joares Ponticelli.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI (aparte) - Desmente notícia da cassação do prefeito de Governador Celso Ramos.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Exorta os parlamentares a utilizar a tribuna para discutir temas significativos para o estado.

DEPUTADO SERAFIM VENZON - Fala da instalação de fábrica de cimento na região do Alto Vale, da construção da Rodovia do Cimento e da necessidade da PPPs.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores. (São lidas e aprovadas as atas.)

Passaremos às Breves Comunicações.

Inscrita para falar, em primeiro lugar, a sra. deputada Odete de Jesus, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Sr. presidente, deputado Antônio Aguiar, demais integrantes da mesa, sras. deputadas, srs. deputados, amigos que nos acompanham através da TVAL e da Rádio Aleesc Digital, imprensa falada, escrita e televisada.

Sr. presidente, ontem eu não tive tempo suficiente para fazer as minhas manifestações a respeito dos transgênicos, produtos geneticamente modificados.

Usei dez minutos ontem e mais os cinco do meu partido, o PRB, nota dez, número dez, mas não consegui, em 15 minutos, passar tudo o que me está preocupando quanto aos produtos geneticamente modificados, os transgênicos.

Conversei ontem com o deputado Genésio Goulart, e já há um acordo entre o presidente da comissão de Agricultura e o presidente da comissão de Saúde, deputado Genésio Goulart, da qual também sou integrante, para que possamos realizar, no dia 4 de setembro, uma audiência pública para que os agrônomos, os deputados, os representantes do Poder Executivo e a população catarinense se manifestem e dêem suas opiniões.

Mas, sr. presidente e srs. deputados, apresentei um pedido de informação no dia 26 de junho, para ser encaminhado ao Executivo, com questionamentos sobre o plantio dos transgênicos e obtive resposta no dia 16 de julho, assinada pelo nosso ex-colega, deputado Antônio Ceron, hoje secretário da Agricultura, que deu as seguintes informações aos meus, questionamentos:

(Passa a ler.)

"[...]

1.0 Conselho Técnico Catarinense de Biossegurança-CTCBio

<http://www.biosseguranca.sc.gov.br> está em funcionamento desde a execução da lei que o criou, estando no segundo mandato de seus conselheiros. Entretanto, não tem emitido pareceres para quaisquer agências de vigilância sanitária. Também não há monitoramento de atividades e projetos relacionados à engenharia genética e aos organismos geneticamente modificados.

2. Não há registros de indústrias e estabelecimentos comerciais e não comerciais que comercializem alimentos de origem vegetal ou animal que contenham ou provenham de organismos geneticamente modificados.

3. Não é possível afirmar que têm sido observadas as exigências quanto à informação em rotulagem, sobre possíveis riscos à saúde humana.

4. Não há estudo sobre pessoas afetadas por transgênicos em Santa Catarina. Por oportuno, informamos que o Conselho Técnico, o CTCBio, encaminhou à Comissão de Agricultura da Assembléia Legislativa um artigo dos pesquisadores Terje Traavik e Jack Heinemann, publicado em 10 de novembro de 2006, sob o título 'Engenharia Genética e a Pesquisa Omitida da Saúde: velhas perguntas ainda sem

respostas'. O artigo relata os casos pesquisados ou por serem pesquisados sobre os riscos dos transgênicos sobre a saúde humana, citando 55 artigos científicos publicados. A versão original, publicada em inglês, pode ser encontrada em <http://www.biosafety-info.net/file/dir/719762120455431f1a3942.pdf>.

Cabe também informar que o CTCBio fez contato com as universidades estaduais através da ACAFE, para realizar uma pesquisa entre os cidadãos catarinenses, entretanto não alcançamos dispor da estrutura necessária para tal.

5. Não houve contratação de consultoria para o desempenho das atividades do CTCBio.

6. Não houve perícias durante o período de moratória da lei supracitada.

7. A Secretaria da Agricultura e do Desenvolvimento Rural não tem executado a fiscalização relativa à defesa sanitária vegetal e animal quanto ao cultivo, criação ou plantações de organismos geneticamente modificados, em razão das repetidas medidas provisórias emitidas pela presidência da República, para liberação do cultivo de transgênicos no país. Entretanto, a CIDASC, através da Gerência de Defesa Sanitária Vegetal, executa o Projeto 'Soja - Ocorrência de Organismos Geneticamente Modificados', e tem os resultados da safra de soja 2005/2006 apresentados em seu sítio: www.cidasc.sc.gov.br/SiteBiosseguranca/E7a/mapa_estatistica_02.htm.

Os dados obtidos indicam que os agricultores catarinenses cultivam soja transgênica em 70% da área plantada com aquela leguminosa. Este projeto continua em execução para a safra 2006/2007.

8. Não houve notificações por infração prevista na legislação pertinente.

9. As indústrias que produzem alimentos que possam conter organismos geneticamente modificados não têm apresentado relatórios de impacto ambiental.

10. O CTCBio não tem informações sobre fiscalização de alimentos que contenham transgênicos através da secretaria da Saúde.

[...] [sic]

E assim por diante.

Essa foi a resposta do secretário da Agricultura, deputado Antônio Ceron, nosso colega.

Como não há fiscalização, esta deputada entrou com esse projeto que pede o carimbo identificador em todos os produtos que virão para o mercado, porque não compraria um produto que não foi devidamente experimentado, no qual não foram feitas pesquisas para saber se é benéfico ou maléfico. Eu não colocaria na mesa para minha família consumir.

O relator, deputado Darci de Matos, apreciou e deu parecer favorável pela tramitação desse nosso projeto, mas estamos aguardando ainda o pedido de vista do deputado João Henrique Blasi, líder do governo.

Sr. presidente, vou continuar o assunto, não vou deixar o samba morrer e numa próxima oportunidade voltarei para novas explicativas, para chamar a atenção da população catarinense e para pedir que nos ajude e participe da nossa audiência pública dia 4 de setembro.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Esta Presidência sente-se honrada com a presença do vice-prefeito Adilson Lischkovski e dos vereadores Israel Kiem e Juscelino Wojciechowski, do município de Major Vieira. Sintam-se em casa.

Com a palavra o sr. deputado Kennedy Nunes, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, público que nos assiste pela TVAL, que nos ouve pela Rádio Aleesc Digital, colegas da imprensa. Digo colegas por eu ser também jornalista, apesar de dizerem que a expressão colega, Valter Souza, surgiu nos colégios. Então, só somos colegas quando estudamos juntos, senão iremos para a máxima do PT, e seremos companheiros. Então, aos nobres jornalistas que estão aqui acompanhando, tanto os da Casa, quanto os de fora, meus cumprimentos.

Deputada Odete de Jesus, essa bandeira que v.exa. levanta é muito interessante, e se precisar, tem a nossa bancada para lutar junto com v.exa.

Deputado Nilson Gonçalves, nós, que somos de Joinville, estamos vivendo um momento importante na região, desde que foi anunciada a instalação da Universidade Federal de Santa Catarina que, pelo que parece, vai ser em Joinville, na curva do arroz, onde hoje está o trevo de acesso sul.

Mas uma pessoa que v.exa. conhece, deputado Nilson Gonçalves, o professor Nelson Trigo, professor da Udesc, que já foi diretor daquela instituição, que já foi candidato a reitor da Univille e que também é conhecido do deputado Silvío Dreveck, levanta uma bandeira que eu acho que é extremamente interessante para todos nós, deputados, porque vai ter reflexos em todas as unidades da Udesc em Santa Catarina.

O professor Nelson Trigo fez um levantamento em Joinville sobre as vagas disponíveis através do vestibular, deputado Elizeu Matos, as que estão sendo preenchidas e as que existem por desistência daqueles passam no vestibular e acabam desistindo. É impressionante o resultado desse levantamento no município.

A Udesc oferece ensino público, gratuito e de qualidade. É uma universidade que, paga com o dinheiro dos catarinenses, dá qualificação profissional para os jovens que não têm, muitas vezes, condições de pagar. O levantamento está no sítio da Udesc, no Centro de Ciências Tecnológicas de Joinville, e também o saldo de vagas do segundo semestre de 2007, ou seja, este semestre, em todos os departamentos. E há uma série de cursos que somam 679 itens de cursos e departamentos que há na Udesc e nas faculdades de Engenharia, tanto Civil, quanto Química e Mecânica. O número de vagas disponíveis, a partir do vestibular, é de 19.914.

Catarinenses e srs. deputados que têm Udesc nas suas regiões, vejam que interessantes esses números: em Joinville temos 19.914 vagas disponíveis, mas estão sendo ocupadas neste semestre 12.612 vagas. Nós temos abertas, em Joinville, somando os vários cursos, 7.302 vagas. É claro que nas diversas matérias. Isso perfaz na Udesc de Joinville quase que 40% da oferta de vagas porque os alunos ou desistem ou trancam.

A proposta do professor e ex-diretor Nelson Trigo é que, por exemplo, o curso que oferece 40 vagas aumente para 50. Aumentando apenas 10 vagas estariamos, sem aumentar os custos e sem a necessidade de contratação de novos professores, abrindo, já para o próximo semestre, 640 vagas para alunos carentes estudarem no ensino gratuito e público da Udesc.

Volto a dizer, deputado Silvio Dreveck, isso apenas aumentando dez vagas nos cursos que oferecem 40 vagas. Aumentando para 50 no primeiro semestre poderia até ficar um pouco mais complicado para o professor, que no primeiro semestre, ao invés de dar aula para 40, daria aula para 50 alunos. Hoje, temos várias matérias como, por exemplo, Pesquisa Operacional, que deveria haver em sala de aula 40 alunos e só há seis. Logo, há 34 vagas disponíveis.

Então, volto a dizer que, na proposta do professor e ex-diretor Nelson Trigo, é possível o governo aumentar o número de ofertas no vestibular. E nós vamos reduzir essas vagas que estão para ser preenchidas sem custo adicional, seja no investimento ou até na contratação de professores.

É por isso que estou propondo nesta Casa a realização de uma audiência pública com todos os diretores das unidades da Udesc, professores e alunos, para que possamos fazer isso em todos os lugares onde haja a Udesc. Em Joinville, essa prática aumentaria quase que 700 vagas para o próximo semestre, sem precisar construir universidade, contratar professor ou qualquer coisa assim.

É uma proposta inteligente que estou trazendo nesta manhã para a Casa, pedindo o apoio dos nobres deputados para que possamos conversar mais sobre isso.

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Pois não!

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - Nobre deputado Kennedy Nunes, v.exa. trouxe um assunto para este plenário, para esta Assembléia, da maior relevância porque, em primeiro lugar, a Udesc oferece conhecimento a nós, catarinenses, e tem um dos melhores conceitos no Brasil como universidade em vários cursos. Digo isso porque em São Bento do Sul a Udesc tem um *campus* que começou na nossa gestão e elevou o nível de conhecimento de toda a região norte.

Quero solidarizar-me com v.exa., e estarei junto nesta empreitada para debatermos este assunto tão relevante.

Muito obrigado, deputado!

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Pois não!

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - É só para parabenizá-lo pela iniciativa e ao professor Trigo pelo estudo. E v.exa. pode contar com este deputado também para essa iniciativa.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Vamos levantar essa bandeira aqui, que tenho certeza de que vai ser de extrema importância para os jovens que não têm condições de pagar a sua universidade. E o melhor de tudo é uma proposta, deputado Manoel Mota, que não precisa de investimento nenhum. Tem custo zero! Somente abrindo vagas, ocupando as vagas que estão abertas e sendo gasto o dinheiro. Por isso que a proposta é inteligente!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Inscrito o deputado Herneus de Nadal, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, assomo à tribuna para, mais uma vez, fazer referência aos problemas enfrentados por conta do aumento da carga tributária pelas nossas micro e pequenas empresas.

A lei do Super Simples, que todos nós imaginávamos que pudesse oferecer incentivos, que pudesse diminuir, desonerar, os impostos, os tributos, a carga tributária, de forma inversa, de forma contrária e até, se ousarmos um pouco, temos a condição de dizer que, de forma perversa, vem e penaliza esse segmento como jamais ocorreu antes.

É verdade, srs. deputados, o setor da prestação de serviços, dentre os quais o de transportes, quem sabe é o ramo mais penalizado de todos.

Santa Catarina sempre se destacou na atenção e no trabalho diferenciado concedido à microempresa por tudo aquilo que ela representa dentro da nossa economia e também por aquilo que significa no contexto social do nosso estado, gerando vagas de trabalho e fazendo com que os integrantes da própria família que mantêm o negócio possam ocupar-se de uma atividade que, com incentivos fortes, sempre conseguiu fazer com que o nosso estado fosse um modelo para o país nessa área empresarial.

Pois bem, agora, dentro do princípio da hierarquia das leis, a legislação federal vem e veda o crédito do ICMS para os adquirentes das mercadorias dos nossos microempresários. E Santa Catarina que era, srs. deputados, o único estado da federação que permitia esse crédito às empresas compradoras, agora não pode mais conceder o incentivo às micro e pequenas empresas, se não for alterada a legislação federal ou se não houver um entendimento, através do Confaz, entre todas as secretarias da Fazenda dos estados que compõem a nossa federação.

Então, este é o quadro: de aumento da carga tributária. E todos nós fazemos diariamente manifestações aqui mesmo no Parlamento e a própria bancada do PMDB, secundada pelas bancadas que compõem a base de sustentação, pelas bancadas que governam o estado de Santa Catarina, prontamente retirou o projeto que penalizava setores importantes da nossa sociedade.

Por isso mesmo, deputado Serafim Venzon, nós esperamos que o Congresso Nacional pressione o Executivo federal para que possamos retomar o trabalho para incentivar os nossos micro e pequenos empresários que são os responsáveis pela geração esmagadora da maioria das vagas, das oportunidades de trabalho em nosso país.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Concedo, com muita alegria e satisfação, um aparte a v.exa. que tem sido, quando prefeito lá no município de Brusque e como deputado, um grande incentivador dos micro e pequenos negócios em nosso estado.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Muito obrigado, deputado Herneus de Nadal. V.Exa. levanta um assunto importante. Hoje a microempresa, em Santa Catarina, de 1,2 milhão de empregos que temos na iniciativa privada, emprega diretamente na carteira aproximadamente 400 mil pessoas. E imaginamos que mais de 400 mil estão diretamente relacionadas com as micro e pequenas empresas.

Esse procedimento do governo federal de, praticamente, excluir um grande número de empresas com essa forma simplificada de um imposto menor justamente para beneficiar aquelas que estão começando... E Santa Catarina se destaca exatamente pelo fato de que grande parte das nossas empresas começou pequena. Na minha cidade, na sua cidade, grande parte das nossas empresas começaram pequenas e cresceram gradativamente.

Então, hoje, manter o incentivo à micro e pequena empresa significa facilitar o surgimento de novas empresas, além de a micro e pequena empresas serem um grande instrumento da divisão da renda que temos.

Parabéns a v.exa.! Aliás, no dia 21 o Confaz se reúne, e a Assembléia Legislativa - assim como v.exa. já está fazendo - deve fazer pressão sobre o nosso secretário estadual e cada estado deve fazer pressão sobre o seu secretário da Fazenda para que o Confaz libere os estados para concederem esse benefício que Santa Catarina já tinha, que o governador do estado já dava. Nós tão-somente queremos que o governo possa conceder aquilo que já concedia.

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - E que hoje está impossibilitado!

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Hoje está impossibilitado!

O Sr. Deputado José Natal - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Antes de ouvi-lo, gostaria de dizer, rapidamente, que ontem recebi a visita do diretor da empresa Iogurte Carlitos, de São Carlos, hoje uma grande empresa. Ele contou-me a sua história: a sua empresa começou vendendo iogurte em embalagens já usadas para os vizinhos e hoje é uma empresa extremamente importante dentro da nossa economia.

Ouçó v.exa., deputado!

O Sr. Deputado José Natal - Deputado Herneus de Nadal, ontem de manhã, neste plenário, a comissão de Constituição e Justiça, da qual faço parte, com a presença de mais alguns deputados, realizou uma audiência pública tratando desse tema que realmente é importante para Santa Catarina e para os demais estados da federação, no tocante à geração de empregos.

Então, foi decidido aqui, ontem, elaborarmos duas moções para serem encaminhadas a Brasília para tentar viabilizar a questão do transporte levantado por v.exa. agora, pelo Cloir Dassoler, presidente da Famesc, pelos empresários que estavam aqui e pelos seus representantes. Assim, elaboramos uma moção para ser encaminhada realmente a Brasília para que haja a prorrogação e sejam viabilizadas essas situações.

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Agradeço a participação de meus colegas deputados, e vamos trabalhar para que se torne realidade essa nossa expectativa.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quinta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o deputado Serafim Venzon, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, a cada quatro anos, em nível nacional, nos estados e municípios, acontece a Conferência Nacional da Saúde; nos estados, a Conferência Estadual e nos municípios, a Conferência Municipal, para discutir as medidas que a Saúde como um todo no país, que o SUS, vai tomar nesse período de quatro anos.

O conceito de saúde é amplo. Saúde é a sensação de bem-estar; não é apenas a ausência de uma doença, mas ter também a sensação do bem-estar. Essa sensação de bem-estar tem implicações em vários setores da vida de uma pessoa, que naturalmente tem a ver com a qualidade da família, a sua constituição familiar; com a sua moradia, com a sua casa; com o transporte; com o lazer; com muitas implicações. E, talvez, se fôssemos definir, saúde é tudo aquilo que nos circunda e que gera a sensação de bem-estar.

E por isso o maior ministro da Saúde é o presidente da República, e certamente o secretário de estado e o secretário municipal também o são. Lamentavelmente, apesar de termos esse entendimento, o difícil é fazer acontecer.

Eu estive vendo alguns números do ano passado. Em 2006, o governo federal gastou com a saúde aproximadamente R\$ 40 bilhões. E se fôssemos traduzir o que correspondem para Santa Catarina, esse R\$ 40 bilhões, seriam mais ou menos R\$ 700 milhões.

Por outro lado, o estado, por lei, pela chamada PEC n. 29... Aliás, nós, como deputado federal e membro da comissão de Saúde, fizemos um movimento e conseguimos aprovar essa grande lei constitucional que obriga o governo federal a colocar um tanto - que no caso são R\$ 40 bilhões, e que para Santa Catarina correspondem a R\$ 700 milhões -, os estados a colocarem 12% e os municípios a aplicarem 15% em saúde. E o que isso significa em dinheiro? Em Santa Catarina, 12% do orçamento-geral executado dará R\$ 700 ou 800 milhões. E os 15% dos municípios, se somássemos tudo, correspondem, aproximadamente, a mais R\$ 700 milhões.

Então, para quem nos ouve, dá para entender que em Santa Catarina nós recebemos R\$ 700 milhões do governo federal, R\$ 700 ou R\$ 800 milhões do estado e a contribuição dos municípios corresponde a mais R\$ 700 milhões. Portanto, no ano passado, o SUS gastou em Santa Catarina aproximadamente R\$ 2,1 bilhões. É um bom dinheiro, apesar de as necessidades serem maiores.

Eu vejo aqui um grande problema que nós, no nosso entender, precisamos resolver urgentemente. O que são 15% para Florianópolis? O que correspondem a cada florianopolitano 15% do orçamento do município de Florianópolis? O que significam 15% do município de Jaraguá do Sul, para cada cidadão aplicar na saúde lá? O que significam 15% de Palhoça? Eu não sei o número real aqui, até porque poderia estar-me equivocando em alguma informação oficial, mas eu tenho absoluta certeza de que 15% da Palhoça significam 1/4 de 15% de Jaraguá do Sul, em números absolutos. Porque o Orçamento é muito diferente, porque o retorno dos tributos para o município é muito diferente.

A nossa população não sabe, mas no retorno de tributos do estado para o município, ou da União para os estados, lamentavelmente não é usado o coeficiente população, cidadão.

O ICMS, conforme lei federal, retorna para os municípios por lei federal, 75% são obrigados a voltar, conforme o valor agregado, o VA. E em Santa Catarina sobriariam agora 25% para retornar, usando algum coeficiente, alguma coisa para dividir. Aqui, em Santa Catarina, dos 25%, 10% voltam também conforme o VA, e os outros 15% voltam para os municípios de forma igual, como se fosse um bolo dividido em 293 fatias iguais, apesar de os municípios serem muito diferentes.

Eu queria colocar que as duas contas são ruins. Em nenhuma conta importa quantos cidadãos há em Palhoça, quantos há em Jaraguá do Sul, Criciúma ou Florianópolis. Isso parece que não vale nada. Se não houvesse ninguém em Jaraguá do Sul, em Brusque, em Palhoça, enfim, não mudaria nada no retorno do ICMS para lá. E não é por lei estadual nossa, é por lei federal.

Então, quero chamar a atenção desta Casa e também anunciar a quem nos ouve que lamentavelmente se hoje o sistema tributário cobra muito imposto... E discutimos há pouco, através do Super Simples, que essa mudança no Super Simples, na prática, significou um aumento no imposto. Então, se o governo cobra mal, ele divide pior. A divisão tributária, a divisão do bolo tributário é muito injusta e lamentavelmente, como disse, não vale, não conta o número de pessoas que há em cada município. E precisamos mudar isso urgentemente.

Na questão da saúde, por lei os municípios são obrigados a gastar 15%; só que esses 15% de cada município são um valor do ponto de vista absoluto muito variável. O prefeito não compra o serviço, não compra o remédio, não paga o médico, a enfermeira, o farmacêutico. Ele não paga com percentual, ele paga com valor absoluto. Então, talvez tenhamos que encaminhar uma proposta semelhante àquela proposta que fizemos com relação à Educação, ou seja, criar um grande fundo estadual da Saúde, o qual teria que ser dividido conforme o número de pessoas que temos em cada município, porque o valor que cada município tem para gastar com a Saúde é muito variável.

Municípios que têm grandes orçamentos, que recebem muito dinheiro de volta, porque têm indústrias, porque têm uma movimentação econômica grande, têm um valor até razoável, mas um grande número de municípios, que tem pouco movimento econômico recebe, através do SUS, valores melhores, e praticamos assim uma grande injustiça em nome da lei.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o deputado Pedro Uczai, por até dez minutos.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, em nome da nossa liderança da bancada queremos fazer uma comunicação que entendemos relevante para Santa Catarina.

O Diário Oficial da União, na edição de hoje, publica o Ato n. 887, que nomeia o ex-deputado Leodegar da Cunha Tiscoski para exercer o cargo de secretário nacional de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades.

Entendo que, evidentemente, além de ser uma conquista partidária, o nosso partido integra a base do governo Lula, mas acima disso, sr. presidente e deputado Pedro Uczai, eu entendo ser essa uma conquista positiva para Santa Catarina. Afinal de contas, os problemas de saneamento ambiental em Santa Catarina todos nós conhecemos, e esta Casa tem manifestado com frequência essa preocupação. Mas um catarinense assume a partir de agora essa secretaria nacional, a qual está muito vinculada a todos os programas do PAC. Eu penso que essa é uma conquista

extremamente positiva para Santa Catarina e oxalá possamos, a partir de agora, sr. presidente, iniciar efetivamente um processo de saneamento ambiental em nosso estado.

Muito obrigado pelo tempo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Antes da sua fala, deputado Pedro Uczai, esta Presidência gostaria de saudar os alunos da Escola Básica Júlio Korsten, de Jaraguá do Sul, bem como a sua representante Elisângela Iansen.

Obrigado pela presença!

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. presidente, srs. deputados, início o meu pronunciamento falando sobre saneamento.

Queremos registrar aqui que Leodegar Tiscoski foi nosso colega nesta Casa e que já é sucesso na sua nova tarefa, na sua nova responsabilidade, que é grande e que é um dos eixos de atuação da política pública do governo do presidente Lula, que é investir na aceleração do crescimento e que, diferente de só se preocupar com rodovias, ferrovias, portos e aeroportos, também está preocupado com a habitação e o saneamento. E na área de saneamento o governo federal está investindo no Brasil inteiro. E aqui em Santa Catarina vai investir mais de R\$ 378 milhões em sete prefeituras, em sete municípios deste estado, além de outros projetos que virão para cá.

Portanto, com certeza esse catarinense vai desempenhar bem essa tarefa que, para nós que defendemos o governo do presidente Lula nesta área, é fundamental.

Por isso, quem sabe esse é o gancho do debate da grande contribuição que a CPI da Casan deve proporcionar, entre outras contribuições, a essa política pública do saneamento no estado de Santa Catarina. Que essa empresa cumpra a responsabilidade ética e histórica de fazer serviço público na área de saneamento, de água e esgoto. A água e o esgoto são um direito, e cabe ao estado garantir esse direito. Oxalá esta Casa possa efetivamente dar a sua contribuição nesse debate, nesse processo de investigação, para fortalecer as instituições públicas, não para desmontá-las ou destruí-las, mas para fortalecê-las para atender o cidadão ou a cidadã de São José, de Balneário Camboriú, de Tubarão ou de Lages, eis que os processos de privatização de água e esgoto no mundo inteiro e em Santa Catarina têm servido muitas vezes para dar lucros para as empresas privadas e não para efetivamente construir uma política pública de saneamento e de esgoto.

Por isso, quando o governo do presidente Lula investe como indutor de uma política pública estratégica nessa área, temos que dar os parabéns. E um catarinense do PP nessa área de coalizão deste nosso governo vai contribuir com essa política pública.

A Sra. Deputada Odete de Jesus - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Pois não!

A Sra. Deputada Odete de Jesus - Deputado Pedro Uczai, eu não poderia omitir-me de poder contribuir com o seu pronunciamento e dizer que o deputado Leodegar Tiscoski vai salvar, vai nos ajudar aqui no estado de Santa Catarina, porque ele é uma pessoa experiente, um deputado de renome, é uma pessoa muito responsável. Nós temos certeza de que ele vai contribuir muito e vai estar sempre presente na solução dos problemas aqui no nosso estado de Santa Catarina. E, claro, pertencendo à coligação Salve Santa Catarina, ele vai salvar, vai contribuir e vai ajudar muito o nosso estado. Eu fico muito feliz pelo nome da pessoa que nós conhecemos, porque quem ganha é o nosso estado.

Muito obrigada, deputado Pedro Uczai!

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Obrigado, deputada Odete de Jesus.

Quero então trazer aqui, na esteira desse meu pronunciamento (eu ia falar de outro ponto sobre o governo do presidente Lula), na direção do meio ambiente, que ficou confirmada ontem, na comissão de Economia, Ciência, Tecnologia e Minas e Energia, a audiência pública, em forma de seminário, em Chapecó, para o dia 1º de outubro, com a presença de Luiz Pinguelli Rosa, ex-presidente da Petrobras, um dos grandes pesquisadores na área de energia e meio ambiente no Brasil, e do sr. Carlos Weiner, da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Vamos trazer os estudos que a Embrapa está fazendo acerca da utilização dos dejetos de suínos como uma solução ambiental e econômica.

Queremos deixar claro que está confirmada também a audiência pública, da comissão de Constituição e Justiça, sobre biocombustível, em São Miguel d'Oeste, para o dia 27 próximo. Já é a quarta audiência pública que a comissão realiza, a qual contará com a presença do diretor da Petrobras, sr. Ildo Sauer, que vai assinar um protocolo, com o Movimento dos Pequenos Agricultores, de viabilização de projetos estratégicos do biocombustível e do biodiesel no oeste de Santa Catarina. Essa audiência contará também com a presença da Eletrosul e da Eletrobras, que são grandes parceiras dos pequenos agricultores na viabilização de recurso público nesses projetos estratégicos de biocombustível e biodiesel.

Assisti ontem, nesta Casa, ao lançamento da conferência do governo do estado sobre o aquecimento global e energias renováveis. Nós estivemos conversando com o presidente desta Casa e tivemos o apoio para realizarmos um profundo debate acadêmico na área de biocombustíveis, na área de energias renováveis. Até já conversamos com várias entidades de universidades federais, com empresas estatais que discutem energias renováveis. E queremos promover também um seminário de dimensão acadêmica, que tenha a compreensão da América Latina, da América do Sul, aqui, no Mercosul, contando com a presença de expositores do mundo todo.

Vamos lançar em outubro e começo de novembro esse seminário, para ser realizado no mês de março do próximo ano, para que se construa um debate profundo, sério e conseqüente, para Santa Catarina construir uma política pública na área de energias renováveis.

O que me surpreendeu, deputado Professor Grando, foi esse lançamento muito rápido do governo do estado. Acho que é importante divulgar o estado, é importante atrair turistas para Santa Catarina, mas o que me chamou a atenção é que não é a Fampesc que está promovendo esse encontro internacional, não é a Cidasc, não é a Epagri, não é a secretaria de Desenvolvimento Econômico e Sustentável, não é a secretaria da Agricultura, não é a área de ciência e tecnologia do estado, deputado José Natal, mas é a secretaria de Turismo.

Este estado não precisa só de turistas, este estado precisa discutir com profundidade energias renováveis, precisa discutir com profundidade uma política pública nessa área, através da qual efetivamente quem está envolvido no debate, quem está envolvido nesse processo de discussão, possa estar construindo essa política pública.

Estou engajado e profundamente comprometido com esse debate de biocombustíveis, fazendo um evento para atrair pessoas do mundo inteiro, como um evento turístico na capital do estado, que traz economia. Nós temos que promover um profundo debate aqui da cadeia produtiva no estado, discutir a relação de alimento e energias renováveis, discutir alimento, energias renováveis e a industrialização desses produtos, da matéria-prima da biomassa, transformando em energia renovável para gerar emprego, renda e economia aqui no estado, para discutir ciência e tecnologia, para produzir equipamentos e máquinas para os pequenos agricultores. É esse objetivo que tem que estar em debate no investimento que se propõe no valor de R\$ 3.200 milhões. Eu tenho preocupação com esse tipo de evento, porque se pode perder uma grande oportunidade aqui no estado de discutir ciência, tecnologia, discutir o papel central de um modelo de desenvolvimento a partir da pequena propriedade, dos pequenos agricultores.

Além de permitir trazer os grandes avanços do Brasil e da América Latina para Santa Catarina, para além do evento da secretaria de Turismo, além do evento que tem como preocupação atrair pessoas para a capital ou trazer consumo aqui para a capital, acho que o debate das energias renováveis, o debate do meio ambiente, é mais do que *marketing* de propaganda. Estou percebendo que cada vez mais há gente dando palestra sobre aquecimento global porque está na moda, ou seja, defender meio ambiente está na moda. Daqui a pouco, se o governo do estado não cuidar, vai estar na moda fazer eventos com turistas para discutir meio ambiente numa cidade que está construindo prédios em praias, com a Operação Moeda Verde na capital, com a destruição do meio ambiente no espaço, que vai aparentemente dar uma dimensão de mundialmente preocupado com o meio ambiente, com o aquecimento global ou com as energias renováveis.

Nós temos que ser sérios neste debate, profundamente comprometidos com o estado que efetivamente pensa nos pequenos agricultores, nos trabalhadores, na distribuição de renda. Então, que exista alternativa ambiental, mas que também exista alternativa econômica nesse processo produtivo de produzir alimentos saudáveis e energia renovável para além do *marketing*, para além da propaganda.

É sincera a minha crítica, porque nunca vi realizar um fórum mundial em dois meses, com a dimensão e o compromisso...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Pedro Baldissera - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Pedro Baldissera.

O SR. DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente, desejo registrar a presença nesta Casa do prefeito de São José do Cedro, José Sanchett, nosso companheiro do PP. Desejamos boas-vindas a ele.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - A Presidência deseja boas-vindas ao prefeito.

Com a palavra o sr. deputado Professor Grando.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDO - Sr. presidente e srs. deputados, hoje, no horário partidário, vamos falar no nosso partido, que está promovendo neste final de semana, em Brasília, a Conferência Caio Prado Júnior.

(Passa a ler.)

"A idéia central desse generoso projeto é estimular o debate acerca de um novo projeto de esquerda democrática, uma conferência aberta a todos que, de alguma forma, ainda ficam indignados quando alguma injustiça é cometida neste mundo. Aliás, o PPS, mantendo sua tradição vanguardista, iniciou esses debates preparatórios através da Internet e milhares de pessoas de todo o país puderam democraticamente enviar suas contribuições.

Os temas são variados, desde a globalização, o poder local, à importância que representa no contraditório. A medida que o mundo se globaliza, cresce o poder local, daí a importância das próximas eleições para se tratar de assuntos como meio ambiente, reforma democrática do estado, desafios do desenvolvimento, educação, direitos humanos, saneamento e tantos outros assuntos de extrema relevância.

Eis um exemplo daquilo que nós, do PPS, sempre defendemos, que é o exercício da radicalidade democrática. O que significa isso? Significa a unidade na diversidade como sempre falamos e praticamos essa unidade na diversidade, porque nós temos muito mais semelhanças do que diferenças, basta termos o sentido humano que ainda nos indignamos contra muitas das injustiças que ocorrem neste mundo.

Gostaria de explicar por que o nome dessa conferência é Caio Prado Júnior.

Quem foi Caio Prado Júnior? Ele nasceu em São Paulo, em 1907 e pertencia a uma família importante. Tornou-se membro do Partido Comunista, em 1931. Eleger-se deputado estadual por São Paulo, em 1947, mas foi cassado no ano seguinte, quando o Partido Comunista foi colocado na ilegalidade e todos os seus membros perseguidos até recentemente.

Fundou a Editora Brasiliense junto com Monteiro Lobato, em 1944, e também a Gráfica Urupês e a *Revista Brasiliense*, que é editada por vários intelectuais. Dentro da sua vida, tal como Ernesto Che Guevara, com 18 anos de idade Caio Prado Júnior percorreu todo o país e conheceu a realidade, os contrastes deste país.

Em 1934, Caio Prado Junior descobriu a Geografia e sua utilidade e participou da fundação da Associação dos Geógrafos do Brasil, que promovia encontros anuais dos especialistas e estudos regionais conjuntos. Como pensador, Caio Prado Júnior se destaca como um dos principais representantes da utilização do marxismo no estudo da História e das teorias políticas brasileiras. Sua obra abrange o campo da História, da Geografia, da Sociologia, da Economia Política e da Filosofia.

Caio Prado Júnior morreu em 1990. A nossa homenagem a esse cidadão brasileiro estamos fazendo através da conferência que o PPS realiza em Brasília, neste final de semana, aberta a todos os brasileiros, procurando diante da realidade, transformá-la, porque, como nós sempre dizemos, só é revolucionário, só transforma quem é realista.

Nesta realidade que nós, brasileiros, estamos vivendo, precisamos de um encontro urgente e urgentíssimo com aqueles que querem construir o socialismo democrático e querem ter a visão de uma esquerda democrática. Para isso, a única condição é aquilo que toca no ser humano, indignar-se contra os atos injustos que vivemos, seja no município, no estado, no país ou no mundo.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao DEM.

(Pausa)

Não havendo deputado do DEM que queira fazer uso da palavra, os próximos minutos são reservados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Elizeu Mattos, por até 17 minutos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada, parece-me que hoje a orientação da liderança do PP conseguiu chegar até os seus pares e nós vamos conseguir falar um pouco sobre assuntos que atingem o dia-a-dia do país e do estado, que são pertinentes. Isso eu venho esperando, sr. presidente, faz um bom tempo. Cansei de estudar assuntos para debater aqui neste Parlamento, mas até agora não havia conseguido.

Hoje vamos falar um pouquinho do Parapan. Superação, exemplos de vida e pouco prestígio, e temos que discutir o porquê desse pouco prestígio dos Jogos Parapan-Americanos.

Nós assistimos à abertura dos Jogos Pan-Americanos há alguns dias, no Maracanã, onde a solenidade foi paga. Mais de 70 mil pessoas participaram da abertura dos Jogos Pan-Americanos no Rio de Janeiro.

Logo após os Jogos Pan-Americanos acontecem os Jogos Parapan-Americanos, no Rio de Janeiro. E o Parapan teve sua abertura na Arena Olímpica de Jacarepaguá, que serviu também para competições, onde cabem até 15 mil pessoas e onde entrada foi gratuita. Quantas pessoas foram assistir à abertura do Parapan? Nem duas mil pessoas!

No Brasil, hoje, temos quase sete milhões de deficientes; de cada 100 habitantes, 14 brasileiros tem alguma deficiência. E qual é a nossa preocupação com os deficientes?

Nós, que a todo momento falamos em inclusão, talvez não levemos tão a sério essa inclusão que defendemos, falamos e sobre a qual discursamos. Isso nos faz refletir, porque, na verdade, o deficiente quando participa de uma competição, pratica um ato de superação.

Deputado José Natal, são mais de 200 atletas participando do Parapan. São 239 atletas mostrando a sua capacidade de superação, representando quase sete milhões de cidadãos. E muitas vezes nos esquecemos de fazer leis para atendê-los.

Isso me chama a atenção, sr. presidente, porque é preciso aproveitar o Parapan para discutirmos, para pensarmos nesses cidadãos que contribuem com o dia-a-dia do brasileiro, do catarinense. Ninguém está livre de ter uma deficiência de um momento para outro. Só então é que iremos sentir a exclusão e não a inclusão. É um assunto sobre o qual ainda teremos que desenvolver projetos, e eu o estou fazendo. Hoje uma pessoa com deficiência sensorial, quando vai ao banco não há um funcionário capacitado para atendê-lo. O surdo e o mudo têm medo de ir a uma instituição bancária ou comercial porque ninguém foi preparado para atendê-los, por isso se sentem excluídos. Às vezes, quando chegam, dizem: "Olha, há um surdo-mudo ali e eu não sei o que ele quer". É mais uma exclusão, ao invés de uma inclusão.

Estamos redigindo um projeto de lei para que toda instituição comercial e bancária do estado de Santa Catarina treine um funcionário para atender o deficiente, seja com limitação física ou sensorial. Esse é um projeto que estamos estudando e é um tema que tem que ser debatido neste plenário. É esse tipo de tema que temos que debater, deputado Manoel Mota, para promover a inclusão do cidadão, porque todos nós aqui vivemos o dia-a-dia do nosso estado e cada um, de uma maneira ou de outra, contribui para o crescimento do estado e do país.

Eu trago este tema para o debate, a fim de que reflitamos a respeito da inclusão das pessoas com necessidades especiais no estado de Santa Catarina e no Brasil.

Os minutos que restam do horário do meu partido serão usados pelo meu líder, o líder do nosso partido, o PMDB, deputado Manoel Mota.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra, pelo restante do tempo reservado ao PMDB, o deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, visitantes que nos dão a honra de prestigiar o Parlamento catarinense, sintam-se em casa, é uma alegria recebê-los.

O eminente deputado Joares Ponticelli disse ontem que os dados que eu havia trazido sobre a Educação não eram oficiais, por isso eu trouxe agora os dados oficiais assinados. Agora já são oficiais. A declaração, assinada por Edimilson Zilto Forte, gerente de Políticas de Pessoal, diz que no final do governo de Esperidião Amin havia 22.789 cargos ACTs e no governo de Luiz Henrique da Silveira há 14.258. Não é uma diferença muito grande, mas é uma diferença de 8.571 vagas contratadas (e o deputado Joares Ponticelli está irritado), com certeza de cabos eleitorais de Santa Catarina. Hoje acaba essa ladainha. Mas eu não quero tratar deste assunto. Como o deputado Joares Ponticelli havia dito que não era oficial, eu apenas quis oficializar os dados por mim colocados.

Quero falar de uma luta que foi travada há alguns anos por todos os deputados do sul do estado, não apenas pelo deputado Manoel Mota. Nós temos duas barragens que são importantes para o sul e o extremo sul de Santa Catarina: uma na região de Nova Veneza, a barragem do rio São Bento; e outra na região do Vale do Araranguá, entre Turvo e Timbé.

Eu defendia a barragem do Vale do Araranguá e alguns deputados defendiam a da região de Criciúma, mas entendemos perfeitamente que para a região carbonífera, naquele momento, o abastecimento de água de toda a região era mais importante que a região do Vale do Araranguá, já que toda aquela área estava passando por dificuldades. O que fizemos? Inteligentemente nos somamos aos deputados daquela região, assinamos todos os encaminhamentos e conseguimos, na época, recursos dos governos do estado e federal.

O trabalho parecia que não iria sair, foi luta daqui e dali, mas como havia a unidade dos parlamentares conseguimos viabilizar a construção da barragem do rio São Bento, hoje muito importante porque abastece toda a região. Foi uma situação muito bonita porque no movimento houve a participação de todos os deputados. Por isso, esta barragem, que atingiu a cifra de R\$ 50 milhões, está concluída, está pronta, abastecendo não apenas a região carbonífera, mas toda a

região, inclusive a produção de arroz irrigado. Enfim, esta barragem atende todos, reduzindo também as cheias que atingiam constantemente aquela região.

Então, com aquele capítulo avançado, concluído, o que nós fizemos? Iniciamos a participação de todos pelo movimento da construção da nossa barragem do rio do Salto. Esse é um trabalho de aproximadamente 16, 17 anos que temos como bandeira de luta. É bem verdade que na hora que precisamos de mais parlamentares para somar, para defender a barragem do rio do Salto também tivemos solidariedade para que essa bandeira tivesse força e um eixo mestre de encaminhamento. Conseguimos! Bate aqui, bate ali, hoje essa barragem passou a ser uma realidade.

E há 15 dias, o governador do estado de Santa Catarina, que tem compromisso com todo o estado, assinou o decreto de desapropriação no valor de R\$ 66 milhões, que é quanto vai custar a barragem do rio do Salto. Essa obra vai abastecer os perímetros urbanos de Timbé do Sul, Turvo, Ermo, Meleiro, Araranguá, enfim, toda aquela região, e dará condições dos rizicultores, que são os maiores produtores de arroz irrigado de Santa Catarina, sobreviverem com a sua produção, porque a barragem dará essa condição.

Nós temos sofrido com as cheias na região do Vale do Araranguá. Por várias vezes a BR-101 foi interditada causando prejuízos enormes, faraônicos. Além de manter a maior produção de arroz irrigado de Santa Catarina e de manter o abastecimento de água de toda a região, vai reduzir em 50% as enchentes.

É uma obra importante, fundamental, que está sendo encaminhada. Hoje ela já tem a aprovação, no governo federal, de R\$ 40 milhões e no governo do estado, de R\$ 12 milhões. São R\$ 52 milhões, faltando apenas R\$ 13 milhões para que tenhamos todos os recursos para concluir a obra em apenas três anos.

Além de tudo isso, essa barragem vai transformar-se no maior ponto turístico de toda a região. Temos um potencial turístico muito grande, além da agricultura. Temos praias como Morro dos Conventos, uma praia linda por natureza; temos a cidade dos cânions, em Praia Grande; temos a serra da Rocinha; temos a mina modelo, de Criciúma; temos as furnas, de Sombrio, que são pontos turísticos muito importantes! E essa barragem vai ser a mola mestra do turismo daquela região. Por isso ela é importante, por isso ela é fundamental, para trazer o desenvolvimento em todas as áreas. Ela vai servir para tudo isso.

Eu, como líder da bancada do governo, venho lutando há muitos anos e a cada momento estamos fazendo conquistas, como a serra do Faxinal, que vai ser iniciada agora, uma obra de R\$ 20 milhões. A serra da Rocinha é uma obra federal, e estivemos recentemente com o ministro dos Transportes, que nos deu a honra de assumir esse projeto que já está pronto e abrir o edital dos 25 quilômetros que faltam para ligar as regiões de: Ermo, Turvo, Timbé, São José dos Ausentes, Bom Jesus, Vacaria, Lagoa Vermelha, Passo Fundo, Erechim, Carazinho, São Borja e a Argentina. É o corredor do turismo da Argentina e é fundamental!

Deputado Reno Caramori, além de Passo Fundo, o soja daquela região vai para o porto do Rio Grande, que fica 250 quilômetros mais distante. E aqui terá retorno, passará a vir para o porto de Imbituba! Quanto vai desenvolver essa região com essas obras, que são fundamentais?

Por isso eu não poderia deixar de registrar momentos importantes, fundamentais para o extremo sul de Santa Catarina, com a participação efetiva do governo do estado e também do governo federal, que tem dado sua contribuição para essas obras. Uma, porque é obra federal, a BR-285, e a outra é uma parceria do governo federal com o governo do estado. Então, é preciso registrar aqueles que fazem, aqueles que realizam, que tem compromisso com o nosso estado, com o nosso povo.

Por isso, às vezes, fico aqui tentando buscar alternativas, porque a população elege um político para buscar resultados e quando não ele o faz, acaba frustrando o povo. Este meu quinto mandato é norteado em cima de trabalho, de realização e de lealdade por Santa Catarina, pelo meu povo e pela minha região. Por isso trabalho aqui com muita garra, muita determinação e muita lealdade, buscando essas alternativas que são importantes e geram emprego e renda para a minha região.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Esta Presidência saúda os amigos da Apae e de Cocal do Sul, na pessoa do sr. Samir Roberto Issa. Sejam bem-vindos a esta Casa!

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o deputado Joares Ponticelli, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, srs. deputados, catarinenses que nos acompanham na sessão de hoje, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio AleSc Digital, queremos, mais uma vez, manifestar a nossa alegria pela nomeação do nosso deputado Leodegar Tiscoski para exercer o cargo de secretário nacional de Saneamento Ambiental.

Como dissemos agora há pouco, todos sabemos do problema sério de saneamento que Santa Catarina tem enfrentado. Nosso estado tem em torno de 12% de cobertura de saneamento e não tenho dúvida de que, com a ascensão do deputado Leodegar Tiscoski a essa importante secretaria nacional, que tem um orçamento significativo, vamos conseguir viabilizar investimentos para Santa Catarina, que haverá de mudar, em curto espaço de tempo, essa triste realidade que vivemos de ser um dos estados com o menor índice de cobertura de saneamento em todo o país.

Queremos desejar ao deputado muita força e muita coragem para empreender essa missão que lhe foi confiada pelo presidente Lula. Tenho certeza de que ele, pela sua história, pela sua folha corrida de relevantes serviços prestados ao nosso estado, haverá de dar uma grande contribuição para Santa Catarina e para o Brasil no comando dessa importante secretaria nacional.

Mas eu estava muito atento, deputado Reno Caramori, à manifestação do deputado Manoel Mota, líder da bancada do PMDB. A barragem do rio São Bento, todos sabemos, srs. deputados, foi uma conquista dos governos de Fernando Henrique Cardoso e de Esperidião Amin, numa emenda da bancada do Partido dos Trabalhadores. Foi a bancada do PT, na época, que apresentou uma emenda ao Orçamento da União, e os governos Esperidião Amin e Fernando Henrique Cardoso realizaram aquela obra, deixando no final do período em torno de 96% dela concluída. E os 4% que restaram foram concluídos pelos governos de Luiz Henrique da Silveira e de Luiz Inácio Lula da Silva.

Agora, o governo anuncia a desapropriação das áreas para a construção da barragem do rio do Salto, uma obra extremamente importante e necessária para o extremo sul catarinense. Todos nós sabemos da importância daquela obra para o abastecimento e para a agricultura do extremo sul de Santa Catarina. Mas é importante que o governo faça realmente a sua parte. Não pode ser mais uma obra como a serra do Faxinal, que o governo está há dois anos fazendo churrascadas, fazendo festas e até agora nada da obra. Já ganharam votos em duas eleições para a serra do Faxinal e até aqui as máquinas ainda não subiram a serra, não estão roncando.

Então, espero que o governo Luiz Henrique não continue só na falácia, porque eles anunciam obras, lançam o edital, fazem a festa, matam as vacas, soltam foguetes, tomam a cerveja, fazem o baile e a obra não vem. Deve ter bezerrinha com medo de nascer na região do deputado Manoel Mota, com medo de virar churrasco para a obra que é prometida, que é festejada e não acontece!

Todos lembram que no ano passado eles fizeram uma dúzia de comícios para anunciar a Interpraiais e agora anularam o edital. Para a serra do Faxinal, repito, quantas festas foram feitas, mas nada da obra. Para o acesso rápido de Criciúma, muita festa e muito comício, mas nada da obra!

Portanto, está na hora de esse governo fazer de verdade, não só a festa, não só anunciar obras, mas colocar a obra à disposição da população. Eles já estão há cinco anos no governo. Portanto, não é um governo que está começando agora; é um governo que tem quase cinco anos, e eles continuam falando como se tivessem assumido ontem, como se tivessem ganhado a eleição ontem.

Então, quero dar um recado, mais uma vez. Dos 56 secretários que o Luiz Henrique tem, uns 30 devem estar-nos assistindo agora, até porque eles não têm o que fazer e ficam assistindo-nos. O governador determinou que, em cada secretaria, um comissionado fique assistindo-nos todos os dias para ver o que a Oposição diz. Portanto, deve ter um monte de secretários assistindo-nos também. Secretários, na próxima reunião, na próxima assembleia de secretários que houver, peçam para o governador fazer menos festa, menos discurso e mais obras, porque o povo de Santa Catarina está esperando verdadeiramente as obras.

Agora, ainda com relação ao episódio, ao desafio que o deputado Manoel Mota lançou aqui na sessão de terça-feira, dizendo que se o governador Luiz Henrique tivesse mais cargos comissionados do que o governo Amin ele renunciaria ao mandato, eu alertei ontem a você, telespectador: "Olha, depois da nossa manifestação, o deputado Manoel Mota vai vir aqui para confundir todo mundo".

Eu vou ler novamente o que o deputado Manoel Mota disse na terça-feira, pois isto aqui é uma cópia da Taquigrafia. Vocês, que estão aqui, saibam que esse é o trabalho dessas moças do setor de Taquigrafia. Elas escrevem tudo o que os deputados dizem. O deputado Manoel Mota disse o seguinte:

(Passa a ler.)

"Agora, eu queria aqui, rapidamente, dizer ao eminente deputado Reno Caramori, ao qual eu respeito muito, que no nosso governo há 200 cargos comissionados a menos do que no seu governo. Estavam aqui em Florianópolis e hoje estão espalhados por Santa Catarina. Hoje é demais e quando era aqui, não era? V.Exa. me perdoe, mas o seu pronunciamento tem que ser revisto. Se houver um cargo a mais do que tinha no seu governo, eu renuncio ao meu mandato!"

Ontem mostramos e hoje vou mostrar de novo: cargos comissionados no governo Amin, 1.383; cargos comissionados no governo Luiz Henrique, 1.482, na primeira reforma; 1.762, na segunda reforma, e 1.464, na terceira reforma. Portanto, ainda há 81 cargos comissionados a mais do que no governo Amin.

Portanto, catarinenses que nos acompanham, o deputado Manoel Mota, depois de perceber que disse bobagem, está aqui agora com número de ACTs. Deputado Manoel Mota, v.exa. pode enganar alguns dos seus, mas nesta Casa aqui chegam ignorantes, mas burros não chegam, como dizia o ex-deputado Jorge Gonçalves. Ele sempre dizia: "Aqui nesta Casa podem chegar ignorantes, burros não!"

Então, deputado Manoel Mota, traga a tabelinha dos cargos comissionados, conforme v.exa. falou, ou a renúncia. Ou a tabela, ou a renúncia! Senão aqueles que o assistem pela TV Assembleia não vão mais acreditar nos seus desafios e nas suas afirmações.

Em nenhum momento do seu discurso v.exa. falou em ACT. V.Exa. falou em comissionado. Ou peça desculpas ou diga que falou bobagem, porque aqui, conforme a Taquigrafia, está o que v.exa. falou: cargos comissionados. Cargo comissionado não tem nada a ver com ACT. Reconheça que disse bobagem, traga uma tabela para provar que há menos comissionados no atual governo, ou traga a renúncia. Não venha querer confundir com ACT! Repito: aqui pode chegar ignorante, como dizia o ex-deputado Jorge Gonçalves, mas burro não! A nós v.exa. não engana! Ou retifique o que disse, ou traga uma tabela para mostrar que há menos comissionados, ou apresente a renúncia, senão quem o assiste pela TV Assembleia não vai acreditar mais, como já não acreditam mais na serra do Faxinal!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Passaremos à Ordem do Dia.

A Presidência comunica que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer favorável ao Ofício n. 0075/2007, de procedência do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0037/2007.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Esta Presidência comunica ainda que será enviada ao destinatário a Indicação n. 0489/2007, de autoria do deputado Antônio Aguiar, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do deputado Genésio Goulart, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos alunos do curso de Psicologia, da Unisul, de Tubarão, cumprimentando-os pela formatura.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Genésio Goulart, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos alunos do curso de Comunicação Social, da Unisul, de Tubarão, cumprimentando-os pela formatura.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Genésio Goulart, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos alunos do curso de Arquitetura e Urbanismo, da Unisul, de Tubarão, cumprimentando-os pela formatura.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Genésio Goulart, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos alunos do curso de Sistemas de Informação e Tecnologia em Moda, da Unisul, de Tubarão, cumprimentando-os pela formatura.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Antônio Aguiar, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao governador do estado, pedindo a elaboração e o encaminhamento de projeto de lei reduzindo o ICMS sobre produtos considerados protetores solares.

A Presidência defere de plano.

Moção de autoria do deputado Pedro Baldissera, a ser enviada ao presidente da comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados, solicitando apoio à Sugestão n. 0032/2007, sobre a criação da categoria de terapeuta.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

O primeiro orador inscrito é o deputado Rogério Mendonça, o nosso líder de Ituporanga, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, inicialmente, gostaria de fazer a minha saudação aos nossos visitantes lá de Bom Retiro que aqui estão: vereador Vicente Francisco Fernandes, presidente da Câmara Municipal, e vereador Dalmir Sebastião Hemckmeier, que vieram acompanhados do assessor da Câmara, Luciano Pires, e também do Paulo Morais.

Sejam bem-vindos! Sintam-se em casa aqui no Legislativo catarinense!

Deputado Manoel Mota, quando v.exa. fez referência à estrutura do governo, entendi perfeitamente - e todos nós entendemos - que era realmente a estrutura de governo, que é muito menor neste governo. Os cargos comissionados são 81 a mais, é verdade, mas distribuídos em toda Santa Catarina, no interior. Inclusive lá em Taió, agora no sábado, estaremos inaugurando a secretaria de Desenvolvimento Regional de Taió.

Portanto, o governo do estado está presente em todo os municípios de Santa Catarina, inclusive em Taió. E antes esses cargos comissionados, cuja diferença não é muito grande, estavam todos aqui na capital, em Florianópolis. E o governador Luiz Henrique da Silveira distribuiu para toda Santa Catarina e isso significa que ele pode fazer um trabalho por todo o nosso estado.

Entendi perfeitamente a colocação de v.exa. A estrutura de governo, hoje, é menor; o dinheiro saía todo do mesmo local, e agora se gasta menos do que se gastava na época do ex-governador Esperidião Amin.

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Concedo um aparte ao deputado Manoel Mota, que utilizará a palavra na seqüência. E tenho mais alguns assuntos para depois colocar aqui.

O Sr. Deputado Manoel Mota - A verdade é que o deputado Joares Ponticelli, querendo aparecer, tirar o brilho do meu pronunciamento, levantou dados, questionou. Ele foi líder da bancada aqui nesta Casa de um governo pequenininho e não teve nem a competência de levar convênio para o próprio município. Tivemos que assumir o governo para depois levar os convênios!

Cargos, funções e empregos todos saem do Tesouro do governo do estado. Temos aqui 22.789 ACTs contratados no governo Esperidião Amin e 14.258 cargos no governo de Luiz Henrique da Silveira. Portanto, uma diferença de 8.531.

Esses dias eu o apelidei de caratoça porque ele vem aqui, faz a denúncia e some. Esse é o comportamento do caratoça, um peixinho que belisca e corre para dentro do buraco para ninguém encontrar.

Agora, precisamos resgatar a verdade de um governo coerente, sério, que realiza e participa com o povo. Este governo não é como o governinho dele, que foi derrotado. Ele mesmo, em Tubarão, recebeu uma votação extraordinária no primeiro mandato e agora teve uma votaçãozinha. Então, ele está andando de marcha ré pelos seus discursos sem conteúdo. Ele está sempre inventando, criando fatos para sobreviver na mídia. Acho que o político tem que ter palavra, buscar aquilo que é verdade, que realiza e que fez por Santa Catarina. Se perguntarem o que fez, verão que não fez nada! Por isso ele critica aqui os suplentes! Vai estar aqui no banco dos suplentes na próxima eleição, porque a queda da eleição passada para esta foi violenta! O povo quer quem trabalhe, quem realize e quem busque resultados. Tenho cinco mandatos. No primeiro mandato obtive 12.019 votos, no segundo, 22 mil votos; no terceiro, 24 mil votos; no quarto, 27 mil votos e no quinto, 37 mil. Isto mostra que eu trabalho para o povo de Santa Catarina!

Obrigado, deputado, pela oportunidade do aparte. O PP falaria antes de nós. Daí houve uma troca e acabaram fazendo aqui as considerações para poder aparecer.

SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Meus parabéns, deputado Manoel Mota! V.Exa. tem toda razão e é um deputado coerente, que tem grandes serviços prestados nesta Casa. Por isso tem repetido tantas vezes o seu mandato, com apoio da população de Santa Catarina, em especial do sul do estado.

Quanto a obras, deputado, nós temos obras em todas as regiões. E eu até faço questão de fazer referência. Inclusive, ontem dei uma entrevista à Rádio Sintonia, lá no Alto Vale do Itajaí, sobre duas obras em que foram alocados recursos da Educação para sua conclusão: um ginásio de esportes na localidade de Rio dos Bugres. São R\$ 100 mil lá para Ituporanga.

Então, eu poderia citar obras e obras deste governo de Santa Catarina, mas cito somente estas, para as quais realmente foram liberados recursos no dia de ontem.

Gostaria também de registrar, deputado Reno Caramori, que teremos o lançamento neste sábado, na cidade de Ibirama, da Fenaesporte, a festa da natureza, dos esportes radicais, que se realizará de 15 a 18 de novembro deste ano. Nessa festa teremos *rafting*, rapel, *motocross*, *mountain bike*, parapente e trilhas.

Sabemos que o vale do Itajaí é belíssimo, que Deus realmente privilegiou aquela região com uma natureza muito bonita. Grande parte da mata Atlântica ainda está intocada, com suas quedas d'água, rios, além do rio Itajaí, com seus afluentes, que tornam aquela região muito bonita. E queremos desde já mobilizar toda Santa Catarina e todo o Brasil para estar em Ibirama de 15 a 18 de novembro, na Fenaesporte, a festa dos esportes radicais.

Gostaria também de fazer referência a um artigo do presidente da Fatma, que li, hoje, no *Diário Catarinense*. Carlos Kreuz é funcionário da Epagri, engenheiro agrônomo e, da mesma forma que o deputado Professor Grando, está fazendo um grande trabalho na presidência da Fatma. E nesse artigo ele fala de uma determinação do governador Luiz Henrique para que tenhamos em Santa Catarina um novo Código Ambiental, que dê mais segurança aos empreendedores e também aos técnicos da Fatma em todos esses processos de licenciamento.

Hoje muito se fala sobre questões ambientais. Inclusive, tivemos aqui em Florianópolis a Operação Moeda Verde, e fala-se que em São José temos problemas semelhantes, aliás, talvez também tenhamos em muitas regiões de Santa Catarina. Mas precisamos, para diminuir, senão acabar, com esses problemas, de um novo Código Ambiental. E na elaboração desse novo Código Ambiental estão envolvidos técnicos da Fatma, com o apoio, inclusive, do banco alemão, o KFW, que tem uma parceria, num programa de proteção da mata Atlântica, com o nosso estado, que vai, inclusive, contratar uma consultoria especializada para ajudar nessa tarefa.

Estão sendo formados nove grupos de trabalho, que vão discutir essa legislação com técnicos da Fatma, representantes do setor produtivo, representantes das nossas universidades, da Polícia Ambiental, representantes das diversas ONGs e do governo do estado. E a idéia da Fatma é, até o final de setembro deste ano, entregar aqui, na Assembléia Legislativa, deputado Reno Caramori, um anteprojeto de lei, para que possamos apreciar, aprimorar e votar. A idéia é que esse projeto seja uma revisão de toda a legislação ambiental existente.

Evidentemente, deputado Professor Grando, nós sabemos disto, ou seja, que a legislação de Santa Catarina está vinculada à legislação federal, ela é subordinada à legislação federal. Mas esse documento pretende reunir toda a legislação, que depois de discutida e votada será um grande instrumento de trabalho para todos os empreendedores e para os técnicos da Fatma que queiram fazer um trabalho sério em Santa Catarina.

Portanto, quero parabenizar a Fatma e o governador Luiz Henrique por essa iniciativa de encaminhar um projeto de lei para esta Casa acerca do novo Código Ambiental. Realmente, a sociedade precisa de mais segurança. Não precisamos ter o radicalismo que muitas vezes acontece.

Eu estive recentemente na Itália e visitei hotéis à beira mar, novos, construídos há pouco tempo, que estão aproveitando a natureza, mas não a poluem, não a prejudicam, ao contrário, a grande preocupação dos empreendedores, mais do que todos ou talvez igual a todos nós, também é preservar a natureza.

Portanto, temos que trabalhar nessa direção. Meus parabéns à Fatma e ao presidente Carlos Leomar Kreuz, ao governador Luiz Henrique da Silveira, ao deputado Professor Grando, que também já tinha esse trabalho quando presidente...

(Discurso interrompido pelo término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Esta Presidência saúda a estudante Eliane Kuchler, de Direito, de Santa Terezinha. Obrigada pela presença.

O próximo orador inscrito é o deputado Joares Ponticelli, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, sra. deputada Odete de Jesus, srs. deputados, vou repetir, deputado Elizeu Mattos, não se preocupe, porque usei o horário reservado aos Partidos Políticos e estou inscrito. É regimental, sei que v.exa. está nervoso, sei que não querem nos deixar falar, mas o Regimento não vai ser rasgado, não. Eu falei no horário dos Partidos Políticos e agora estou em Explicação Pessoal. Acalme-se, deputado Elizeu Mattos, eu sei que andam nervosos, nós percebemos isso. Eu não sei se é pela brigalhada que está havendo na base do governo, eu não sei se é pela brigalhada que está havendo dentro da própria bancada, eu não sei se é medo da cassação de Luiz Henrique, mas sei que andam num grande nervosismo. Acalme-se, acalme-se.

V.Exas. estão-se contradizendo, e o deputado Manoel Mota veio aqui de novo querer misturar alhos com bugalhos. Uma coisa é comissionado, outra é ACT. S.Exa. falou ontem foi de comissionado e agora não está querendo renunciar ao mandato. S.Exa., que disse que iria renunciar, agora não quer. Viu que disse bobagem e não quer corrigir o que disse, mas está aqui na taquigrafia. Está aqui. Trouxemos a tabela mostrando que existem 81 comissionados a mais no governo deles do que havia no nosso. E aí S.Exa. quer trazer uma discussão de ACT. Quer discutir ACT? Vamos discutir ACT também. Mas primeiro s.exa. precisa explicar para Santa Catarina o que disse.

O CD está aí? Está aí novamente? Vamos ver se o CD está aí para refrescar a memória do deputado Manoel Mota, pois parece que ele está com amnésia.

Deputado Manoel Mota, procure outro assunto quando não quiser responder, porque eu nunca fiquei suplente, graças a Deus. V.Exa. já ficou. V.Exa. no mandato passado ficou aqui suplente. Então, não venha querer falar bobagem. V.Exa. já perdeu eleição. Eu posso perder um dia. Eleição se ganha ou se perde. Ganha ou perde. Eu ganhei quatro até hoje, graças a Deus. Inclusive, agradeço aos eleitores pelas quatro eleições que ganhei. Mas v.exa. não pode dizer o mesmo. V.Exa. já perdeu, já ficou aqui porque o governo foi generoso com v.exa. E eu, graças a Deus, não perdi nenhuma. Ganhei as quatro que disputei e em todas aumentando os votos, deputado Manoel Mota. Mas v.exa. está querendo confundir. Fiz 25 mil votos na primeira, 34 mil votos na segunda e 36 mil votos na terceira. Pegue os dados do TRE, pegue os dados do TRE. Inclusive, na sua cidade, deputado Manoel Mota, na eleição passada, eu fiz 140 votos e na de agora fiz quase 1.500 votos. Na sua cidade eu sou o segundo deputado mais votado.

Obrigado ao povo de Araranguá, da querida Araranguá, terra do deputado Manoel Mota! Muito obrigado! Lá eu fiz 140 votos na outra eleição e na de agora fiz quase 1.500 votos. Veja que a sua terra foi muito generosa comigo, deputado Manoel Mota, e eu sou muito agradecido. Repito, fiz 25.000 votos na primeira eleição, 34.000 na segunda eleição e 36.000 na de agora.

Vamos ver o que o deputado Manoel Mota disse na terça-feira, para ver quem tem palavra, se s.exa. de fato é um homem de palavra.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

Os catarinenses todos assistiram e viram-no dizendo que se tivesse um comissionado a mais do que havia no nosso governo s.exa. renunciaria!

Agora, a tabela, por favor!

(Procede-se à exibição do vídeo.)

Vamos mostrar para Santa Catarina mais uma vez a tabela dos comissionados, para ver se o deputado Manoel Mota é um homem de palavra mesmo ou não! Se s.exa. for homem de palavra, s.exa. traz a tabela para provar que no seu governo há menos comissionados ou renuncia ao mandato, conforme s.exa. propôs. Não foi a Oposição que pediu.

Está ali na tabela.

Governo Amin, 1999/2002, 1.383 cargos comissionados; governo Luiz Henrique, na primeira reforma, 1.482 cargos comissionados, ou seja, 99 cargos comissionados a mais; na segunda reforma, aquela de 2005, 1.762 cargos comissionados, 379 cargos a mais; e na terceira reforma, a deste ano, 1.464 cargos comissionados, 81 cargos comissionados a mais.

Portanto, traga a tabela dos comissionados, deputado Manoel Mota, e não venha querer confundir com ACT. O senhor pensa que vai enganar quem com isso? Alguém desta Casa? O senhor pode enganar outros, mas aqui não! Estão aí os números. E continuo aguardando que o deputado Manoel Mota retifique o que disse, que traga uma tabela para mostrar que no governo deles existem menos comissionados ou a carta de renúncia, conforme s.exa. propôs.

Então, esse nervosismo deles é compreensivo. É claro que o processo que está no TSE e que já tem o voto favorável do relator pela cassação do mandato do governador Luiz Henrique e do seu vice, Leonel Pavan, está preocupando a base do governo. Já pensou o deputado Manoel Mota perder esses apadrinhados todos que ele tem no governo? E não é pouca gente. Como é que fica? Como é que vai manter esses cabos eleitorais que estão todos empregados nesses cabides de emprego das secretarias de Desenvolvimento Regional hoje? Naquela Regional de Araranguá é só cabo eleitoral do deputado Manoel Mota. Por isso que s.exa. eleger-se agora, porque a Regional inteira fez campanha. Aliás, essas Regionais não fazem outra coisa, não têm mais o que fazer além de entregar santinhos, pedir votos. É isso que elas fazem. É a maior estrutura eleitoreira montada neste país, deputado Reno Caramori, aliás, v.exa. trouxe uma matéria nessa semana. São 56 secretarias de estado, para quê? E as escolas estão caindo! As escolas estão caindo, deputado Reno Caramori!

Eles estão preocupados. Já pensou se acontecerem mais três votos pela cassação, deputada Odete de Jesus? Já existe um, e eu não sei o que vai acontecer com os outros votos. Mas o voto do relator, que foi quem estudou a matéria, que foi o ministro que se debruçou sobre a matéria, que estudou as provas, o voto dele é contundente, é pela cassação, porque disse que houve uso da máquina, abuso de poder econômico. E daí eles estão dizendo: "Ah, mas o Luiz Henrique não tem nada a ver com isso, porque o governador era o Eduardo Pinho Moreira".

Ah, acho que o Eduardo Moreira trabalhou para o Esperidião Amim! O Eduardo Moreira, deputada Odete de Jesus, trabalhou para o Esperidião Amim. Eu creio que foi isso. Só falta eles quererem dizer que o Eduardo Moreira usou a máquina para o Esperidião Amim.

Ora, não subestime a inteligência dos catarinenses. Além do mais, recomendo que v.exas. dêem uma lida no processo que está em julgamento no TSE. A acusação que está lá no TSE não é do período do Eduardo Pinho Moreira, é do uso da máquina de abril de 2005 a abril de 2006, quando o governador era Luiz Henrique da Silveira. Não tem nada a ver com o período do Eduardo Pinho Moreira, não. Já disse ontem que v.exas. devem dar uma estudada no processo que está em julgamento. As denúncias são do período em que o governador era o Luiz Henrique da Silveira, que usou a máquina para benefício próprio. É isso que está em julgamento no TSE. E o ministro que se debruçou sobre as provas, que as estudou e que as analisou, já deu o voto pela cassação.

Nobres pares, eles dizem que é injusto. Mas para o deputado Décio Góes não foi injusto, em Criciúma. O deputado Décio Góes podia ser cassado, porque aí o PMDB do deputado Manoel Mota assumia a prefeitura. Inclusive, ontem, cassaram mais um prefeito do PMDB, o de Governador Celso Ramos. Já foi cassado o de Abelardo Luz também. Estão indo, estão indo, só falta o deputado Manoel Mota ligar para o Renan Calheiros, amigo dele, e pedir para ele renunciar para acabar com essa bagunça no Senado.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra o sr. deputado Reno Caramori, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, fui aconselhado, hoje pela manhã, pelo deputado Edson Piriquito, que não criticasse o atual governo: "Deputado Reno Caramori, não critique o atual governo porque v.exa. é um guri bom".

Não vou criticar, sr. presidente, não! Jamais farei críticas infundadas. Os anais desta Casa registraram, nos meus 16 anos, que em momento algum usei a tribuna ou tomei o tempo dos srs. parlamentares para criticar sem fundamento, sem comprovação. E para evitar um acidente maior, porque já houve dois acidentes na segunda etapa, volto a esta tribuna e solicito à dona Doris para, se for possível, colocar o meu pronunciamento do dia 14 de novembro de 2006, a fim de relembra-lo, deputado Joares Ponticelli, que chamei a atenção e alertei sobre as obras que apenas depois de dois anos, realmente, foram iniciadas. Por isso, cumprimento o nosso governador e o secretário dos Transportes por terem iniciado a obra, que ainda não foi concluída.

No domingo, dia 29 de julho, estive participando, juntamente com o prefeito do PMDB, de Porto União, meu amigo, em São Miguel da Serra, da inauguração de um campo de futebol. Recebi grande parte da comunidade, deputada Odete de Jesus, que pedia pelo amor de Deus que eu interferisse no governo para que fosse concluída aquela obra, porque depois da retificação já houve dois acidentes por falta de sinalização e por excesso de sinalização, porque falta na pista nova e continua a sinalização na pista anterior, não foram feitas as canaletas.

Ontem, conversei com um bombeiro militar de Matos Costa e ele me disse que por duas vezes foi àquele local socorrer pessoas que se acidentaram pela falta de sinalização do trecho.

Por isso exibiremos um vídeo e pedimos que o áudio seja transcrito como pronunciamento nosso, para lembrarmos e para que o deputado Edson Piriquito também tenha a oportunidade de ver que não criticamos sem fundamentação. Quando usamos a tribuna é para mostrar que realmente há necessidade de reparos.

(Procede-se à exibição do vídeo.)

"A conclusão do trecho São José do Cerrito/Vargem, Vargem/Campos Novos e o trecho de Paraíso, divisa com Argentina: é lamentável que hoje nós tenhamos que mostrar mais uma vez para os catarinenses o desleixo, o menosprezo de um governo por uma região.

É correto, inaugurou a obra. O atual governo inaugurou, em 1º de maio de 2004, uma obra que havia sido iniciada pelo então governador Esperidião Amin em 1986, no seu primeiro mandato. Infelizmente, o finado governador Pedro Ivo Campos paralisou a obra assim que assumiu o governo.

Em seguida, em 1995, o saudoso governador Wilson Kleinübing, com recursos próprios do estado, licitou novamente a obra e foi dando andamento no seu período de governo. Infelizmente, em 1995, quando Paulo Afonso Vieira, também do PMDB, assumiu o governo, mais uma vez o PMDB paralisou a SC-302, Estrada da Amizade, que une Caçador, Calmon, Matos Costa e Porto União. Teve que voltar Esperidião Amin em 2002 e no dia 21 de março entregar a ordem de serviço para o reinício das obras da SC-302.

É verdade que o atual governo deu prosseguimento às obras após uma paralisação de cinco meses. O governo atual assumiu, passaram-se cinco meses, e em maio reiniciou essa obra que havia paralisado em janeiro. Mesmo assim nós ainda damos aqui um voto de louvor, porque concluiu a obra.

O que não se admite é o desleixo a que estamos assistindo aqui. Já faz mais de um ano que esta obra está desta maneira. Vejam a sinalização. Vejam o rastro do carro que há poucos dias caiu nesse buraco. Há mais um rastro de outro veículo que há pouco tempo também teve um abalo e a queda no buraco.

No sentido Porto União/Caçador, uma moto se acidentou e caiu no buraco com dois passageiros. Mesmo assim, o governo ainda não tomou a nenhuma providência."

Analise a sinalização. Isso é só para mostrar a situação em que se encontrava a rodovia na época. Depois de muita insistência, de muita solicitação, quero cumprimentar o governo porque corrigiu. Desfez um desvio e corrigiu. Só que depois da correção, deputado Joares Ponticelli, já caíram dois. Aliás, não caíram porque a empreiteira deixou um monte de pedras e um monte de brita, que talvez seja sobra de material ou material destinado a dar continuidade à obra, porque não fizeram ainda as canaletas.

Solicito que sejam colocadas as fotos que colhemos naquele dia.

(Procede-se à apresentação das fotografias.)

Observem o rastro. Aquela é a sinalização antiga no trecho avariado. Os carros vêm, no meio de muita neblina - porque lá há muita neblina -, guiando-se pela faixa central, pela faixa amarela. E a surpresa? A surpresa é que dão de cara com um monte de pedra.

Olhem a pista nova. Não há nem sinalização lateral, meu Deus! Aí o perigo! Lá está o automóvel mostrando a posição. Dois veículos foram socorridos pelos bombeiros de Matos Costa porque se acidentaram naquele monte de pedras. Nós insistimos, pedimos e até ontem, às 18h, continuava daquela maneira.

Então, eu tenho que mostrar isso, srs. deputados e sra. deputada, porque é uma constatação! Qual é a responsabilidade da secretaria de Desenvolvimento Regional por aquela obra? Está aí! Acidentes! O mecânico de São Miguel da Serra, Alfredo Kock, diz que já cansou de socorrer pessoas que caíram no buraco anterior e agora está socorrendo o pessoal que se acidenta naquele monte de pedras. Felizmente, há um monte de pedras, caso contrário os veículos cairiam no perau. Essa é a grande verdade.

Então, deputado Piriquito, eu não venho aqui criticar. Eu venho mostrar. A sorte é que eu tinha esse material para poder constatar que realmente nós estamos fiscalizando a aplicação do dinheiro do catarinense.

E não é só isso. O deslizamento de barranco que eu denunciei naquela vez está pior. Agora está pior porque tiraram uma parte e deixaram uma piscina. Quando chove, a água forma uma piscina e corre para a pista. Já rodaram ali mais dois veículos, um com os dois pára-lamas batidos. Eu disse que entrassem com uma ação contra alguém.

São essas coisas que nós não podemos mais permitir! O governo realmente não tem culpa. O governador não tem culpa! Os culpados são os seus comandados, que ou não obedecem ou não têm capacidade. Eu não sei qual é a solução.

Por isso eu trouxe mais uma vez essa matéria e trá-la-ei na próxima semana se não for concluída a obra. Mas eu vou trazer aqui o pessoal de São Miguel da Serra, um paulista que se acidentou com a família naquele trecho e que foi socorrido pelo bombeiro militar de Matos Costa.

Srs. deputados, é lamentável, mas eu sou obrigado a mostrar. Pelo menos mostrar serviço. Nós estamos cuidando. No fim de semana nós vamos para a região para ver os problemas que estão ocorrendo. E sempre que houver problema dessa sorte, em defesa da sociedade nós viremos a esta tribuna para mostrar a situação.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Manoel Mota, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, sra. deputada, srs. deputados...

O Sr. Deputado João Henrique Blasi - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Pois não! Quero ouvir o líder do governo nesta Casa, deputado João Henrique Blasi.

O Sr. Deputado João Henrique Blasi - Deputado Manoel Mota, antes mesmo de v.exa. usar a palavra, eu agradeço pela gentileza e desejo aqui fazer um reparo e restabelecer a verdade com referência a uma afirmação feita há pouco na tribuna pelo deputado Joares Ponticelli.

Eu não ouvi porque me encontrava fora do plenário naquele momento, mas, segundo me foi dito, teria asseverado há poucos instantes o deputado Joares Ponticelli que o prefeito Anísio Anatólio Soares, de Governador Celso Ramos, ex-presidente da Fecam, fora cassado, ontem, por decisão do TSE. Não é verdade essa afirmação. Repito: o prefeito Anísio Anatólio Soares, de Governador Celso Ramos, não foi cassado pelo TSE. Houve ontem a decisão num agravo regimental por ele interposto, que pleiteava a sua reintegração, mas que já fora deferido pelo TRE de Santa Catarina. Como foi deferido pelo TRE de Santa Catarina, o TSE proclamou a perda do objeto daquele pedido, porque já foi alcançado por outra via, através da Justiça Eleitoral de Santa Catarina.

Portanto, o nosso prefeito continua investido da sua função, vai completar o seu mandato fazendo um bellissimo trabalho. Ontem recebeu o governador e o vice-governador para a inauguração de mais quatro quilômetros e no dia 6 de novembro outros seis serão agregados à malha viária do município de Governador Celso Ramos.

Muito obrigado, deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Eu agradeço o aparte e o esclarecimento. Mas o deputado Joares Ponticelli busca tudo para misturar, para jogar para a sociedade o que não é real, o que não é verdade. É lamentável essa forma de conduzir o processo aqui. Ele foi líder, comandava, e de repente ficou na vaga de espera, então fica desesperado.

Eu, como parlamentar, pelas denúncias que o deputado Joares Ponticelli tem feito aqui quando fala em cabide de emprego para as secretarias de Desenvolvimento Regional de Santa Catarina, mas apresenta apenas 81 cargos comissionados a mais, teria vergonha. Eu teria vergonha! Porque isso tudo estava na capital. Os senhores têm idéia de como era o governo, tudo era aqui na capital. E ele denuncia 81 carguinhos comissionados.

Quando falei em cargos, funções, empregos, é tudo aquilo que compõe o estado, porque o cofre é um só, o Tesouro é um só, e todos têm que ser pagos. Mas não interessa para ele ouvir essas coisas. Não interessa!

Quando eu mostrei que era oficial, que no governo dele havia 22.789 ACTs em Santa Catarina e que agora só há 14 mil, ele não quer escutar! Por que havia tantos ACTs? Por que foram contratados? Foi para andar com bandeiras como cabos eleitorais? Então, não adianta vir com esse negócio.

O deputado Joares Ponticelli vem dizer que foi o segundo, e não é verdade, não! O segundo foi o PT na minha cidade. V.Exa., deputado Joares Ponticelli, fez mais de 13 mil votos em Tubarão na primeira eleição e agora fez menos de seis mil! A população não está muito satisfeita com os resultados que o senhor leva para lá, que não devem ser muito positivos, porque a sua cidade não está-lhe querendo mais.

Na minha cidade, Araranguá, fiz quase 14 mil votos e só há 41 mil eleitores. Na sua cidade há 65 mil e o senhor não chegou a seis mil. Então, realmente tem que questionar a situação porque não está correta. Alguma coisa está errada e muito errada!

Eu queria aqui poder dizer o seguinte: vocês fazem idéia do porquê do ex-governador ter sido derrotado? Por quê? Porque mentiu! Porque enganou a população de Santa Catarina. E sabe quem era o líder? Era o deputado Joares Ponticelli, o líder que enganou. Não teve coragem de construir os acessos aos municípios de Santa Catarina; precisou vir o governador Luiz Henrique para fazer os acessos, independentemente de cor partidária.

Ainda tratando de projetos, falta apenas Entre Rios, os outros todos estão sendo encaminhados. Dos 54 municípios que o governador recebeu quando assumiu, falta apenas um. O eminente deputado Reno Caramori vem aqui denunciar a sinalização, porque a obra foi feita! Ele andou um pouquinho a pé em cima da obra que foi feita e veio denunciar a sinalização.

O deputado Joares Ponticelli disse o contrário, disse que o governo não fez nada. Eu tenho que comprar algumas lentes para as pessoas enxergarem mais longe. O deputado Joares Ponticelli só enxerga ao redor da Assembléia Legislativa. Eu acho que o eminente deputado tinha que pegar um carro, visitar os municípios, alguns do seu partido, e vir aqui mostrar as imagens.

Eu lamento profundamente que a Assembléia Legislativa sirva de instrumento para denegrir a si mesma. Já fiz por escrito e não vou admitir, porque senão vou buscar todas as imagens para mostrar aqui no Parlamento e o Parlamento vai virar um engodo. Porque usar esta Casa para trazer imagens para denegrir um deputado, precisaria ter consultado o presidente, que, tenho certeza, não admitiria. Senão iremos preparar-nos e buscar imagens! Imagens de agora, dos seus pronunciamentos quando foi líder, para mostrar o quanto enganaram a população de Santa Catarina e foram derrotados por isso.

Então, lamento profundamente que o Parlamento, que a TVAL sirva de instrumento para questionar um parlamentar. Se isso valer, não sei o que vai acontecer com a TVAL, porque todos nós vamos rever cenas para mostrar as palavras, os questionamentos e as inverdades. Vamos buscar requerimentos, informações, porque o deputado Joares Ponticelli votava contra as informações, não deixava tocar nas informações do governo. Requerimentos contra o governo não passavam. Era assim que trabalhavam.

Hoje nós temos um governo democrático. Todas as informações e questionamentos são respondidos. Tudo o que a Oposição quer, nós deixamos passar nesta Casa, porque temos um governo transparente, não temos um governinho como havia no passado, como era, infelizmente, na época da ditadura, que ditava ordens e mandava como faz o deputado Joares Ponticelli.

Todas as vezes que o deputado Joares Ponticelli me solicita aparte eu o atendo, agora quando sou eu que peço, posso morrer ali porque ele não concede. A época da ditadura não saiu ainda do seu corpo, ainda está enterrada no seu corpo. Mas há uma coisa: o deputado Joares Ponticelli precisa ir até a cidade de Tubarão procurar a população e ver no que errou, porque senão vai ter que se mudar. Ele já era do Alto Vale e veio para a cidade de Tubarão, porque lá não o quiseram mais. Agora está defendendo Araranguá, com certeza também vai para lá, mas só fez mil e poucos votos naquele município e não conseguirá se reeleger, mesmo com o prefeito ajudando. Porque se o prefeito me ajudasse numa cidade com 40 mil eleitores e eu fizesse mil e poucos votos, isso não seria nem considerado.

Então, deputado Joares Ponticelli, v.exa. precisa rever sua posição, seus pronunciamentos, porque o senhor, ontem, machucou os coitados dos suplentes. O senhor não veio para cá sozinho! Quantos suplentes do PP o trouxeram para cá que estão lá, marginalizados, porque v.exas. não abrem espaço para assumirem? Mas se não fossem eles, v.exas. não teriam legenda, e não tendo legenda, não seriam deputados. O suplente tem que ser valorizado, tem que ser respeitado, e v.exas. não o fazem.

V.Exa. disse que eu vim como suplente. Vim, sim! Mas ajudei a eleger um governo, fui líder nesta Casa e não fui desvalorizado em nenhum minuto. Não sei o que aconteceu, que chuva ocorreu na população, porque eu fiz mais votos do que o senhor, que como deputado fez menos voto do que eu, que fui suplente. Então, acho que há alguma coisa errada. O que está faltando? Trabalho mais sério, responsabilidade, resposta à população de Tubarão que o senhor não deu! Então, são essas questões que precisam ser reparadas.

Mas não há problema, esta tribuna vai servir muito ainda para o deputado Joares Ponticelli dar explicação à população.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Elizeu Mattos, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, sra. deputada, srs. deputados, estou um pouco feliz hoje, deputado Professor Grando. Na quinta-feira eu consegui, no primeiro momento, discutir pelo menos um tema de relevância.

Mas não estou totalmente feliz porque me preparei para discutir outro tema, um tema que tenho estudado, que é o pedágio. Já anunciei várias vezes e não vou conseguir fazê-lo novamente. Eu pensava que hoje, deputada Odete de Jesus, depois da orientação do deputado Kennedy Nunes à bancada do PP, o vice-líder e presidente do partido iria, nesta quinta-feira, apresentar alguma proposta, falar alguma coisa positiva. Que, por orientação do seu líder e em respeito às crianças que estavam assistindo à sessão, iria mostrar o lado positivo do Parlamento nas discussões das grandes causas e coisas do nosso povo e do estado de Santa Catarina.

Mas quero iniciar, deputado Professor Grando, com a frase do filósofo grego Tales de Mileto: "A felicidade do corpo consiste na saúde e a do espírito na sabedoria". Quando se fala só o lado negativo - e vou repetir a frase do filósofo grego: "A felicidade do corpo consiste na saúde e a do espírito na sabedoria" -, o cidadão, no mínimo, não é feliz; é um infeliz. E quando não tem nada a acrescentar, a discutir, é porque falta sabedoria ao cidadão, porque não consegue sair, todos os dias, do mesmo tema. Foi o mesmo ontem, anteontem.

Quem assistiu ao presidente do PP discursar, deve estar achando que é um discurso novo. Não! Eu estou aqui desde fevereiro e é sempre o mesmo discurso todos os dias, em todas as sessões plenárias. Não sai disso! Decorou, e o assunto é o sempre o mesmo.

Eu acho que o discurso do deputado Reno Caramori foi consistente, pois discutiu ações e melhorias. Trouxe um assunto novo para este Parlamento. Eu creio que o seu partido está mal de presidente, deputado Reno Caramori. Uma pessoa que se diz presidente de uma sigla, quando não respeita um militante político; quando diz que suplente não serve para nada; quando não reconhece os militantes da base, vai levar o seu partido a encerrar a carreira no estado de Santa Catarina!

E vexas. têm que, urgentemente, fazer uma convenção do partido, antes que esse presidente acabe com o PP no estado de Santa Catarina! Ninguém mais vai querer sair candidato, porque aqui há uma falta de respeito com o militante! Deve-se respeitar não só quem sai candidato - e eu estou aqui como deputado por inteiro -, mas também o líder, o militante e o eleitor, porque ninguém se elege sozinho! Vota-se uma lista dentro de um partido, escolhe-se e faz-se uma legenda pelo critério eleitoral hoje.

Há vereadores e suplentes de vereadores de Bom Retiro que estão aqui e que se sentem envergonhados, porque fizeram uma campanha graças aos suplentes, graças à nominata! Nós temos dois vereadores aqui eleitos pelo PMDB, em Bom Retiro, que sozinhos não seriam vereadores.

Estranha-me muito um presidente de partido usar esta tribuna e abordar sempre o mesmo assunto. Agora, um cidadão que representa esse partido - e tem diminuído o tamanho daquela sigla, ultimamente -, que é nosso colega aqui, falou que as Regionais são cabides de emprego e que nada aqui se faz. Eu fui secretário de Desenvolvimento Regional e sei o que foi feito na nossa região, na serra catarinense; eu sei o que foi realizado e o que conseguimos! Nós recuperamos, em quatro anos, com o governo Luiz Henrique da Silveira, o que não tinha sido feito em 30 anos na serra catarinense.

Fala-se que há problemas em colégios. É claro que há problemas em colégios, mas lá em Lages, na região da serra, nós tínhamos 46 colégios com problemas e 38 já não têm mais. Os problemas teriam continuado na educação, se não houvesse a descentralização.

Discute-se que houve o aumento de 81 cargos, e para mim, cargo comissionado e cargo contratado são iguais. ACTs contratados no governo passado, no governo anterior ao de Luiz Henrique: na região da serra catarinense havia 3 mil ACTs. Hoje, os ACTs não chegam a 600.

Fala-se que houve um aumento de 81 cargos, mas de oito anos para cá a população de Santa Catarina também teve um crescimento significativo. É insignificante falar se aumentou ou não - não vou discutir se houve ou não aumento - porque antes os cargos eram aqui e hoje estão distribuídos no estado de Santa Catarina. As pessoas não vêm do interior para Florianópolis, ficam morando lá no interior.

Há coisas que precisamos discutir. No Parlamento temos que discutir idéias. Há muitas coisas diferentes para falar. Quem sou eu para falar isso - estou chegando agora -, mas alguns precisam ler, estudar. A leitura faz bem porque assim temos outros assuntos para discutir. Temos que discutir os assuntos do país, do estado. Mas só vamos conseguir fazê-lo tendo uma mente limpa, sadia, com felicidade. Só vamos discutir, se lermos as coisas e tivermos a capacidade, no mínimo, de interpretá-las. Temos que estudar!

Sempre falo, srs. deputados, que o melhor caminho para o desenvolvimento é a cultura, a educação. E às vezes estranho ao ver que algum professor, que é deputado, tem dificuldade de interpretação de leitura. Talvez faça pouca leitura. Por isso que citei, e vou citar novamente, a frase do filósofo grego Tales de Mileto: "A felicidade do corpo consiste na saúde e a do espírito na sabedoria". Não sou sábio, mas tento me esforçar, ler e estudar para que, ao ocupar a tribuna deste Parlamento, as pessoas que estão-nos assistindo consigam, pelo menos um pouquinho, tirar alguma conteúdo do que falamos, aprender um pouquinho.

Somos só 40 representando este estado, somos o espelho da sociedade. E o que ela vai dizer se, todos os dias, ao ligar a TV, ver que a TVAL só repete as sessões, que não há sessão nova. Se pegar o líder do PP discursando, coitado do telespectador lá do outro lado! Ele vai pensar: agora começaram a repetir todo o dia a mesma sessão. Mas, na verdade, não há repetição da mesma sessão; é porque o cidadão que ocupa esta tribuna é incapaz de discutir outros assuntos de interesse do estado e do nosso Brasil.

Então, hoje, neste último dia de sessão da semana, deixo uma reflexão para todos nós: vamos tentar, pelo menos na quinta-feira, discutir grandes projetos para o estado de Santa Catarina!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra o deputado Serafim Venzon, médico de Brusque, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, cumprimento, especialmente, a nossa plateia que ocupa aqui as galerias da Casa, assim como também todos os telespectadores e os ouvintes do sistema de comunicação da Assembléia.

Sr. presidente, quero adotar aqui um procedimento que diz que nada é mais forte do que uma idéia que chegou ao seu tempo. Em 1995, quando comecei o primeiro mandato de deputado federal, desencadeei um movimento no Vale do Rio Itajaí-Mirim, vale que liga Itajaí a Vidal Ramos, em prol da construção de uma rodovia que ligasse a BR-282 à BR-101, em Itajaí, que passasse por Brusque, Botuverá e Vidal Ramos. Em Vidal Ramos derivaria para Petrolândia e através desse município ou de Alfredo Wagner ligaria na BR-282. Interligaríamos assim a BR-282 com a BR-101, encurtando em muito o caminho de todos os oestinos, de todos os que viessem da região serrana para a região litorânea, especialmente para Balneário Camboriú, Itajaí e Itapema. Muita gente faz esse trajeto, que é turístico.

Mas a justificativa dessa estrada só teria finalidade se houvesse ali alguma coisa que, economicamente, viabilizasse esse projeto. A estrada que denominamos de Rodovia do Cimento, em 1995, tem uma grande justificativa social. No Vale do Itajaí-Mirim, hoje, já existe uma estrada de chão batido de Botuverá até Vidal Ramos, mas para desenvolver essa área e para fazer a interligação da região serrana, do planalto com o litoral, precisamos dessa estrada que iria desenvolver muito a região. E qual seria a justificativa econômica para poder fazer acontecer essa estrada? O que se iria transportar, além de pessoas, para justificar a implantação dessa estrada?

Esta semana tivemos notícias avissareiras: a Votoran vai implantar uma fábrica de cimento, que há muitos anos era sonhada. Ainda anteriormente à Votoran, era sonhada por uma cooperativa chamada Cimenvale, à qual há mais de 50 anos muitos se associaram na intenção de ser sócios de uma grande fábrica de cimento. Na época, vislumbrava-se que essa fábrica seria construída para atender toda a região sul.

Agora, não mais com o nome de Cimenvale, mas com o nome de Cimento Votoran, vão começar a implantação dessa fábrica no mês de novembro ou dezembro, ou, na pior das hipóteses, no começo do ano que vem. A implantação dessa fábrica irá custar, aproximadamente, R\$ 360 milhões. Isso vai alvoroçar os municípios de Vidal Ramos, Presidente Nereu, Leoberto Leal, Alfredo Wagner, Ituporanga, enfim, todo o Alto Vale. Naturalmente ela irá trazer grandes divisas para Santa Catarina, pois se vislumbra que essa fábrica produzirá cimento para os estados do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina, do Paraná, do Mato Grosso do Sul e de São Paulo. Quer dizer, as regiões sul e sudeste seguramente receberão o cimento. E naturalmente que Santa Catarina terá, então, os *royalties* dessa produção.

Além dessa Rodovia do Cimento, agora se estuda a possibilidade de construir, paralelamente, através do programa PPP, uma ferrovia ligando Vidal Ramos até o porto de Itajaí. E além de estar fazendo essa ligação, estaria transportando o cimento para toda a região litorânea, onde temos um grande consumo do produto. Essa ferrovia ainda interligaria o sul com a região serrana, juntamente com a ferrovia que já temos lá, bem como também interligaria Vidal Ramos praticamente com todas as regiões brasileiras, através das ferrovias que já temos implantadas. E, naturalmente, com a distribuição de cimento, vai-se viabilizar também todo o transporte ferroviário dos estados de Santa Catarina, do Paraná e do Rio Grande do Sul.

Então, na verdade, Santa Catarina está dando uma grande mexida econômica. E o estado precisa dessa mexida econômica. Se nós formos ver região por região, veremos que temos ali algum grande investimento. Há grandes investimentos na região de Lages, no extremo oeste, no extremo sul, na região norte, no planalto

norte. Enfim, em todas as regiões isso acontece, graças a Deus e graças à ação inteligente do homem e à ação inteligente do governo, que usa uma política de descentralizar as ações, que usa uma política de buscar parceiros. E nós votamos aqui a lei das PPPs, em que Santa Catarina será certamente pioneira dentro desse programa. E, aliás, o governo federal tem isso, mas não aconteceu nada ainda.

Então, em Santa Catarina vislumbramos aqui um grande número de investimentos em parceria com a iniciativa privada. O governo tem limitações. Aquilo que se fala aqui que o caixa do governo está no limite, é verdade. E nem poderia ser diferente! Quer dizer, todo o dinheiro que o governo recebe dos tributos, ele tem de investir em ações sociais, como faz na saúde, na educação ou na segurança, para melhorar todas as ações sociais que geram o nosso bem-estar.

E naturalmente que ele próprio não teria a capacidade para gerar investimentos

que são próprios da iniciativa privada. Cabe a qualquer governo viabilizar as questões sociais. O dinheiro que advém dos impostos tem a finalidade principal de melhorar a qualidade de vida das pessoas, os investimentos sociais. E esse tributo vem dos investimentos econômicos que são feitos pela iniciativa privada. Mas o governo tem que estimular isso, e é o que estamos fazendo através do Prodec, das PPPs, da SC Parcerias. Enfim, temos aí grandes encaminhamentos.

E na questão de Vidal Ramos, com a implantação da fábrica do cimento, agora chegou a hora de construir a Rodovia do Cimento. E certamente o próprio estado pode fazê-la ou mesmo em parceria com a iniciativa privada.

No que tange à ferrovia, essa ferrovia que interligaria Vidal Ramos com a região serrana e com o porto de Itajaí, certamente poderia ser implantada através de uma PPP. E seguramente se pagaria somente com o transporte de cimento. Aquela fábrica de cimento vai produzir cimento para todo o sul e sudeste do país por 35, 40 anos e, quem

sabe, por mais de 50 anos. Então, a ferrovia aí se justifica e muito!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Esta Presidência gostaria de parabenizar o secretário da Educação, deputado Paulo Bauer, pelas suas ações desenvolvidas no planalto norte.

Parabéns, secretário Paulo Bauer!

Gostaria de confabular com o deputado Elizeu Mattos na citação de Tales de Mileto: "A felicidade do corpo é a saúde e a do espírito é a sabedoria".

Não há mais oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, solene, para segunda-feira, às 19 horas, em homenagem ao Dia do Maçom.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 015ª SESSÃO SOLENE DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 20 DE AGOSTO DE 2007 ÀS 19H PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA HOMENAGEM AO DIA DO MAÇOM (LEI N. 13.461/2005) PROPOSIÇÃO DO DEPUTADO JORGINHO MELLO SUMÁRIO

DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Afirma que é chegada a hora de conclamar os maçons detentores de poder para discutir e programar ações em benefício da sociedade.

DEPUTADO JORGINHO MELLO - Ressalta que a instituição do Dia do Maçom foi uma forma de reconhecer a participação da Maçonaria nos mais importantes acontecimentos do Brasil e de Santa Catarina.

GRÃO-MESTRE AIRTON EDMUNDO ALVES - Fala do respeito aos direitos do homem e do direito à cidadania para que se promova um mundo mais justo.

GRÃO-MESTRE IB SILVA - Lembra que a história da Maçonaria se confunde com a história de luta pela liberdade da humanidade em todos os tempos.

GRÃO-MESTRE GETÚLIO CORRÊA - Enfatiza que é preciso unir todos em prol do bem comum e que os maçons que detêm poder devem cumprir esse papel.

O SR. DEPUTADO JORGINHO MELLO - Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão solene.

Convido os deputados Onofre Santo Agostini e Joares Ponticelli para conduzirem à mesa as autoridades que serão nominadas para compô-la.

Excelentíssimo sr. Alaor Souto, presidente da SC Parcerias, neste ato representando o governador de Santa Catarina, sr. Luiz Henrique da Silveira;

Excelentíssimo sr. Danilo Aronovich Cunha, secretário municipal de Governo, neste ato representando o prefeito da capital, sr. Dário Berger;

Excelentíssimo sr. conselheiro José Carlos Pacheco, presidente do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;

Eminentíssimo grão-mestre Ib Silva do Grande Oriente do Brasil - Santa Catarina;

Sereníssimo grão-mestre Getúlio Corrêa do Grande Oriente de Santa Catarina;

Sereníssimo grão-mestre Airton Edmundo Alves da Grande Loja de Santa Catarina;

Convido o sr. deputado Antônio Aguiar, quarto-secretário da Assembléia Legislativa, para secretariar os trabalhos desta sessão solene.

Excelentíssimas senhoras, senhores e autoridades presentes.

A presente sessão foi convocada por solicitação da Mesa Diretora deste Poder, com a aquiescência dos demais srs. parlamentares, em comemoração ao Dia do Maçom do estado de Santa Catarina, cumprindo determinação contida no art. 2º da Lei n. 13.461, de 6 de setembro de 2005, de autoria deste modesto irmão deputado, que instituiu o dia 20 de agosto como o Dia do Maçom no estado de Santa Catarina.

Convido todos os senhores para, de pé, ouvirmos o hino nacional, interpretado pelo coral da Assembléia Legislativa, sob a regência do maestro Reginaldo da Silva.

(Procede-se à execução do hino nacional.)

(Palmas)

Esta Presidência quer registrar com muito prazer e com muita honra a presença das seguintes autoridades:

Major Waldyvio da Costa Paixão Júnior, neste ato representando o comando da Aeronáutica;

Sr. Luciano Caminha, venerável mestre da Loja Campos Lobo, n. 1310, de Florianópolis;

Sr. Paulo Roberto de Jesus, venerável mestre da Loja Renovação, n. 3387, de Florianópolis;

Sr. Waldnayr Dilmo de Pra Neto, delegado grão-mestre do Grande Oriente do Brasil - Santa Catarina;

Sr. Edson de Souza, venerável mestre da Loja Acácia, de Imbituba, n. 3506;

Sr. Francisco Eugênio Pereira, venerável mestre da Loja Padre Roma, nº 16;

Sr. Telmo Pellegrino, venerável mestre da Loja Lara Ribas, n. 66, Grande Oriente de Santa Catarina;

Sr. Hamilton Peluso, venerável mestre da Loja Lauro Müller II, n. 2, de Florianópolis;

Sr. Carlos Alberto Bonetto, venerável mestre da Loja Ademar Nunes Pires Júnior, n. 51, de Florianópolis;

Sr. Luis Oscar Bonassis, venerável mestre da Loja Comandante Lara Ribas, n. 3055, do Grande Oriente do Brasil;

Sr. Anísio Pedro Camilo, venerável mestre da Loja Jerônimo Coelho, n. 1820, do Grande Oriente do Brasil;

Sr. Antônio Bencz, venerável mestre da Loja União Brasileira, n. 2085, de Florianópolis;

Sr. Paulo Tramontini, venerável mestre da Loja Inconfidência, n. 27, de Concórdia;

Sr. Paulo Tatin, venerável mestre da Loja União Catarinense n. 2764, de Florianópolis;

Sr. César Azambuja, venerável mestre da Loja Fiel Amizade, n. 72, do Grande Oriente de Santa Catarina;

Sr. Manoel José Decon, venerável mestre da Loja Perseverança, n. 3005, do Grande Oriente do Brasil - Florianópolis;

Sr. Rogério Paraná Almeida, venerável mestre da Loja Mestres da Fraternidade, do Grande Oriente do Brasil - Santa Catarina;

Sr. João Carlos de Souza Vargas, venerável mestre da Loja Portal da Serra, n. 102, do Grande Oriente de Santa Catarina;

Sr. Alceu de Oliveira Pinto Júnior, venerável mestre da Loja ARLS Universitária Samuel Fonseca e sumo sacerdote do Capítulo Jacques Demolay de Maçons do Real Arco;

Sr. Edson Biazussi, venerável mestre da Loja Lisis Brandão da Rocha, do Grande Oriente de Santa Catarina;

Sr. José Aroldo Schlichting, venerável mestre da Loja Ordem e Trabalho, do Grande Oriente do Brasil - Santa Catarina;

Sr. Renato José Thiesen, venerável mestre da Loja Jerônimo Coelho, n. 13, do Grande Oriente de Santa Catarina;

Excelentíssimo sr. Gelson Merísio, deputado estadual, que nos honra com a sua presença;

Excelentíssimo sr. deputado Professor Grando;

Sr. Nelson Oliveira Moraes, Lealdade, Ação e Vigilância - Confederação Maçônica Brasileira - Grande Oriente de Santa Catarina;

Sr. Ney Duarte Hernandez Galante, presidente do Tribunal de Justiça do Grande Oriente do Brasil;

Sr. Miguel Christakis, grão-mestre de honra do Grande Oriente de Santa Catarina;

Sr. Wagner Sandoval Barbosa, grão-mestre adjunto do Grande Oriente do Brasil - Santa Catarina;

Coronel Walmor Backes, grão-mestre honorário do Grande Oriente do Brasil - Santa Catarina e presidente da Fundação Hermon;

Sr. Péricles Barcellos da Rosa, mestre da Loja Acácia, de Imbituba;

Sr. Carlos Gerk Naegele, mestre da Loja Lara Ribas, n. 66, de Florianópolis;

Sr. Eduardo Vieira Velloso, mestre da Loja Renovação, n. 3387, de Florianópolis;

Sr. Arlito Zanelatto, representando a Loja Lédio Martins, n. 35, de Florianópolis;

Sr. Alcides de Ataíde, representando a Loja Acquarius, n. 2768, de Florianópolis;

Sr. Ricardo Zimmermann Lima, representando o venerável mestre Ivan Flaith, da Loja Universo da Arte Real, de Penha, Santa Catarina;

Sr. Galvani Guaracy Cardoso Alfaia, representando o venerável mestre Rodolfo Ruediger Neto, da Loja Luz do Vale, de Gaspar, Santa Catarina;

Sr. Jorge dos Passos Corrêa Cobra, representando o venerável mestre da Loja Manoel Gomes, n. 24, da Grande Loja de Santa Catarina;

Sr. Antônio Carlos Arantes Bernardes, deputado estadual da Assembléia Legislativa Maçônica, representando o venerável mestre da Loja Mestres da Fraternidade, n. 3454;

Sr. José Luiz P. Riofi, deputado estadual da Assembléia Legislativa Maçônica, representando a Loja Retidão e Cultura de São Pedro de Alcântara, Grande Oriente do Brasil - Santa Catarina;

Sr. José de Souza Afonso, secretário-geral do Grande Oriente do Brasil;

Sr. Lauro Bonfim dos Passos, mestre instalado da Loja Jerônimo Coelho, n. 1820, do Grande Oriente do Brasil - Santa Catarina;

Sr. Aguinaldo José Loureiro, mestre instalado da Loja Lara Ribas, n. 66, do Grande Oriente de Santa Catarina;

Sr. João José da Silveira Vieira, mestre instalado da Loja União da Ilha, do Grande Oriente do Brasil - SC;

Sr. Lúcio Nelson Martins, ex-grão mestre do Grande Oriente de Santa Catarina;

Sr. Luiz Tadeu de Arruda, mestre instalado da Loja Manoel Gomes, n. 24, de Florianópolis;

Sr. Claudiocer Antônio Lautert, mestre instalado da Loja Jerônimo Coelho, n. 1820, de Florianópolis;

Sr. César Stefen de Albuquerque, mestre instalado da Loja União Catarinense, n. 2764, de Florianópolis;

Sr. Mauro Paes, venerável mestre da Loja Gitai Ribeiro Borges, n. 58, do Grande Oriente de Santa Catarina;

Sr. Elmo Bittencourt, grão-mestre de honra do Grande Oriente do Brasil, Santa Catarina;

Sr. Wilson Maes, deputado estadual da Assembléia Legislativa Maçônica, representando a Loja Ordem e Progresso de Itajaí, do Grande Oriente do Brasil - Santa Catarina;

Sr. Rafael Zanelatto Júnior, venerável mestre da Loja Estrela Matutina, do Grande Oriente do Brasil - Santa Catarina;

Sr. coronel PM Sigfrido Maus, presidente da Associação dos Oficiais Militares Estaduais do Brasil - Amebrasil;

Sr. Luiz Eduardo Mendes Zanis, gerente da secretaria de Desenvolvimento Regional de Rio do Sul, neste ato representando o secretário de estado da Saúde;

Sr. Guilherme Kist, mestre da Loja Acácia, de Imbituba.

Convido, neste momento, o sr. deputado Joares Ponticelli para fazer uso da palavra em nome das bancadas de Oposição desta Casa.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Excelentíssimo sr. deputado e irmão Jorginho Mello, autor do requerimento que ensejou a presente sessão solene;

Excelentíssimo sr. Alair Tissot, presidente da SC Parcerias, neste ato representando o excelentíssimo sr. governador do estado;

Sr. Danilo Aronovich Cunha, secretário municipal de Governo, neste ato representando o sr. prefeito municipal;

Excelentíssimo sr. conselheiro José Carlos Pacheco, presidente do Tribunal de Contas do Estado;

Excelentíssimo grão-mestre Ib Silva, do Grande Oriente do Brasil;

Excelentíssimo grão-mestre Getúlio Corrêa, do Grande Oriente de Santa Catarina;

Excelentíssimo grão-mestre Airton Edmundo Alves, da Grande Loja de Santa Catarina;

Excelentíssimo sr. deputado Antônio Aguiar, quarto-secretário da Assembléia Legislativa de Santa Catarina;

Srs. deputados, deputado irmão Onofre Santo Agostini, deputado irmão Gelson Merísio, deputado Professor Grando, irmãos, cunhadas, membros do coral da Assembléia Legislativa, servidores desta Casa, catarinenses que nos acompanham nesta sessão e aqueles que nos acompanham através da TVAL e da Rádio Alesc Digital.

Agradeço a oportunidade de me manifestar em nome das Oposições que integram esta Casa Legislativa. Quero cumprimentar, mais uma vez, v.exa. pela iniciativa do projeto de lei que votamos ainda na legislatura passada e também pela iniciativa da realização da presente sessão.

Tive a oportunidade de acompanhar, na tarde de hoje, parte da sessão especial do Senado da República, deputado Onofre Santo Agostini, proposta pelo senador irmão Mozarildo Cavalcanti, em homenagem ao Dia do Maçom. Aprendi muito com os discursos do senador irmão Mozarildo Cavalcanti e do senador irmão Efraim Moraes, mas foi com o senador Mão Santa que mais pude comemorar por aquela brilhante sessão do Senado da República, quando o senador, apresentando-se como cristão, não como maçom, com a sua maneira singular de se pronunciar, teve a humildade de pedir desculpas pelos tantos equívocos cometidos contra a Maçonaria no Brasil, especialmente no século XIX. Foi uma bellissima sessão. Certamente os que puderam acompanhar chegaram à mesma conclusão que eu.

Fico muito satisfeito, deputado Jorginho Mello, pela deferência de poder, nesta oportunidade ímpar, na presença dos três grão-mestres, dirigentes maiores da Maçonaria em Santa Catarina, manifestar-me como deputado irmão, como alguém que sempre assumiu esta condição, mesmo sendo filho de um pequeno município de Santa Catarina, onde muitas vezes teve que dar muitas explicações por integrar esta instituição, mas que nunca omitiu esta condição, porque tem muito orgulho de integrar a Maçonaria.

Aprendi muito nesta instituição, mas tenho me tornado, sereníssimos grão-mestres, um crítico, em loja e fora dela, com relação aos rumos da Maçonaria, especialmente pela não-cobrança da nossa instituição daqueles que, como eu, detêm um cargo eletivo.

Eu entendo que é chegado o momento das três potências maçônicas de Santa Catarina conclamarem o povo maçônico detentor de mandato, detentor de poder em qualquer esfera, seja do Executivo, do Legislativo ou do Judiciário, no âmbito do município, do estado ou da união, e no mínimo anualmente, fazer com que esse povo, suprapartidariamente, possa reunir-se, discutir, planejar e programar a ação para nos diferenciar daqueles que não integram a nossa instituição.

Não que queiramos uma condição privilegiada, mas entendo que devemos, à instituição que integramos, explicações sobre as nossas ações, sobre o diferencial que deveríamos ter quando da ocupação de mandatos e de poder. É preciso que haja um comportamento diferenciado; do contrário, as belíssimas reflexões que fazemos em loja não produzem efeito prático.

Por isso, nesta oportunidade, quero reiterar mais uma vez a minha disposição e tenho conversado com os colegas irmãos nesta Casa: é preciso que Santa Catarina, vanguardeira que é, possa dar mais este bom exemplo para o Brasil e que aqui o comando das nossas instituições possa chamar-nos para prestar contas e mostrar anualmente qual a diferenciação, quais as ações efetivas que os maçons, detentores de poder e de mandato, exerceram ao longo do período.

Quero, publicamente, colocar-me à disposição e espero que na próxima comemoração desta importante data possamos aproveitar, pelo menos os maçons que integram esta Casa, e prestar contas das nossas ações aqui no Poder Legislativo de Santa Catarina.

Um grande abraço a todos!
(Palmas)
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. DEPUTADO JORGINHO MELLO - Neste momento farei uso da palavra por ser proponente do projeto que resultou na Lei n. 13.461, de 2005, que instituiu o Dia do Maçom no estado de Santa Catarina.

Convido o deputado Antônio Aguiar para me substituir enquanto faço uso da palavra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra o sr. deputado Jorginho Mello.

O SR. DEPUTADO JORGINHO MELLO - Excelentíssimo sr. deputado Antônio Aguiar, quarto-secretário que preside esta sessão neste momento;

Excelentíssimos srs. deputados que se encontram aqui presentes;

Excelentíssimo sr. Alaor Tissot, presidente da SC Parcerias, que representa, neste ato, o governador de Santa Catarina;

Excelentíssimo sr. Danilo Aronovich Cunha, neste ato representando o prefeito da nossa capital;

Excelentíssimo sr. conselheiro José Carlos Pacheco, presidente do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;

Excelentíssimo grão-mestre Ib Silva, do Grande Oriente do Brasil;

Excelentíssimo grão-mestre Getúlio Corrêa, do Grande Oriente de Santa Catarina;

Excelentíssimo grão-mestre Airton Edmundo Alves, da Grande Loja de Santa Catarina;

Excelentíssimos srs. deputados Joares Ponticelli, Onofre Santo Agostini, Professor Grandó e Gelson Merísio;

Autoridades maçônicas aqui presentes;

Meus irmãos, amigos e convidados.
(Passa a ler.)

"O reconhecimento é um dos gestos mais bonitos que existem. Quando propus a criação de uma lei que reconhecesse o dia 20 de agosto como o Dia do Maçom em nosso estado tive esse objetivo. E nesta noite, através desta sessão solene, o Parlamento catarinense reconhece a importante participação da Maçonaria no passado e no presente do nosso estado.

Segundo o saudoso irmão Manoel Gomes: 'A Maçonaria é uma instituição filantrópica, filosófica e progressista. Tem por objetivo o aperfeiçoamento material, moral e intelectual da humanidade, por meio da investigação constante da verdade, do culto inflexível da moral e da prática desinteressada da solidariedade'.

A história do Brasil mal pode ser separada da história da Maçonaria brasileira. Vários dos principais fatos históricos têm suas raízes entranhadas no pensamento maçônico. A Inconfidência Mineira, a Revolução Pernambucana, o 'Fico', de Dom Pedro, o Grito da Independência, a Lei Áurea e a Proclamação da República são alguns dos exemplos que podemos citar da participação da Maçonaria na luta pela liberdade, pela igualdade e pela fraternidade do nosso povo.

Em Santa Catarina não poderia ser diferente. De Giuseppe Garibaldi a Jerônimo Coelho, passando por grandes nomes da política, da cultura, do meio empresarial, da religião, enfim, em todos os ramos da sociedade catarinense tivemos e temos maçons, que de uma forma ou de outra buscaram e buscam fazer com valores como a honra, o respeito, a caridade e a lealdade se espalhem no seio do povo barriga-verde.

Comemoramos, no Dia do Maçom, um trabalho realizado incansavelmente para a construção de uma sociedade mais justa e mais perfeita, fundamentada nos princípios do estado democrático de direito e na liberdade.

Antes secreta, hoje discreta, a Maçonaria age sem alarde realizando importantes trabalhos sociais de alto valor humanitário, como o auxílio a inúmeras creches, hospitais, asilos e orfanatos. A Maçonaria tem como lema 'O que a mão direita faz, a esquerda não precisa ficar sabendo'. Entretanto, é importante salientar, senhoras e senhores, esse trabalho não é realizado apenas pelos maçons, mas também por nossas cunhadas, que têm posição de destaque nesta importante luta.

Esta Casa Legislativa, que já acolheu e acolhe vários maçons, seja nas cadeiras deste plenário ou mesmo nas atividades administrativas, regozija-se por estar comemorando este dia. Que esta sessão solene sirva como um banho de novos ânimos aos bravos maçons que diuturnamente buscam fazer com que o estado de Santa Catarina, o Brasil e o mundo sejam melhores, mais justos e mais proficuos para as novas gerações que virão.

Que o Grande Arquiteto do Universo derrame suas bênçãos sobre o povo de Santa Catarina, ajudando a amenizar a dor dos aflitos e fortalecendo o coração dos bravos.

Deixo a todos os maçons meu triplíce e fraterno abraço.

Boa-noite e muito obrigado!"

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Devolvo a condução dos trabalhos ao deputado Jorginho Mello.

O SR. DEPUTADO JORGINHO MELLO - Convido o deputado Gelson Merísio para fazer a entrega de placa, em nome deste Parlamento, à Grande Loja de Santa Catarina, neste ato representada pelo sereníssimo grão-mestre Airton Edmundo Alves.

(Procede-se à entrega da placa.)

(Palmas)

Convidamos o sr. deputado Onofre Santo Agostini para fazer a entrega de placa, em nome deste Parlamento, ao Grande Oriente do Brasil e de Santa Catarina, neste ato representado pelo seu grão-mestre Ib Silva e também flores à sra. Lenita Gomes Silva, pela presidência da Fraternidade Feminina Cruzeiro do Sul, entidade que tem por objetivo prestar assistência social dessa potência Maçônica.

(Procede-se à entrega da placa e das flores.)

(Palmas)

Convido o sr. deputado Antônio Aguiar e o sr. deputado Professor Grandó para fazerem a entrega de placa, em nome deste Parlamento, ao Grande Oriente de Santa Catarina, neste ato representado pelo seu sereníssimo grão-mestre Getúlio Corrêa.

(Procede-se à entrega da placa.)

(Palmas)

Convido todos os presentes para, de pé, ouvirmos o hino da Maçonaria, de autoria de Dom Pedro I.

(Procede-se à execução do hino.)

(Palmas)

Convido para fazer uso da palavra o sereníssimo grão-mestre Airton Edmundo Alves.

O SR. GRÃO-MESTRE AIRTON EDMUNDO ALVES - Excelentíssimo sr. deputado Jorginho Mello, autor do requerimento que ensejou a presente sessão solene;

Excelentíssimo sr. Alaor Tissot, presidente da SC Parcerias, neste ato representando o excelentíssimo sr. governador do estado de Santa Catarina, dr. Luiz Henrique da Silveira;

Excelentíssimo sr. Danilo Aronovich Cunha, secretário municipal de Governo, neste ato representando o prefeito municipal de Florianópolis, Dário Berger;

Excelentíssimo sr. conselheiro irmão José Carlos Pacheco, presidente do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;

Eminentíssimo grão-mestre irmão Ib Silva, do Grande Oriente do Brasil, Santa Catarina;

Sereníssimo grão-mestre irmão Getúlio Corrêa, do Grande Oriente de Santa Catarina;

Excelentíssimo sr. irmão Joares Ponticelli, deputado estadual;

Excelentíssimo sr. deputado Antônio Aguiar, quarto-secretário da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

Sras. cunhadas, srs. caríssimos irmãos.

(Passa a ler.)

"As celebrações que assinalam a passagem do Dia do Maçom têm para todos nós um significado revestido de singularidade ímpar. Momentos assim propiciam-nos o ensejo de buscar compartilhar da pugna superior por um denominador comum em prol da paz, da fraternidade e da justiça entre os seres humanos de todos os quadrantes do globo, sem ingerência alguma de convicções políticas, sociais ou religiosas.

Os atos que sublinham o Dia do Maçom não hão de circunscrever-se a meros festejos referentes ao transcurso de uma data comum. Imprescindível é que façamos da efeméride um motivo para gerar impulso capaz de reiterar fortemente nossas convicções, uma razão para o nosso próprio aperfeiçoamento moral. Tudo para que sirvamos de valentes guerreiros nos embates que a vida nos apresenta; para propagar, pelo exemplo e pela palavra, os princípios da Maçonaria, cujo corolário proclama:

Crença num princípio criador;

Obediência às leis do país;

Viver em honra;

Praticar a Justiça e

Amar o semelhante.

O maçom bem formado tem por fim a investigação da verdade, o culto da moral pela prática da solidariedade; pugna pelo progresso individual e social da humanidade, estendendo a todos os homens os elos fraternais, lutando, incessantemente, contra todas as manifestações de ignorância, contra o fanatismo e a superstição, que são os maiores males que afligem o homem.

O maçom honra a sua pátria dispondo-se a lutar pela preservação de sua integridade e do seu povo, jamais se constangendo de propagar as verdades maçônicas, sem qualquer temor e onde quer que sejam úteis. Só assim se poderão promover, por meios pacíficos e honestos, o bem-estar e a emancipação da humanidade.

Excelências, minhas senhoras, meus senhores, meus irmãos, em momentos como este em que aqui nos reunimos - sob a égide desta Assembléia, que é a genuína 'Casa do Povo' porque é composta de nossos legítimos representantes - para comemorar o Dia do Maçom, mais nos convencemos do nosso dever, na qualidade de homens livres e de bons costumes. Vemos à consciência que a sociedade, em parte expressiva, está a experimentar um desequilíbrio de dimensões gigantescas, seja por conta de ações humanas negativas sobre o meio ambiente, que ameçam e degradam nosso planeta, legando às gerações futuras um mundo de incertezas; seja por conta de equivocada e pretensa democracia praticada por grupos de poder que mesclam, arditamente, os haveres públicos e privados, manipulando interesses que atropelam a ética, inspirados por objetivos subalternos.

Oportunidade como esta propiciada à Maçonaria faz-nos recapitular conceitos que definem com clareza meridiana os princípios basilares de qualquer projeto democrático, ou sejam: o reconhecimento dois direitos fundamentais do homem, que deve ser respeitado; a representatividade social dos dirigentes políticos e da sua política, além da consciência de um povo acerca do seu direito à cidadania política, social e econômica, advinda do fato de pertencer o cidadão a uma coletividade fundada, em princípio, sobre o direito.

Dentro desse quadro sucintamente traçado, nós, maçons, temos a obrigação de propor que nossos semelhantes se eduquem de forma a assimilar a responsabilidade de cada um diante de si mesmo e dos outros; diante da lei e da justiça; do direito de ir e vir e da busca da felicidade, conscientizando-se de que o paternalismo e o clientelismo são fatores deletérios e por isso constituem séria ameaça à inteireza da cidadania.

Assim, queremos externar nossa profunda gratidão por esta preciosa oportunidade que nos foi dada, de aqui podermos reiterar: de que somente seguindo todos a linha própria do mundo justo e perfeito terão homens e mulheres condições plenas e legítimas de delegar poderes aos seus representantes, e estes, por certo, haverão de corresponder à perfeita tradução da sabedoria popular, que consigna: 'A voz do povo é a voz de Deus'."

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. DEPUTADO JORGINHO MELLO - Neste momento, convido para fazer uso da palavra o grão-mestre Ib Silva.

O SR. GRÃO-MESTRE IB SILVA - Quero saudar o deputado Jorginho Mello, mentor desta homenagem; os integrantes da mesa, os srs. deputados, os srs. maçons e os srs. convidados.

É bom que falemos e é bom que a população saiba a história da Maçonaria. Ela não foi só, sr. presidente, no Brasil. A história da Maçonaria se confunde com a história da liberdade, da soberania, do direito das nações e de todos os povos. Assim foi a Revolução Francesa. Rousseau, Montesquieu, Voltaire e Diderot eram maçons e fizeram a Revolução Francesa. Toda a Independência Americana: Thomas Jefferson e, a partir daí, Abraham Lincoln e Roosevelt foram maçons que fizeram a história e a pujança da nação americana. Winston Churchill, um grande maçom, líder da Inglaterra. E há tantos outros que podemos citar por este mundo afora. Toda a independência da Sul América foi a Maçonaria que fez. Simón Bolívar, José de San Martín, general Bernardo O'Higgins, todos foram grandes maçons e lutaram bravamente pela liberdade das nações.

Então, essa história tem que ser contada. E é com prazer e orgulho que podemos dizer isso ao povo catarinense.

Eu gostaria que todos fossem maçons e tivessem a oportunidade de conhecer os ideais e os princípios que nós praticamos. Nós teríamos um mundo cada vez melhor, nós teríamos um mundo cada vez mais cercado de ética, de moral, de respeito, de honra e de dignidade. Vai ser assim, o futuro será assim.

Cabe a nós, maçons, e cabe àqueles que nós podemos agregar aos nossos princípios, tornarmos uma força viva, uma força atuante, modificando e aprimorando o mundo que nos cerca e melhorando a vida daquelas pessoas com quem convivemos.

Obrigado, deputado Jorginho Mello, e obrigado a esta Casa do Povo pela homenagem. Todo dia é Dia do Maçom, hoje, especialmente, dia 20 de agosto, já por uma idéia antiga do Grande Brasil, em 1918, a idéia de se criar um dia especial. Mas podem acreditar, senhoras e senhores, que estamos diuturnamente trabalhando em prol da sociedade, para benefício dela, das pessoas e da comunidade.

O Grande Oriente do Brasil está em Santa Catarina desde 1831, com Jerônimo Coelho, muito antes de outras instituições, inclusive a nossa Polícia Militar, comandante Backes, que somos de 1935. Então, a Maçonaria chegou antes de muitas instituições e fincou o pé nessa terra. Cresceu, aumentou, desenvolveu-se e vai desenvolver-se muito mais com o nosso apoio, com o nosso trabalho e com a ajuda de toda a comunidade catarinense.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. DEPUTADO JORGINHO MELLO - Gostariamos de registrar a honrosa presença do ex-deputado Wilson Rogério Wan-Dall, conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Concedo a palavra ao sereníssimo grão-mestre Getúlio Corrêa.

O SR. GRÃO-MESTRE GETÚLIO CORRÊA - Excelentíssimo sr. deputado Jorginho Mello, autor do requerimento que ensejou a realização da presente sessão solene;

Sr. Alair Tissot, presidente da SC Parcerias, neste ato representando o sr. governador do estado, Luiz Henrique da Silveira;

Sr. Danilo Aronovich Cunha, secretário municipal de Governo, neste ato representando o sr. prefeito municipal, Dário Berger;

Excelentíssimo sr. conselheiro José Carlos Pacheco, grão-mestre honorário do Grande Oriente de Santa Catarina e presidente do Tribunal de Contas do Estado;

Sereníssimo grão-mestre Airton Edmundo Alves, muito respeitável figura de Santa Catarina;

Eminente grão-mestre Ib Silva, do Grande Oriente do Brasil;

Sr. deputado Antônio Aguiar, quarto-secretário da Assembléia Legislativa;

Srs. deputados Joares Ponticelli, Onofre Santo Agostini, Professor Grando, Gelson Merisio;

Sr. conselheiro Wilson Wan-Dall. Permitam-me fazer uma pequena leitura.

(Passa a ler.)

"Estamos perdidos há muito tempo...

O país perdeu a inteligência e a consciência moral.

Os costumes estão dissolvidos, as consciências em debandada.

Os caracteres corrompidos.

A prática da vida tem por única direção a

conveniência.

Não há princípio que não seja desmentido.

Não há instituição que não seja escarnecida. Ninguém se respeita.

Não há nenhuma solidariedade entre cidadãos. Ninguém crê na honestidade dos homens públicos.

Alguns agiotas felizes exploram.

A classe média abate-se progressivamente na imbecilidade e na inércia.

O povo está na miséria.

Os serviços públicos são abandonados a uma rotina dormente.

O Estado é considerado na sua ação fiscal como um ladrão e tratado como um inimigo.

A certeza desse rebaixamento invadiu todas as consciências.

Diz-se por toda a parte: 'O país está perdido!'

Alguns opositor do atual governo?... Não!'"[sic]

Essas palavras foram ditas por Eça de Queiroz em 1871. Isso demonstra que nós ciclicamente passamos por crises. E neste momento vivemos, sem dúvida, uma grande crise.

Em momentos como este, eu compartilho integralmente da posição do deputado Joares Ponticelli exatamente nisto: creio que a Maçonaria deve cobrar dos maçons, homens públicos, uma posição que respeite os princípios pelos quais se regem na instituição maçônica.

Também, meu caro irmão Airton Edmundo Alves, como bem disse o irmão, este momento não é só de gozozinho, de agradecimento ao deputado Jorginho Mello por esta idéia, mas, acima de tudo, de reflexão. Estes momentos, para nós, têm que ser de permanente reflexão sobre qual, na conjuntura atual, a nossa missão. Se nós temos uma história a relembrar, essa história tem que ser revigorada no presente. Nós temos uma história, e esta que foi aqui mencionada, não só no mundo, mas no Brasil, tem que ser repensada no presente, refletida, e ver qual é finalmente, neste momento, a nossa missão!

Creio e tenho a convicção plena, particular, de que a instituição maçônica não só é uma escola iniciática de aprimoramento pessoal; é muito mais do que isso. Ela teve exatamente, na sua história, uma função política, e é essa função que deve ter no presente. E a Maçonaria como um todo, não só os maçons, só será ouvida quando as obediências maçônicas se conscientizarem de que é imprescindível a sua união nesse momento. Não falo em unificação, que seria impensável, mas é imprescindível que a Maçonaria se conscientize de que somente unida poderá ser ouvida.

Creio que este momento, 20 de agosto, que para alguns, deputado Jorginho Mello, até não seria 20 de agosto, mas não importa qual é a data, o que importa para nós é que haja um momento destes. Este é o momento que v.ex.a. propiciou para que seja de permanente reflexão. A partir deste instante e, nesta semana, as lojas maçônicas farão exatamente isso. Então, aproveitem este momento para refletir sobre o papel do maçom. Muito obrigado, deputado, em nome do Grande Oriente.

E registro, finalmente, a presença honrosa para nós dos nossos ex-grão-mestres, que ajudaram a construir o nosso Grande Oriente, Miguel Christakis e Lúcio Nelson Martins. Permitam-me também estender esses cumprimentos ao irmão Elmo Bittencourt, grão-mestre de honra do Grande Oriente do Brasil, e ao irmão Walmor Backes, que hoje preside, para nossa satisfação, a Fundação Hermon, que é o braço social da instituição. Só nos falta hoje um braço político na instituição.

Muito obrigado!

(Palmas)

O SR. DEPUTADO JORGINHO MELLO - Convido todos para, de pé, ouvirmos o hino de Santa Catarina, interpretado pelo magnífico coral da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

(Procede-se à execução do hino.)

(Palmas)

Convido todos os senhores e senhoras para a exposição e lançamento do livro de fotografias *Coxilha Rica - Lages - Santa Catarina - Brasil*, do escritor e artista Ricardo Bampi, na Galeria de Arte Meyer Filho, pois a Assembléia Legislativa é o poder mais democrático de todos os poderes.

Agradeço a presença de todas as autoridades com assento à mesa, das autoridades maçônicas que nos honraram com o seu comparecimento, do coral da Assembléia, que nos brindou nesta noite com sua música e de todos os convidados de honra.

Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, no horário regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

AUDIÊNCIA PÚBLICA

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA SUBCOMISSÃO DA COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E MINAS E ENERGIA PARA DEBATER E A COMPANHAR A IMPLEMENTAÇÃO DA LEI GERAL DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS NO ESTADO DE SANTA CATARINA, REALIZADA NO DIA 21 DE JUNHO DE 2007, NO AUDITÓRIO SÃO JOSÉ, NA CIDADE DE CRICIÚMA, ÀS 19H

A SRA. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS (Maria Natel Sheffer Lorenz) - Senhoras e senhores, boa-noite.

Para darmos início aos nossos trabalhos, convidamos para tomar assento à mesa o deputado Dirceu Dresch, coordenador da Subcomissão da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, que coordenará os trabalhos; o deputado Clésio Salvaro; o deputado Décio Góes; o senhor Cloir Dassoler, presidente da Federação das Associações das Micro e Pequenas Empresas de Santa Catarina (Fampesc); o senhor Enocir Gonçalves, representando a Associações das Micro e Pequenas Empresas da Região de Criciúma (Ampe) e todas as entidades empresariais da região; o senhor Delmar Hugo Dorneles, representando a Secretaria de Estado da Fazenda; e o senhor Osni Rogério Vieira Branco, gestor da Unidade de Acesso a Serviços Financeiros do Sebrae/SC.

Passo a palavra ao deputado Dirceu Dresch, que presidirá os trabalhos desta audiência.

O SR. PRESIDENTE (deputado Dirceu Dresch) - Boa-noite a todos e a todas. É uma satisfação encontrar todos vocês nesta noite para debater um tema de grande importância para o nosso país, para o nosso Estado, que é a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa.

Quero cumprimentar todas as lideranças que estão na mesa, o senhor Enocir Gonçalves, que representa a Ampe e também as entidades empresariais de Criciúma; o senhor Cloir Dassoler, presidente da Fampesc, entidade que também promove essas audiências públicas - hoje estamos na quinta audiência; o nosso deputado Décio Góes, que tem participado ativamente de todas as audiências - e temos feitos essas audiências junto com as do orçamento regionalizado, que ocorrem no período da tarde, no mesmo local; o deputado Clésio Salvaro, que é da região; o senhor Osni Branco, que tem participado de grande parte das audiências públicas pelo Estado afora; e o senhor Delmar Hugo Dorneles, representando aqui a Secretaria de Estado da Fazenda, bem como todos os demais presentes.

Nós, na Assembléia Legislativa, propusemos a criação desta Subcomissão com uma preocupação... E já quero dizer aqui que acabamos tardando, a Assembléia Legislativa, o processo de debate das audiências públicas sobre esse assunto, mas é um pouquinho do jeito brasileiro, ou seja, deixamos as coisas para a última hora, já que a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa entra em vigor no dia 1º de julho. Mas ainda há tempo de fazer muita coisa e já adiantamos muito serviço, Cloir, nesses últimos dias, inclusive com o trabalho do governo do Estado, que tem várias ações, já que ele também tem o papel de aderir à Lei Geral e fazer as mudanças na legislação estadual. Avançamos muito e depois o Cloir pode falar desses avanços que tivemos nas negociações.

Esta audiência tem dois grandes objetivos. O primeiro é fazer um amplo debate sobre o tema, prestar os esclarecimentos necessários, provocar a discussão, levantar sugestões. E o segundo é, das sugestões tiradas nos debates, das expectativas elencadas, podermos levar para frente o que aqui foi levantado, e isso junto com a Fampesc, com as entidades empresariais, com a Assembléia Legislativa e com a presença do Estado. Inclusive anteontem à noite, em Blumenau, contamos a presença do deputado, agora secretário de Estado do Desenvolvimento Sustentável, Jean Kuhlmann, que se comprometeu conosco e já deu vários encaminhamentos nesse sentido no dia de ontem e de hoje. Então, a presença do Estado é importante junto com a Assembléia Legislativa, com as entidades e com o Sebrae, que tem atuado muito e é uma entidade de respeito nacional.

Nós fizemos a primeira audiência pública em Florianópolis - vários dos que estão aqui participaram -, que foi muito importante, porque contou com a presença do presidente nacional do Sebrae, o senhor Paulo Okamoto, e do deputado federal José Pimentel, que hoje preside a Frente Parlamentar da Micro e Pequena Empresa no Congresso Nacional, que conta com a adesão de mais de trezentos parlamentares, entre deputados federais, senadores e senadoras, e também coordena, com o Ministério da Fazenda e outros ministérios, o Comitê Gestor da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa em nível nacional.

O objetivo de estarmos no dia de hoje no município de Criciúma é o de dialogarmos com os micro e pequenos empresários da região, não para virmos aqui e resolver todos os problemas - essa é uma questão importante -, mas, e principalmente, para construir a possibilidade de fazer um bom debate, tirando um conjunto de dúvidas e nos comprometendo a levar adiante, onde quer que seja, as questões levantadas. E com certeza isso também vai na direção da criação, nos próximos dias, do comitê gestor de Santa Catarina, que vai coordenar todo esse processo em nível de Estado.

Nós queremos agradecer pela presença de vocês e de toda a equipe de servidores da Assembléia Legislativa que está nos acompanhando. Todos os eventos são gravados, taquigrafados e será elaborado um relatório de cada audiência, que estará à disposição de vocês na Assembléia Legislativa, no nosso gabinete e, com certeza, no gabinete de outros deputados também. E um material extremamente rico das audiências públicas realizadas até hoje.

Vamos, agora, passar a palavra ao senhor Cloir Dassoler, presidente da Fampesc, nosso parceiro na organização e na construção desses eventos.

O SR. CLOIR DASSOLER - Boa-noite, deputado, mais uma vez... Eu, há pouco, estava brincando com o pessoal dizendo que depois de termos viajado mais três mil e poucos quilômetros pelo Estado, havia finalmente chegado na minha cidade.

Mas o meu boa-noite a todos vocês e o meu agradecimento aos que estão aqui, mas confesso que estou decepcionado. Falei hoje na rádio, Valmor, e pedi, principalmente, a presença dos empresários, pois são eles que realmente vão pagar os impostos. Mas parece que a minha cidade não ouviu, acha que a Lei Geral não entra em vigor dia 1º de julho e que ela não tem problema. Tem muitos problemas!

Só para vocês terem uma idéia, na audiência em Chapecó estavam presentes mais de trezentos empresários; em Lages, em torno de quatrocentos; em Balneário Camboriú, mais de oitocentos; em Joinville, em torno de trezentos; em Florianópolis não coube no auditório; e em Criciúma, infelizmente, mais uma vez os empresários não dão valor a um debate tão rico, que conta com a presença da Assembléia Legislativa. Nós deveríamos estar aqui discutindo esses problemas, porque desses debates, dessas audiências, vai sair um documento que será encaminhado ao Comitê Gestor nacional para discutir, principalmente, os problemas que existem na Lei Geral.

Quero cumprimentar o meu amigo Enocir; o Hugo, da fiscalização; o deputado Clésio, que disse que veio porque o chamei; o meu amigo Osni, que tem viajado conosco; o nosso deputado Décio e todos vocês.

Quero dizer que a preocupação da Fampesc em relação à Lei Geral temos sentido em nível de Estado, e foi por isso que procuramos essa parceria com a Secretaria da Fazenda e com o Sebrae, para levarmos um pouco mais de esclarecimento aos nossos micro e pequenos empresários de Santa Catarina. Mas é preciso dizer também que algumas coisas já começaram a mudar em nível de Estado depois que começamos a fazer essas audiências, e eu acredito que o Hugo depois passe algumas informações para vocês.

Gostaria, também, de passar uma informação, Hugo: na terça-feira à noite, conversando com o Jean, em Blumenau, solicitei a eles que criássemos, urgentemente, o comitê gestor estadual a fim de discutirmos os problemas do Estado, que são muitos, e um deles é a questão do crédito do ICMS. E hoje, com a Secretaria dele, já elaboramos a minuta do decreto que institui o comitê gestor estadual e marcamos uma reunião - acabei de marcar agora à tarde - convocando o Cofen, que é o Conselho das Federações, para já na próxima quarta-feira, às 10h, nos reunirmos na Fiesc, em Florianópolis, quando as sete

federações que fazem parte do Cofen poderão discutir a questão do decreto, até para que também apóiem, pois assim fica mais fácil trabalhar essa questão com o governo. E às 17h dessa mesma quarta-feira nós teremos uma reunião na Assembléia Legislativa, quando estará reunida a comissão que está tratando desse assunto e de lá, certamente, já sairá pronta a minuta do decreto para que seja entregue ao governador. Queremos ver se até sexta-feira conseguimos deixar esse comitê gestor pronto.

Era isso o que gostaríamos de dizer e agradeço, mais uma vez, pela presença de todos vocês. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (deputado Dirceu Dresch) - Passaremos a palavra aos deputados para uma breve saudação, em seguida o Sebrae vai fazer uma apresentação e, na sequência da audiência, abriremos a palavra à plenária para os questionamentos.

Inicialmente, passamos a palavra ao deputado Clésio Salvaro.

O SR. DEPUTADO CLÉSIO SALVARO - Quero cumprimentar o deputado Dirceu Dresch; o deputado Décio Góes; o senhor Cloir Dassoler, presidente da Fampesc; o senhor Enocir Gonçalves, representando a Ampe de Criciúma; o senhor Delmar Hugo Dornelles, representando o governo do Estado através da Secretaria da Fazenda; e o senhor Osni Branco, consultor do Sebrae. Também quero saudar todos os contadores, os senhores e as senhoras que vieram participar deste tão importante debate.

Hoje, por volta das 14h, estivemos aqui discutindo numa outra audiência pública da Assembléia o orçamento regionalizado, que envolve as necessidades principais das cinco microrregiões, ou seja, do trecho de Paulo Lopes a Passo de Torres, aí eu fui a Araranguá acompanhar o governador do Estado e, agora, estou de volta para, na verdade, aprender com as partes esse assunto, que é um dos mais importantes para a economia brasileira.

Na verdade, o que todos os empresários esperavam, era que saísse uma reforma tributária. Como isso não vai sair tão cedo, e é muito difícil que saia, porque o governo cada vez arrecada mais e está de acordo com os seus interesses, o que pode sair é um decreto aqui, um decreto ali, e vai se fazendo uma verdadeira colcha de retalhos, e com isso o governo cada vez arrecada mais. Mas sai a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, que é um assunto que foi muito debatido, nasceu das associações de pequenos e microempresários de todo o território nacional - e aqui a Ampe teve um papel fundamental e depois veio a Federação, da qual o Cloir hoje é o presidente. Portanto, com a pressão de todo o território nacional, o Congresso Nacional acabou aprovando, e o governo federal sancionando, a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas.

É claro que agora vem a importância de se discutir as vantagens, cada segmento, cada atividade econômica, da conveniência ou não de aderir à Lei Geral. E é para isso este debate. Se são poucos os participantes, Cloir, não importa. Se tivesse um só aqui, eu sei que você estaria e valeria a pena estar aqui para discutir. São várias pessoas aqui e sei que o que for discutido será transmitido aos outros contadores e empresários que aqui não vieram.

As minhas primeiras palavras vão na direção de desejar uma boa reunião e que este debate seja extremamente positivo, como tenho certeza que será, para esclarecer tudo sobre essa lei tão importante para a economia brasileira. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (deputado Dirceu Dresch) - Obrigado, deputado.

Passamos, agora, a palavra ao deputado Décio Góes.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Boa-noite a todos e a todas. A minha saudação à mesa.

Nós estamos fazendo parte desse roteiro pelo Estado, aproveitando as reuniões do orçamento regionalizado, a fim de otimizarmos os trabalhos. Para vocês terem idéia, hoje pela manhã, aqui em Criciúma, tivemos uma audiência sobre bioenergia, à tarde sobre o orçamento regionalizado e agora à noite este debate sobre a Lei Geral, aproveitando bem o tempo, a estrutura e os funcionários da Assembléia Legislativa. Mas nesse trajeto todo, a gente já percebeu um avanço muito grande. O que a mobilização de uma sociedade faz é impressionante, é milagroso!

Há poucos dias, na primeira audiência pública, realizada em Florianópolis, vimos por parte do governo do Estado uma resistência muito grande à Lei Geral. Mas ela já está aprovada, começa a valer no dia 1º de julho, e o governo ainda não mandou para a Assembléia a sua regulamentação para Santa Catarina.

Nós estamos, na verdade, nos adiantando e dialogando com o governo, e já conseguimos dele o compromisso de mandar a regulamentação da Lei Geral nos próximos dias para a Assembléia. Os parâmetros já estão sendo negociados. Então, o avanço que se obteve nesses últimos quinze dias nem se compara ao dos últimos seis meses. Só por isso eu acho que já está valendo a pena essa nossa caminhada de audiências públicas pelo Estado de Santa Catarina.

Eu queria só fazer uma saudação e desejar um bom trabalho e uma boa noite para nós todos.

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (deputado Dirceu Dresch) - Obrigado, deputado Décio.

Vamos desfazer a mesa neste momento para que o Sebrae possa fazer a sua apresentação, a fim de que possamos visualizar melhor, e depois voltamos para os questionamentos e para a abertura do debate.

Antes, porém, quero registrar a presença do senhor Marcos Marangoni, secretário de Administração de São João do Sul; do vereador Geraldo Mendes, de Araranguá; do senhor Sérgio Tiscoski, coordenador do Movimento Econômico da Amrec, representando a Associação dos Municípios da Região Carbonífera; e do vereador Valberto Berkenbrock, de Forquilha.

Passamos, então, a palavra ao senhor Osni Rogério Vieira Branco, gestor da Unidade de Acesso a Serviços Financeiros do Sebrae de Santa Catarina.

O SR. OSNI ROGÉRIO VIEIRA BRANCO - Senhoras e senhores, o meu muito boa-noite.

É com satisfação que a gente está aqui em Criciúma. Eu participei de cinco dessas seis audiências públicas, e além da participação do Sebrae nessas audiências, o Sebrae está fazendo um trabalho de divulgação por todo o Estado. Já fizemos mais de quarenta apresentações em vários municípios, basicamente a pedido de entidades de classe e de prefeituras, disseminando o máximo possível essa lei.

(Procede-se à apresentação de vídeo sobre a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas.)

Essa lei teve o Sebrae como um de seus precursores. Há três anos o Sebrae passou em várias cidades do Estado - deve ter passado aqui em Criciúma - levantando informações e subsídios para montar esse projeto, que foi colocado à disposição da Câmara dos Deputados e do Senado. Durante esses quase três anos eles o avaliaram, modificaram e, no final do ano passado, o presidente sancionou.

Então, como a gente está dizendo ali *(aponta para a tela)*, estamos rumo à regulamentação. O deputado Dirceu e outros deputados também falaram que esta ainda não é uma lei acabada, pois existem várias pendências e a gente tem que se mobilizar para fazer com que essas pendências, principalmente as que afetam o nosso micro e pequeno empresário do Estado de Santa Catarina, possam ser revistas por quem de direito, seja o governo federal, o governo estadual ou os governos municipais. Então, na verdade, ainda estamos rumo à regulamentação da Lei Geral.

É sabido por todos, imagino eu, que os números são muito expressivos no que diz respeito às pequenas e às microempresas. Lá nós temos informações de que praticamente 99% dos mais de cinco milhões de empresas formais são micro e pequenas empresas. Então, é um contingente imenso que merece um tratamento diferenciado e para quem deve ser feita alguma coisa. Por quê? Porque ocupa uma posição de destaque.

No total de todo o pessoal ocupado com carteira assinada, 67% estão dentro de microempresas, de empresas de pequeno porte; não estão somente dentro das grandes empresas, que representam menos de 1%. Ainda, segundo dados, a massa salarial é constituída de 26% e o Produto Interno Bruto de 20%. Esses são números do segmento das microempresas e das empresas de pequeno porte, e são números muito importantes. Temos, também, apenas 13% do fornecimento para o governo nas licitações públicas. Como a gente pode ver ali *(aponta para a tela)*, ainda é bem pequena a participação do segmento da micro e da pequena empresa. A lei veio trazer uma abertura significativa para que esses números sejam mudados e no que diz respeito à participação nas vendas para o governo. Então, há bastante coisa para ser tratada e regulamentada.

Em relação às exportações, o percentual é de apenas 2%, porque esse segmento tem um tratamento diferenciado para pior, já que não tem o subsídio que os exportadores de médio e grande porte têm, como o ICMS, o PIS e a Cofins. Por conta disso, ficam praticamente inviabilizadas as suas vendas para fora do País.

Nós temos falado também que o número de empresas médias registradas, como mostram esses dados *(aponta para a tela)*, poderia ser, no mínimo, o dobro, se existisse um instrumento que tratasse a micro e a pequena empresa diferenciadamente, já que são diferentes! São apenas 470 mil empresas registradas - logicamente que as micro estão aí dentro -, mas poderia ser muito maior o número na medida em que para cada empresa registrada no País, a informação é de que existem duas não registradas. Então, se houvesse um instrumento que amparasse, que auxiliasse, que favorecesse a abertura de mais empresas, esse número poderia ser bem maior.

A tributação no Brasil. Esse Super Simples, como está sendo apelidado, é a união de vários impostos: uma única guia de recolhimento, num só dia, com uma única alíquota a ser recolhida. Não são todos os impostos que estão aí na tela *(aponta para o quadro)*, mas são os principais impostos da União, dos Estados e dos municípios, que a gente já vai ver logo à frente.

É sabido também que, por *n* motivos, a maioria das micro e pequenas empresas que fecha suas portas não dá baixa. Esse número é muito grande. É triste ver que quase 60% delas não conseguem passar do quarto ano. Imaginem os senhores quantos milhões de sonhos vão por água abaixo, já que a média de investimento de cada empresa dessa está em torno de R\$ 26 mil! São empresas que gastam esse valor e ficam no mercado um ano, dois anos, três anos no máximo, e 60% delas não passam do quarto ano.

Como já disse, *n* motivos fazem com que isso aconteça, mas a gente não vai poder citar aqui pelo tempo. Metade delas não consegue passar do segundo ano, então é complicado! E isso acontece por causa desses obstáculos que aí estão.

Quando o Sebrae fez a cruzada pelo País inteiro pedindo a adesão de entidades de classe para fazer o projeto, foi feita uma pesquisa, e na época, final de 2003, levantou-se esses números aí (*aponta para o quadro*), então não chega a ser exageradamente grande uma questão... A não ser o crédito, que é o maior de todos, mas ele está bem disperso, bem distribuído entre os descontentamentos do setor. Numa entrevista com o pequeno empresário, com o microempresário, foi dado esse tipo de resposta. Sabe-se que o crédito é mais difícil do que qualquer outra coisa para se conseguir! Conseguir dinheiro emprestado para começar um negócio é praticamente impossível.

Princípios que nortearam as discussões para a montagem do projeto de lei, hoje lei - basicamente esses que estão aí: gerar empregos, o principal deles, buscando a possibilidade de mais pessoas entrarem no mercado de trabalho; estimular a formalidade das empresas, pois, como falamos, para cada uma registrada há duas que não são registradas e que gostariam de estar, não fossem a alta carga tributária, o tratamento não adequado, a burocracia e o custo, então são *n* fatores; ampliar a competitividade; e promover o desenvolvimento sustentável da economia.

Tal qual o Estatuto da Microempresa, que conhecemos até hoje, o Super Simples também está amparado por uma lei maior, que é a Constituição Federal. Então, não foi por acaso que surgiu o Simples em 1996, mas porque lá em 1988, quando houve a revisão da Constituição, foram criados artigos que serviram de instrumento para beneficiar as micro e pequenas empresas, tratando diferentemente quem é diferente.

Tudo o que consta na lei do Super Simples está ali, nessas caixinhas (*aponta para a tela*). A parte amarela, a da nossa esquerda, trata da desoneração - vamos ver o que é isso mais à frente; a do meio, a parte verde, trata da desburocratização - os capítulos são bem estanques, claros e separados; e a da direita, em azul, trata dos vários incentivos que a lei traz para que as micro e pequenas empresas possam ter mais fôlego, motivação e, conseqüentemente, condições de aumentar os números que vimos há pouco, principalmente os de sobrevivência.

É uma lei extensa, umas das maiores que já vimos por aí, e agora estão vindo as regulamentações. E se somarmos tudo, só mesmo as pessoas com mais *expertise* para entenderem esse emaranhado de artigos, capítulos, incisos e alíneas da lei, fora as regulamentações que já vieram. E hoje ficamos sabendo que mais quatro regulamentações saíram no Diário Oficial de ontem - tinham saído apenas duas. Enfim, é uma lei muito grande.

Objetivos da criação dessa lei. A lei foi criada basicamente com os objetivos que estão aí colocados (*aponta para a tela*): estabelecer um tratamento diferenciado e simplificado no âmbito da União, dos Estados, dos municípios e do Distrito Federal; estimular a formação, a constituição, o funcionamento e o desenvolvimento das microempresas de pequeno porte (são mecanismos que a lei traz para estimular e facilitar que as pessoas tenham mais vontade, já que sabem que será mais rápido para registrar uma empresa, por exemplo); racionalizar e simplificar procedimentos tributários por meio de recolhimento unificado de impostos e contribuições da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios; criar um cadastro integrado e unificado de dados (a lei diz que haverá um cadastro único para todos, União, Estados, municípios e seus órgãos). Então, quando a pessoa for registrar uma empresa, não precisará fazer mais a via sacra que faz hoje, bastará ir à Junta Comercial ou à Receita Federal e, com um único número, terá acesso em todas as esferas.

Outros objetivos da lei: simplificar as relações de trabalho (traz novidades no que diz respeito às relações trabalhistas das empresas com seus empregados); facilitar o acesso ao crédito, a novos mercados e à tecnologia. Usando principalmente o Fundo de Amparo ao Trabalhador, as microempresas terão acesso a esses recursos a um custo mais barato, que hoje têm, praticamente, só a Caixa Econômica e o Banco do Brasil como repassadores. A lei diz que agora não, que poderá ser pleiteado esse recurso e repassado para a ponta pelas cooperativas de crédito, pelos bancos de microcrédito.

Nós já temos uma relação grande com o microcrédito no Estado, com mais de vinte bancos pequenos atuando. E eles só não estão mais fortes e mais atuantes por problema de *fanden*(?), ou seja, de conseguir dinheiro para emprestar. Eles até conseguem, mas os recursos existentes hoje para emprestar ao empresário, que nem empresa tem, tem um custo muito alto, o juro acaba sendo muito alto. Mas agora se abre uma janela de conseguirem recursos mais baratos, digamos assim, e conseguir disponibilizar aos empresários formais e informais um dinheiro mais barato.

Um outro objetivo: estimular o associativismo e a utilização de mediação de arbitragem na solução de conflitos. Hoje, qualquer conflito que a empresa tem, ela vai para a Justiça. Não sei se aqui em Criciúma tem, mas em cidades maiores já existem essas câmaras de arbitragem, de conciliação, de julgamento para facilitar o tratamento de pequenos conflitos. Então, ao invés de ir buscar na Justiça, que está atolada de tantos processos e com poucos juizes para analisá-los, essas câmaras de arbitragem poderão resolver a questão em tempo recorde e a um custo infinitamente pequeno para o empresário que está buscando a solução do problema. Além disso, não precisa de advogado, e a resolução tem a mesma validade que uma decisão judicial.

Logicamente que quando isso for regulamentado, um teto será estipulado, pois imaginamos nós que não podem ser valores muito altos. Vai ser um valor, digamos assim, de cem salários mínimos, um valor médio para baixo, a fim de facilitar a resolução desses pequenos conflitos o mais rapidamente possível.

Conforme diz ali (*aponta para a tela*), o Estatuto Nacional das Micro e Pequenas Empresas e da Empresa de Pequeno Porte, mais conhecido como Lei Geral ou Super Simples, passou a vigorar a partir do dia 15 de dezembro, sendo que grande parte dessa Lei Complementar 123 é auto-aplicável. Mas uma questão muito importante e que tem gerado discussões, já que é o coração da lei, é a parte tributária. Esta deixou bastante a desejar! E isso está dando trabalho para a Comissão, para o Comitê nacional e para as comissões estaduais que estão sendo montadas para tratar disso.

Então, em função de muitos pontos ainda não serem aplicáveis, a Lei Geral está passando por regulamentações, definidas por um Comitê Gestor, que também foi criado na própria Lei Geral.

Hoje ficamos sabendo que mais quatro resoluções foram colocadas no Diário Oficial, e com essa informação podemos imaginar que até o final do mês, que é o prazo para que o Super Simples entre em vigor, que é 1º de julho, toda a regulamentação federal esteja pronta. Pena que saiu de afogadilho, pois isso deveria ter saído há três meses, há quatro meses, para dar tempo de discutir, para dar mais possibilidade de entendimento, e não sair as resoluções hoje para daqui a quinze dias já estarem sendo aplicadas.

Coitados dos contadores, que vão ter que se virar e dar conta do recado, ou seja, entender essas modificações, consultar seus clientes, fazer simulações e ver se é ou não vantajoso para o cliente aderir ao Super Simples. Ainda que a adesão seja opcional - não é obrigatória a adesão ao Super Simples -, o trabalho que os contadores terão é bastante grande, mesmo porque tem parte que não está regulamentada ainda, e se existem dúvidas, o prazo para passar a valer está se extinguindo e muitas coisas ainda estão pendentes, principalmente no município e no Estado.

Já é sabido por todos os portes de enquadramento da microempresa, da empresa de pequeno porte: até 240 mil de vendas por ano, é enquadrada como microempresa; de 240 mil até 2,4 milhões, é enquadrada como empresa de pequeno porte. Isso já tinha sido atualizado no Simples, que vale até o final deste mês, e que conhecemos desde 1996. Então isso não é novidade, só adotou o mesmo critério.

Novidades: saiu resolução do Comitê Gestor nacional, publicada ontem e hoje já está na Internet, no *site* da Receita Federal, de que os Estados de menor porte que têm o representativo no PIB nacional de até 1% poderão adotar o nível de faturamento para suas empresas de até 1,2 milhão. Outros maiores, cujo PIB esteja entre 1% e 5%, poderão, se quiserem... Se quiserem, não! Já foi feito isso! Se hoje foi feita a divulgação da resolução, é sinal de que todos os Estados já se manifestaram e os enquadramentos já foram feitos. Santa Catarina optou pelo teto máximo de 2,4 milhões. Isso quer dizer que todos os municípios do Estado também terão 2,4 milhões como teto.

Simplificação. Existe uma união dos tributos básicos da União, do principal do Estado e do principal do município: um documento único unirá o Imposto de Renda Pessoa Jurídica, o IPI, o PIS, a Cofins, a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e o INSS patronal - não aquela parte que é descontada dos empregados. E também o Imposto Sobre Serviços de competência dos municípios e Imposto sobre Circulação de Mercadorias dos Estados.

Uma vez feito o enquadramento da empresa, será uma guia só, um dia só de recolhimento, com base de cálculo diferenciada. Mais à frente, veremos, rapidamente, que hoje são cinco tabelas que estão valendo, para todas as empresas que podem se enquadrar nesse sistema. Mas essas cinco tabelas foram multiplicadas em 49. Só um programa informatizado pode fazer com que se trabalhe com elas. Os contadores não vão precisar se preocupar tanto com isso porque virá um *software* da Receita Federal que facilitará esses lançamentos, e não dará mais trabalho do que já dá hoje.

Do lado direito (*mostra a imagem*) é o cadastro único que falamos. Basicamente, todos os órgãos principais da União, dos Estados e dos municípios terão um único cadastro. Isso é muito bom! Agiliza, facilita, simplifica as coisas para o micro e pequeno empresário ou para a pessoa que quer abrir um negócio a partir de agora.

Cadastro único. Já falamos nesse cadastro único.

Vistorias orientadoras. A lei também fala que o microempresário, o empresário de pequeno porte, não será mais multado na primeira visita do fiscal. Ele ganha um prazo para fazer as adequações das incorreções que a fiscalização levantar. Isso já vale hoje, não é verdade? Os contadores podem me ajudar, se eu estiver errado. De forma tal que ninguém vai ser multado na primeira visita, terá uma chance, um tempo para se adequar, para regularizar aquela incoerência, aquele problema, para depois, na segunda visita, aí sim, se não for corrigido, ser multado.

Desburocratização. Dispensa de visto de advogado. Na verdade, hoje o Simples já está dispensando o visto de advogado nos contratos sociais, quando se registra uma empresa, quando se vai fazer uma alteração. Isso não precisa mais utilizar, e são menos gastos. Elimina o excesso de reuniões, de assembleias, e dispensa publicações e averbações. O Código Civil exigiu isso para fazer uma alteração no contrato. As empresas têm que fazer assembleias periódicas, assembleias entre os sócios, elaborar as atas e registrar na Junta Comercial. Isso não é coisa para micro e pequena empresa, é para empresa média e grande. Na microempresa, não tem muito sentido marido e mulher fazerem uma reunião, periodicamente, e fazerem uma ata para registrar. Mas, está ali.

Contabilidade. Os artigos 26 e 27 da Lei Geral estabelecem que micro e pequena empresa, empresário individual, poderão adotar contabilidade simplificada. Não vi ainda. Não sei se os meus colegas, o Cloir, podem me ajudar, porque ainda não vi essa regulamentação, o que é essa contabilidade simplificada. Acho que ainda não saiu nada, e aguardaremos que até o final do mês apareça algo mais claro, para sabermos o que é a dita contabilidade simplificada.

Baixa. Empresas sem movimento há mais de três anos (empresas que estão fechadas há mais de três anos), que por qualquer motivo foram fechadas e não foi dado baixa legalmente, isso geralmente porque têm problemas com débitos fiscais. E muita gente abre empresa por impulso ou por necessidade sem fazer uma boa pesquisa, sem estudar. Mais tarde o empresário fecha as portas dessa empresa, deixa-a inativa, e com o passar do tempo tem a possibilidade de estudar um novo formato de negócio, só que hoje não pode abrir porque tem uma empresa fechada. Mas a partir de agora vai poder abrir, desde que ela esteja fechada há mais de três anos, sem movimento, e desde que, se tiver custos, ele arque com esses custos tributários, com os impostos atrasados. Essa parte já foi regulamentada dizendo que ele pode parcelar em até 120 vezes. Se quiser colocar em dia essa empresa, os tributos dessa empresa, parcela, e, se quiser ou tiver necessidade, poderá abrir outra empresa.

Pequeno empresário. Define pequeno empresário para fins do novo Código Civil. Na verdade, define pequeno empresário aquela pessoa que tem uma atividade e que pode vender o produto da sua atividade para uma empresa legalizada, e que normalmente não compra dele porque ele não tem nota fiscal, não é legalizado. Então, desde que não fature mais do que 36 mil por ano, ele pode pegar essas notas na prefeitura, legalizar o produto, digamos assim, e vender para quem ele quiser e puder. Isso vai facilitar bastante, porque tem milhares de pessoas que trabalham por conta própria, são autônomas, e que são de qualquer tipo de atividade - artesãos que desenvolvem em suas casas coisas para vender. Agora poderão vender para qualquer empresa, porque vai ter facilidade de conseguir nota fiscal.

Consórcios. Permissão para que a micro e pequena empresa forme consórcios para serviços de segurança e medicina do trabalho. É como fazer consórcio para comprar em conjunto, fazer um consórcio de união de empresas do mesmo setor para vender em conjunto. Então, o mesmo consórcio que eles citam ali (*mostra a imagem*) serve para aquele contrato com empresas dessas áreas de segurança e de medicina do trabalho, que têm um custo alto, e podem fazer isso em conjunto. Eu acho que isso também não é muita novidade.

Acesso à tecnologia. Utilização dos fundos tecnológicos. Várias entidades que têm recurso para essa finalidade, em nível nacional e estadual, vão ter que direcionar 20% dos seus orçamentos a fim de atender empresas desses segmentos, para planejamento e desenvolvimento e capacitação tecnológica destinada à micro e pequena empresa. E isso vai estimular, com certeza, as incubadoras de empresas, porque elas precisam de fôlego inicial, precisam de um tratamento diferenciado. Elas se estabelecem num condomínio e precisam de ajuda, principalmente nos primeiros tempos, no primeiro mês, no primeiro ano. A partir daí terão definidas as possibilidades de irem sozinhas para o mercado, e irão.

Mais de 3 bilhões foram levantados com a Finepe, que serão jogados no mercado para ajudar empresas dessa natureza. Então, acredita-se que os pólos tecnológicos vão aumentar, que os existentes vão aumentar, que surgirão mais incubadoras de empresa, não só em cidades grandes, mas também em cidades menores, nas universidades, que é onde estão as maiores incubadoras.

Acesso à Justiça. Fomento ao uso da conciliação prévia, mediação e arbitragem. Na realidade, já falamos, mas é a possibilidade de resolução de conflito fora da justiça que conhecemos.

Exportação. A lei diz que elimina da base de cálculo as receitas que vêm da exportação e da venda para as companhias exportadoras, os *tradings*. Realmente, o microempresário tem dificuldade em vender para o exterior, porque não tem aquela organização necessária, não tem recurso para manter alguém lá fora, para manter o representante lá. Basta ele vender para os *tradings*, para as companhias exportadoras nacionais, porque é como se ele estivesse exportando, e tendo os mesmos benefícios, passa a ter os benefícios que os grandes têm, que é a isenção dos impostos que as médias e grandes empresas já têm hoje. Isso é muito importante porque os coloca num mesmo nível de competitividade.

Crédito. Estimula linhas de créditos especiais para micro e pequenas empresas. Essa linha de crédito de que falamos, basicamente, são com recursos do FAT. Nós só conhecemos recursos do PIS e do Pasep, disponibilizados pela Caixa e pelo Banco do Brasil, que são financiamentos mais baratos que os micros e pequenos empresários poderão conseguir. Fora estes fundos, o PIS/Pasep e o Codefat, que se fala ali (*mostra a imagem*), só recurso do BNDS é vantajoso para a empresa pegar.

Agora, aqui (*mostra a imagem*), está se dizendo o quê? A lei está dizendo que recursos do Codefat vão ser colocados à disposição de entidades financeiras menores, como os bancos de microcrédito. Várias cidades já têm banco de microcrédito, várias cidades têm cooperativas de crédito, que poderão pegar dinheiro mais barato do Codefat (menos de 1% ao mês) para repassar aos seus associados, aos seus clientes.

A lei também fala da portabilidade de informações bancárias. É a transferência, digamos assim, de contas do banco a para o banco b, levando para o banco b a mesma história que já tinha no banco a, e não começando uma vida nova, uma conta nova no banco b, por exemplo. Isso é bom porque toda história, boa ou ruim, que se tem no banco a, se quiser transferir para outro banco, estará levando esse cadastro todo.

(*Manifestação fora do microfone. Inaudível. Risos.*)

Benefícios em compras governamentais. A motivação que as empresas terão para vender mais, dessa feita, para os governos. É muito grande o volume de recursos que os governos utilizam para fazer compras, principalmente de média e grande empresa, para se manter.

Agora eles poderão comprar muita coisa que precisam de fornecedores de empresas de pequeno porte, de microempresas. E diz mais: todas as compras até R\$ 80 mil, as licitações têm que sair, desde que seja regulamentado isso. As licitações têm que sair já direcionadas para a micro e pequena empresa. O empresário de maior porte só vai participar se não tiver microempresa na região fornecedora daquele produto que está sendo objeto da licitação. Então, são muitas compras nesse nível.

A legislação também fala de quotas de 25% para todas as compras. Tem que ser direcionadas quotas de qualquer tipo de compra que o setor público faça para micro e pequena empresa. Então também é um valor muito grande que vai aparecer. E, diz mais, que nas subcontratações, em que empresas grandes ganham as licitações, eles têm que subcontratar de microempresa até 30% do valor daquela licitação. Isso ainda não está regulamentado, mas cogita-se que o pagamento do governo seja direto para a microempresa e não passar para a grande e depois para depois passar para a pequena empresa. Vamos aguardar a regulamentação para ver como fica essa questão. É muito importante essa questão de vendas para o governo.

A legislação também diz que cédula de crédito microempresarial poderá ser constituída dos empenhos não-pagos até 30 dias. O empresário pode transformar aquele empenho em uma cédula de crédito e negociar com o banco como se fosse um cheque pré-datado.

Vejam os senhores que tem muita coisa no bojo dessa lei que, se pegar, nem que não seja em curtíssimo prazo, que seja em médio prazo, são muitas portas que estão se abrindo para dar possibilidade de aumentar o número de microempresas, de aumentar o número de empregados, de aumentar o faturamento, a distribuição de renda e por aí fora.

Hoje, sabemos que o Simples que temos, se fosse fazer uma enquête (não sei se foi em Lages que alguém falou), ninguém quer sair do Simples que temos. E o Simples que temos hoje não é geral, só trata da parte tributária, basicamente. Este aqui está tratando de várias áreas, de várias partes que poderão trazer benefícios para o micro e pequeno empresário.

Fala também de critérios de desempate. Qualquer licitação em que o pequeno empresário enderece o mesmo valor que um grande, a preferência é dada para o pequeno. Se na licitação o valor do pequeno e micro empresário for maior ainda, até 10%, ele terá um tempo, antes da abertura das propostas, de refazer os seus cálculos, e, se estiver organizado, poderá baixar o preço e concorrer.

As informações que nós temos dizem que 44 milhões, por ano, são participações das micro e pequenas empresas nas compras dos governos. Estima-se que, no mínimo, mais 34 bilhões possam ser conseguidos com esta legislação, a curtíssimo prazo, fazendo com que os 44 passem para 78, ou que haja um incremento de 17% para 30% no valor de fornecimento de compras governamentais.

Já falamos dos impostos que fazem parte do Super Simples, do acesso aos já optantes pelo Simples federal. Ou seja, todo mundo que hoje está no Simples vai migrar, automaticamente, no dia 1º de julho para a outra legislação, que é o Super Simples. Só não vai migrar se tiver dívidas tributárias, e tanto faz se essas dívidas tributárias são para a União, para o Estado ou para os municípios. Tem que ser regulamentada porque não se sabe que tipo de dívida. Por exemplo, o IPVA implica na possibilidade de não se ter opção. São essas coisas que eu não sei se estão bem claras.

Rebate de substituição tributária e exportações: Na verdade, todos os produtos em que o imposto é pago na indústria vão ser tirados da base de cálculo, tal qual o das importações. Por isso que, a partir de agora, várias tabelas foram criadas dentro dessa subdivisão - das cinco tabelas que existem -, para que possam ser contabilizadas separadamente o que é venda com IPI, o que é venda sem IPI, o que é venda para exportação, o que é venda com substituição tributária. São vários tipos de vendas, e elas terão que ser contabilizadas separadamente. E ali diz que tanto a substituição quanto as exportações sairão da base de cálculo dos impostos que a micro e a pequena empresa vão pagar.

Tributação pela receita recebida. A legislação também fala que, diferentemente do que ocorre hoje, as micro e pequenas empresas vão pagar impostos sobre os valores que receberem, e não sobre os valores que faturarem, como é hoje. Lógico que para que isso ocorra ele tem que estar organizado, tem que ter contabilidade. Se não tiver contabilidade, o empresário tem que estar muito bem organizado para poder provar que ele está pagando imposto sobre o valor que está realmente recebendo, caso um dia seja fiscalizado.

Mas é uma coisa boa para quem está organizado, porque se o empresário vender com trinta dias, sessenta dias, noventa dias, ele vai pagar o imposto quando receber! Daqui a trinta dias, paga o imposto daquele vencimento; daqui a trinta dias, pagará o imposto daquela prestação de sessenta dias, e assim por diante. Para quem estiver organizado vai ser muito bom, porque vender faturado, com prazo de três meses a seis meses, e pagar imposto adiantado é complicado. Às vezes está tirando dinheiro do bolso e nem recebe! E, aqui, se vendeu e não recebeu porque vendeu mal, também não vai pagar imposto, porque a lei diz que é sobre as receitas.

"Regimes de ICMS melhores serão adotados na forma de resolução do Comitê." Só que o Comitê não manteve isto, os regimes que beneficiam. Por exemplo, os Estados que têm regime de ICMS que beneficia a micro e pequena empresa, propiciando gerar crédito para as médias e grandes, para quem elas vendam. Essa resolução já definiu isso como impossível de gerar crédito. Agora, nós estamos trabalhando em cima disso, como estas audiências públicas, para levar essas informações ao governo do Estado, a fim de ver se mantém pelo menos aquilo que já se tinha conseguido até agora, ainda que o Comitê Gestor nacional tenha se manifestado contra a possibilidade de gerar crédito para terceiros.

As alíquotas que passam a vigorar a partir de 1º de julho são estas, ali (*mostra a imagem*): comércio, começa com 4% e vai até 11,6%; indústria tem somente 0,5% a mais, o resto é igual ao comércio, por causa do IPI, vai de 4,5% até 12,1%; serviços, de 6% até 17%.

Essas três primeiras, basicamente, já é o que já tem no Simples atual, que foram transportadas, com raras exceções, para a nova legislação. Estas primeiras três caixas (*mostra a imagem*) são o Simples que conhecemos.

As duas da direita (*mostra a imagem*), Serviços II e Serviços III, são onde se encontram os grandes problemas. Existia muito anseio e muita esperança de vários segmentos de empresas - basicamente, prestadoras de serviços - de poderem entrar no sistema. Isso foi permitido para um grande número delas, mas pagando valor diferente dos outros três. Os outros três - Comércio, Indústria e Serviço I -, ali (*mostra a imagem*), pagam o INSS dentro daquela alíquota lá. Os dois lá da ponta direita (*mostra a imagem*), não: além das alíquotas não serem das menores, eles ainda têm, por fora, as folhas de pagamento. E isso, realmente, deixa bem alto.

Aí, nesses dois casos, vale a pena fazer simulações. O empresário tem que sentar com o seu contador e fazer os cálculos para ver se realmente é interessante ou não migrar, se tem algum delta de ganho, algum *plus*, ou se ele fica como está, fica no sistema em que hoje recolhe os impostos - lucro real ou lucro presumido, por exemplo.

Falando em simulação, nos sites do Sebrae de Santa Catarina, da Facisc e do Sescon tem um simulador. Todo mundo pode acessar um desses três sites e fazer a simulação para ver se é vantajoso ou não optar. Fazer simulações, na verdade, é ficar jogando números para ver onde vai dar; ver se dá muito diferente, se dá parecido, se é vantajoso ou não em relação ao que já paga hoje. Além disso, ele tem que sentar com seu contador e fazer os cálculos, com a sua realidade, com as suas informações dos últimos doze meses, porque ele tem que ver o enquadramento, ver qual é a alíquota certa em que se enquadra.

Por este quadro (*mostra a imagem*) percebemos que essa foi uma lei montada para pequenos negócios. A grande vantagem está para quem fatura pouco. Se a pessoa fatura 75 mil por ano, ela pode ter até 70% de redução da carga tributária. Agora, quanto mais o faturamento for andando para o lado dos 2,4 milhões, menos vantagem ele tem. E essas empresas novas, que entraram nos dois anexos ali, de repente nem têm vantagem. Sem contar o que já levantamos pelo Estado e por onde temos andado: os casos de segmentos que ficaram de fora, que já estavam no estatuto antigo e agora não vão poder estar neste, e segmentos que tinham muita esperança de entrar e não entraram. Quanto aos que entraram, tem que ser feito um estudo muito criterioso para ver se é vantajoso ou não.

Mas, como também estão dizendo, é uma janela que se abriu; quem sabe se agora, com o movimento das classes, pode-se ganhar fôlego, força e condições de melhorar. Por exemplo, pegar o pessoal que está na Tabela 5 e jogar para a Tabela 3. Isso aí vai depender muito de negociações, de representações das classes que estão dentro daquelas tabelas. Aquelas duas tabelas que não existiam no Simples, até hoje, são esse pessoal que está aqui, são essas empresas aí. Ali (*mostra a imagem*), as vermelhinhas estão no Anexo IV e as mais azuiinhas estão no Anexo V. São atividades que não podiam optar e que agora podem. É livre, é opcional, podem optar, mas desde que façam seus cálculos para ver se existe vantagem ou não. Não vamos ler uma por uma, mas essas são as novas empresas que poderão entrar no regime novo, a partir do dia 1º.

Nós temos mostrado essa comparação porque conhecemos o Simples que vale até o final deste mês. Em 1996, quando foi criado, foi levantado pela Receita Federal que, da receita declarada pelas empresas, só 36 milhões vieram do segmento das micro e pequenas empresas que se enquadraram no Simples naquele ano. E no ano seguinte aqueles 36 milhões passaram para 81 milhões.

Então, é um número bem significativo tratando-se de uma lei que só fala da parte tributária. Agora não! Além da parte tributária, se forem feitos os arranjos que devem ser feitos, porque não temos perda dos ganhos que já se teve ao longo do Estado, é de se acreditar que, por ser uma lei geral que beneficia principalmente a abertura de mercado, esses números sejam muito maiores a curtíssimo prazo.

Nesta próxima (*mostra a imagem*), também vemos os levantamentos de empregos gerados, de quando foi criado o Simples anterior, para dois anos depois. Quer dizer, quase 100%, 70% dos empregos de empresas gerados dentro do segmento. E essa lei tem como um dos principais objetivos, para não dizer o principal, a geração de empregos. Para gerar empregos as empresas vão se fortalecer se formalizando, gerando mais empregos. Então, acreditamos que esses números serão suplantados facilmente, e logo.

Quem está sendo responsável pela adequação da Lei Geral, dessa lei complementar, é o Comitê Gestor, que foi formado através do Decreto Lei 6.038, deste ano, e fala das suas incumbências. Na verdade, ele foi formado por dois representantes da Secretaria da Receita Federal e dois da Receita Previdenciária, como representantes da União e como presidente deste Comitê. Depois, há mais dois representantes dos Estados e do Distrito Federal e mais dois representantes dos municípios. Esse é o Comitê Gestor nacional, que está lá em Brasília e já emitiu nove resoluções.

Parecido com isso, é o que está sendo montado aqui no Estado de Santa Catarina para tratar desses problemas que estamos levantando e que mostraremos ao Comitê Gestor. Dá mais força para argumentar, para solicitar.

Enfim, senhores e senhoras, os próximos passos são o que foi dito na mesa: temos que ter mais união. As nossas classes têm que ser mais unidas, nós temos que reivindicar os nossos direitos, e para que isso ocorra temos que nos valer dos nossos representantes, sejam eles empresariais, parlamentares, enfim, todos os que, de uma forma ou de outra, podem unir as forças no sentido de que as coisas mudem. É uma lei sacramentada, definida e não há quem conteste. Já é uma lei, que passa a valer no dia primeiro.

Então temos que unir os esforços com as nossas classes empresariais, com as nossas entidades representativas, e quem não estiver 100% satisfeito só tem esse caminho. Não vemos outro caminho. Achamos que os levantamentos que têm sido feitos, principalmente nas audiências públicas, vão resultar num excelente trabalho, porque estamos levantando subsídios e problemas quase que iguais em todas as áreas do Estado.

Assim, os próximos passos são estes: unir essas entidades todas e fazer com que elas, que são as representantes das empresas, não fiquem paradas, que ajam.

No site www.leigeral.com.br os senhores lerão todas as regulamentações, a Lei Geral e as regulamentações que já foram feitas até agora - em nível de União. Está ali e qualquer um pode acessar. Ou no site do Sebrae, que também tem *link* para a Lei Geral. Então, está disponível a todos.

Estou aqui não na condição de defensor da lei, mas sim de expor o assunto. Assim como o Sebrae teve a idéia inicial de discutir esse problema e fazer com que o projeto fosse bater no Parlamento e fosse votado, estamos aqui com outra incumbência, que é a de divulgar o modo como ela foi votada. Se ela está boa, se ela está ruim, se ela deve ser melhorada ou não, nós teremos que nos reunir, discutir e fazer acontecer. Mas o Sebrae achou que tem esse papel, porque o prazo para começar a valer está se esgotando e não fizemos quase nada, até porque não se tinha muita informação. Agora está aí.

Agradeço a atenção dos senhores. A partir de agora, a mesa vai se compor novamente para a discussão.

Obrigado a todos. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Dirceu Dresch) - Agradecemos ao Osni Branco pela exposição.

Certamente surgirão muitas dúvidas, por isso iremos estipular um tempo-limite para o nosso debate: até as 21h.

Primeiro ouviremos três pessoas, e se houver perguntas, a mesa responde. Depois abriremos espaço para mais três pessoas.

Já temos o primeiro inscrito, e é importante que sempre falem o nome e digam se representa alguma instituição.

O SR. VALMOR BIF - Sou ex-presidente do Sindicato dos Contabilistas de Criciúma.

Em primeiro lugar, mesmo não tendo procuração dele, eu gostaria de defender o meu amigo Cloir: a falta de muitos contadores aqui é porque, infelizmente, esta audiência coincidiu com um curso realizado por uma instituição particular, a Informe Lex, que começou às 13h30min e terminou às 18h. Senão, Cloir, tenha certeza de que pelo menos a classe contábil, que é a "interlocutora" com a classe empresarial, estaria lhe prestigiando, pois reconhecemos na sua pessoa um verdadeiro batalhador em prol das micro e pequenas empresas.

Em segundo lugar, eu queria saber, em forma até de crítica, o porquê do parcelamento até 31 de junho de 2006 e não até 31 de junho de 2007. Acho que isso talvez tenha sido um erro de grafia de quem redigiu, pois são dezoito meses em que o pequeno empresário terá que vender um terreno ou o seu carro para até 31 de junho poder estar legal para ter acesso ao Super Simples.

Nós, contadores, lamentamos profundamente, e a mesa também lamenta, esse prazo exiguo que teremos para fazer essa simulação, levá-la ao conhecimento do empresário e convencê-lo, porque há influência de uma série de fatores, como folha de pagamento. Isso rouba o nosso tempo, e o cliente sempre quer a opinião do profissional do escritório, não a de um assessor.

Lamentamos, realmente, que o Comitê Gestor... Estamos no dia 21 de junho, e a Lei entra em vigor no dia 1º de julho. É lamentável que isso tenha ocorrido.

A minha pergunta vai para o representante do Sebrae, que frisou uma coisa que me chamou atenção e que desconheço. Disse ele que o sócio de uma empresa com três anos que não tenha atingido os seus objetivos comerciais pode assumir a responsabilidade, tendo um prazo grande para fazer o parcelamento e montar uma outra empresa.

Nós temos problemas sérios com a Receita Federal relacionados a pessoas que abriam uma empresa há oito anos, dez anos e não conseguem dar baixa nela. O CPF é cancelado por uma série de fatores, porque esses empresários não cumpriram com as suas obrigações tributárias e, basicamente, com a obrigação de prestar informações.

A Receita ainda está dando uma colher de chá porque está dando baixa mediante aquela certidão da Junta Comercial para empresas que ficaram mais de dez anos sem ter uma alteração contratual registrada. Então, essas conseguem dar baixa. Só que outros contadores estão procedendo de uma maneira que eu fico na dúvida. Eles entregam a declaração como inativa durante cinco anos para depois pedir a baixa, mas como fica a baixa dessa firma que estamos entregando como inativa durante cinco anos, para pedir a baixa na Receita, perante o Estado e a Previdência Social?

Então, essa é uma dúvida. Muitos escritórios estão procedendo assim, e até questiono meus colegas porque acho que um dia isso vai rebentar. O INSS pode aceitar o período em que a empresa ficou inativa, mas o período anterior a essa situação de inativa, evidentemente ele reconhece.

Então, gostaria que fosse retomado esse assunto, porque "monto uma empresa, fico três anos, não deu certo, agora vou lá e assumo como sócio, fecho a empresa, abro outra e assumo a responsabilidade como sócio"... Não sei se os colegas aqui presentes leram alguma coisa, tomaram ciência disso, confesso que eu não tomei.

São esses os questionamentos que levanto, e peço desculpas se me alonguei demais.

Muito obrigado.

O SR. SÉRGIO TISCOSKI - Eu gostaria de cumprimentar os integrantes da mesa e os demais presentes.

Sou coordenador do Movimento Econômico da Amrec (Associação dos Municípios da Região Carbonífera) e integrante titular do Confaz (Conselho de Secretários da Fazenda) estadual. Por sinal, o Conselho elaborou na reunião de hoje um ofício para ser encaminhado o Comitê Gestor, solicitando, no mínimo, a prorrogação do prazo para que os municípios possam identificar as empresas devedoras.

Gostaria de frisar que sou totalmente a favor de uma ampla reforma tributária. A carga tributária está elevadíssima; os municípios preferem ter em seus caixas R\$ 2,00 aos R\$ 10,00 inscritos em dívida ativa.

No nosso entendimento, essa Lei Complementar nº 123 está eivada de inconstitucionalidades, basta uma leitura rápida para se ver isso. Ela não é de toda ruim, tem seus prós e contras.

A primeira inconstitucionalidade que eu cito diz respeito ao famoso Comitê Gestor. Ora, um simples futebol, uma simples pelada tem as suas regras, e nessa Lei, que interfere drasticamente na tributação de empresas de micro e pequeno porte, as regras ainda serão estabelecidas pelo Comitê Gestor, formado, na sua maioria, por integrantes do governo federal. Ela interfere drasticamente na competência tributária. A Constituição diz que o ISS é de competência municipal, e até onde a competência municipal continua com a Lei 123?

O limite de até R\$ 36 mil não precisa de contabilidade, pelo que entendi, basta apenas o livro-caixa. Indago: não será um incentivo à sonegação? A empresa que fatura R\$ 60 mil pode ter um livro-caixa constando R\$ 35 mil!

O ISS será inscrito em dívida ativa pela Procuradoria da República, a sua execução fiscal será também pela Procuradoria da República, e deveria isso ser de competência do município, não da Procuradoria, que já está cheia de serviços.

A lei interfere também na apuração do índice de retorno do ICMS. Hoje o índice é formado, e os contadores sabem disso muito bem, através da antiga Dief e da atual Dime: diminuem-se das saídas as entradas e apura-se o valor agregado. Pela nova Lei, é pela receita bruta, e receita bruta, até onde eu entendo, é o total de venda de bens e de serviços. O ISS passaria então, senhores, a fazer parte da apuração do índice de retorno do ICMS aos municípios, o que, no nosso entendimento, é altamente lamentável.

Nós temos algumas dúvidas, que o meu amigo Cloir já colocou, em relação à briga pelo crédito do ICMS. É nossa preocupação também, porque entendemos que as microempresas, que se formam em torno das empresas de grande porte, irão fechar as suas portas por não ter condições de competitividade.

Esses são alguns dos pontos que levantamos, senhores. E quero deixar bem claro que não somos contra a operação tributária, mas essa Lei tem sérios problemas, como aquele que o amigo Valmor já levantou. Por que 1º de julho? Vamos aproveitar o ano civil! O contador vai ter que fazer duas contabilidades. Vamos ter que apurar dois movimentos econômicos num ano, e a apuração de um ano leva o ano todo seguinte.

Eram essas as minhas colocações.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (deputado Dirceu Dresch) - Com a palavra o próximo inscrito.

O SR. JOSÉ GERALDO FURLANETO - Boa-noite. Sou empresário da área contábil, tenho um escritório de contabilidade com alguns clientes e estou acompanhando a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa desde quando o projeto foi para o Senado, para a Câmara dos Deputados.

Quero registrar que a melhor lei do Simples que existe em todo o Brasil com relação ao ICMS é a de Santa Catarina, porque permite que a empresa que estiver no Simples venda para a empresa normal, a qual se creditava de 17% e pagava, de acordo com a tabela, 2%, 3%, 5%, 10%.

A Lei 123 é uma lei complementar, e desculpem-me os senhores representantes, mas não é a Assembléia Legislativa nem o governador do Estado que vai poder dizer que quem aderir ao Simples Nacional vai poder se creditar do ICMS em Santa Catarina, a não ser que mude a lei no Congresso Nacional e que seja sancionada pelo presidente da República. Esse é o meu entendimento com relação à legislação.

A partir do dia 1º de julho existirão somente duas opções de recolhimento de ICMS em Santa Catarina: quem está no Simples Nacional e quem não está. Quem está, recolhe no Simples Federal e pronto; quem não está, recolhe ICMS normal: débito e crédito.

Outro detalhe: é sabido que a maioria dos empresários está com problema de caixa, com problemas financeiros, então, não adianta o Estado de Santa Catarina querer dizer que os débitos de pessoa jurídica que estejam vencidos de 1º de fevereiro de 2006 a 30 de junho de 2007 serão parcelados. E também não pode, porque isso é o que está na lei complementar. O Comitê Gestor nacional está simplesmente regulamentando essa lei, ele não tem poder de mudar nenhum artigo que está na lei complementar.

Outro detalhe: foi uma briga para nós, contadores e empresários, mudarmos e colocarmos o vencimento de impostos, tributos e contribuições num dia só. Conseguimos passar para o dia 20, levar o INSS do dia 2 para o dia 10. O FGTS até hoje é dia 7; não conseguimos mudar, mas tudo bem. E agora vem uma lei complementar dizer que está beneficiando os microempresários ao passar o vencimento do dia 20 para o dia 15?! E não é o Comitê Gestor que vai passar do dia 15 para o dia 20, só se for mudada essa lei complementar.

Outro problema: o Congresso Nacional, o Executivo federal, o Sebrae, a Ampe, a Fampesc levaram três anos para fazer a lei. Essa lei foi decretada no dia 15 de dezembro, e está saindo a sua regulamentação hoje, dia 20: portanto nós, contadores, vamos ter trinta dias para definir o futuro dos nossos clientes para o próximo ano. É muito pouco tempo!

Era isso o que tinha para falar.

O SR. PRESIDENTE (deputado Dirceu Dresch) - Vamos passar de volta aqui para a mesa antes de abrir mais um bloco de inscrições.

Entre as questões importantes está o processo de construção dessa lei - faz cinco anos que ela está sendo discutida. Havia catorze ou dezesseis projetos de lei tramitando no Congresso Nacional que, por orientação de uma equipe de deputados e do governo, foram juntados para tentar-se construir uma lei única. E construir uma lei federal no Brasil, com a diversidade que têm os Estados (e vocês mesmos falam dos avanços que já tivemos em Santa Catarina nesses anos todos, com a mobilização, com a luta dos micro e pequenos empresários), talvez seja uma coisa muito difícil, mas era uma necessidade que se tinha colocado até esse momento.

Como disse anteriormente, são mais de trezentos deputados federais dos mais diversos partidos. O relator da lei era do PFL, o coordenador das Comissões era do PSDB, portanto, não é uma lei partidária, não é uma lei de partido *a* ou *b*, de governo *a* ou *b*, é um processo que foi construído desse conjunto de lideranças partidárias do Brasil todo. Lembro isso só para não ficar dúvidas aqui sobre esse processo que foi construído aí no prazo.

Depois vou falar rapidamente sobre a reforma tributária, porque surgiu aqui um debate sobre o tema.

Passo a palavra para o Cloir.

O SR. CLOIR DASSOLER - Primeiramente gostaria de agradecer ao Valmor pela explicação que deu em relação à participação dos contadores aqui.

Valmor, a correlação de parcelamento, infelizmente, é aquilo mesmo, é competência até janeiro de (*ininteligível*) na questão federal. Sobre a questão estadual, e o Hugo já trouxe aqui a minuta do decreto, o governador vai estender o parcelamento até o dia da opção. Portanto, está resolvida a questão do ICMS no Estado. É uma coisa boa que o governador está fazendo.

Com relação à baixa de três anos, essa é a situação. Você pode baixar, mas, infelizmente as dívidas são transferidas para os sócios. Sobre isso tem havido uma discussão muito forte com os advogados, porque transferir uma dívida de uma empresa limitada para a pessoa física é um problema sério, uma vez que isso pode atingir o patrimônio da pessoa física. Isso está, portanto, sendo questionado pelos advogados. Mas se você quiser regularizar a sua situação perante o Fisco, parcelar na sua pessoa física, dar baixa na empresa e registrar outra empresa, esse é o sistema. É o risco que se vai correr, infelizmente.

Com relação ao Comitê Gestor, Sérgio, não são somente entidades governamentais que dele participam. O Fórum Permanente da Micro e Pequena Empresa também participa e, com ele, todas as federações empresariais que representam as micro e pequenas empresas do Brasil. Então, o Fórum representa todas elas dentro do Comitê Gestor. É muita gente em Brasília dentro desse Fórum Permanente, vocês não imaginam quanta gente lá participa dele. Só de comitê tem seis. Então, é muita gente realmente discutindo tudo isso.

Quanto a faturar R\$ 60 mil e fazer o caixa com R\$ 36 mil, Sérgio, existe na Lei Geral, que foi criada também para isso, a questão de se acabar com a informalidade. Então, se o empresário fatura R\$ 60 mil, por certo teria que fazer o caixa com R\$ 60 mil, e não com R\$ 36 mil. Concorda comigo?

Sobre o crédito do ICMS, eu conversei com o secretário. A Secretária da Fazenda está fazendo um levantamento, um estudo, e acredito, Hugo, no bom senso do nosso governador. O nosso governador tem atendido aos pleitos das micros e pequenas empresas de Santa Catarina, e acredito, Sérgio, que ele vai atender mais esse.

Concordo contigo: se perdermos o crédito das micro e pequenas empresas, elas vão ter sérios problemas.

Quero dar um dado para vocês pensarem (não é nem para me questionar depois, é só para pensar): em Santa Catarina, cerca de 1,8% das micro e pequenas empresas gera crédito de ICMS, o que resulta, em média, mais ou menos R\$ 200 milhões por ano de crédito de ICMS, e elas recolhem para o governo de R\$ 130 milhões a R\$ 140 milhões por ano. É só para vocês pensarem.

De qualquer forma, a batalha é grande para continuar a geração de crédito.

Essas foram as perguntas que eu tinha anotado aqui.

O SR. DELMAR HUGO DORNELES - Boa-noite a todos.

Respondendo à questão sobre a minuta da lei que será encaminhada para a Assembléia Legislativa, ela está pronta. Recebida hoje e mostrei-a para os deputados, e ela envolve essas duas questões que já foram faladas aqui.

Com relação ao teto, o Estado podia optar, em função daquele PIB de 1% a 5%. Ficaria mais ou menos em torno de R\$ 1,8 milhão, e o Estado optou pelo teto máximo: R\$ 2,4 milhões.

Quanto ao parcelamento, eu até discordo do Furlaneto com relação a isso, porque acho que essa questão é de foro nosso no sentido de que é tributo da nossa competência. Acho que compete a nós decidir se vamos aumentar. Entendo que iria por esse lado aí.

Com relação ao crédito, e o Furlaneto também falou nessa questão, o Estado de Santa Catarina era o único Estado brasileiro que permitia essa transferência de crédito; nenhum outro o fazia. Então, se depender do governador, penso que ele faria, porque já dá esse benefício. Sendo assim, não teria por que tirá-lo.

Em relação ao Comitê Gestor, por ser uma lei federal, ele vai ter que estender a todos os Estados e ao Distrito. Então, não caberia só ao Estado. Essa é uma questão que deve ser discutida, e acho que não vai ser muito fácil, não.

Vejo que a maioria dos participantes aqui é contador, e queria lembrar o seguinte detalhe: o nosso banco de dados... Porque para se optar agora pelo Super Simples, a Receita Federal não está exigindo uma certidão negativa. Essa migração vai se dar de forma automática, com exceção daquelas empresas que têm dívida. E como vai ser visto se existe dívida ou não? Pelo banco de dados do Estado, que está disponibilizado para a Receita Federal.

Então, eu sugiro aos contadores e aos empresários cujos contadores não estão presentes que, nesse pouco prazo que lhes resta, tirem uma certidão de dívida pelo nosso *site* (é fácil de tirar), porque qualquer inconsistência que exista aí, de repente dois centavos, ou uma inversão, ou outra coisa qualquer... O sistema é burro, ele vai considerar que existe dívida da empresa; então, isso vai ter que ser feito necessariamente.

O Cloir disse que fizeram uma simulação hoje lá e que trancou. Pode ser por que o *site* ainda não está aberto, mas no momento que abrir, tirem a certidão de dívida ali que vai aparecer na hora ou essa inconsistência, ou uma inversão de pagamento, ou IPVA, ou outra coisa qualquer. Se não sair a CND, o contador tem a senha, entra nas dívidas da conta-corrente e faz um levantamento delas, para evitar esse transtorno, porque certamente ocorrerão detalhes de inversão, ou pagamento num dia a mais, ou uma correção equivocada, enfim. Portanto, acho que esses detalhes são importantes de serem observados.

O SR. ENOCIR GONÇALVES - Boa-noite a todos.

Como representante dos empresários nesta mesa, gostaria de manifestar uma preocupação muito grande em relação à aplicabilidade dessa Lei. Entendo que nós precisamos separar na Lei Geral as questões que são benéficas, e são muitas. Várias questões nessa Lei vão, com certeza, contribuir para o desenvolvimento das micro e pequenas empresas. Agora, a questão fundamental que vai entrar em vigor a partir de 1º de julho e que já está sendo regulamentada, porque as outras questões positivas ainda não estão, é a tributária.

Concordo com as três pessoas que se manifestaram anteriormente com relação às obrigadoriedades, que têm que ser cumpridas já daqui a alguns dias. A Lei foi criada em dezembro e o governo só se preocupou em regulamentá-la agora, então, acho que não temos prazo para cumprir as exigências dessa Lei. Não sabemos nem os valores que vamos poder parcelar nos municípios! Quais municípios já deferiram as suas leis que permitem o parcelamento dos débitos? Quais os débitos que vão poder ser incluídos nesses parcelamentos? De que período? Só até janeiro de 2006, como fez o governo federal, ou até o momento da inscrição, como está fazendo o governo estadual? Não se sabe!

Então, como que a partir de 1º de julho todas as empresas vão estar em dia com os seus débitos? Como as empresas que estão em débito com tributos vão conseguir, desde fevereiro de 2006 até agora, de uma hora para outra, colocar em dia todos esses débitos com o governo federal e com o governo municipal? O governo estadual, se aprovada essa proposta de lei, parece que vai permitir que os débitos até o momento da inscrição sejam parcelados, mas os municípios ainda não definiram.

Estamos aqui no Sul, numa pequena cidade do interior de Santa Catarina, e embora pareça que não temos nenhum poder para encaminhar, acho que entidades como a Fampesc, as associações comerciais, a Assembléia Legislativa, no que for possível, deveriam fazer uma campanha, juntamente com outras entidades do País, e solicitar que essa Lei não entre em vigor em 1º de julho, porque não é cabível. Não é possível que essa Lei entre em vigor no dia 1º de julho, porque o governo federal não está preparado, o governo estadual não está preparado, nenhum município está preparado. Imaginem que preparação podem ter pequenos municípios, como Siderópolis e Treviso se nem Criciúma está preparada para isso!

Então, acho que não há tempo, e não é culpa dos empresários nem dos contadores, a culpa é do governo federal, que não se preocupou com a Lei. Se ela foi aprovada em dezembro, já deveria em janeiro ou em fevereiro ter instituído o Comitê Gestor e começado a discutir com a comunidade essa Lei, e não deixar isso para o mês de junho! (Palmas.)

E há questões que não estão sendo nem levantadas. Quando fala do crédito do ICMS, que é uma perda de competitividade para as pequenas indústrias, para as distribuidoras e para as transportadoras, não é só isso, tem também o PIS e o Cofins. Hoje, as grandes empresas, que são optantes pelo lucro real, creditam-se das vendas das micro e pequenas empresas, mas não vão mais poder se creditar. Então, é mais uma perda de competitividade que as micro e pequenas empresas vão ter.

Eu não quero que a mesa entenda que sou um crítico da lei. Não! Eu acho que a lei tem muitas questões positivas. No geral, para as empresas comerciais, a lei é positiva, traz benefícios como o cadastro único, a simplificação das relações trabalhistas, as preferências no fornecimento para o Poder Público, a facilitação do acesso ao crédito e à tecnologia, a fiscalização orientadora, o que é muito positivo, a tributação pela receita recebida. Ou seja, ela tem algumas questões positivas, mas ainda não foram implementadas, e o governo está tendo tempo para implementar.

O que impacta as empresas é a questão tributária! E quando dizem que nós temos trinta dias, Furlanetto, nós não temos trinta dias, porque a empresa, a partir de 1º de julho, apesar de pagar o imposto só em agosto, terá que vender o seu produto com base nos tributos calculados no Super Simples! Isso muda a tabela de preço, muda a tabela de custo, muda a relação com o cliente! Então, as empresas têm nove dias para isso, só nove dias, e isso não é possível.

Eu, como empresário e representando os empresários, apelo às entidades representativas que lutem no sentido de que esta lei não entre em vigor agora no dia 1º de julho, mas, sim, em 1º de janeiro de 2008. Assim, teremos tempo para discutir todas essas questões polêmicas.

Obrigado. (Palmas.)

O SR. OSNI ROGÉRIO VIEIRA BRANCO - É, na verdade, o que foi dito aqui na mesa é a pura realidade. A gente tem que aceitar isso, porque a lei está aí, é clara, não tem muito que discutir, o que está valendo é o que está na lei. Se foi culpa de a, de b ou de c, que dormiu no ponto e deixou essa lei ser aprovada do jeito que está, com o prazo que está... E logo que foi sancionada houve uma discussão, pois queriam que passasse a vigor a partir do dia 1º de janeiro, prazo esse foi estendido até o dia 30 de junho.

Eu acredito que realmente vai ser um apuro danado, uma confusão, para não dizer outra coisa, nos escritórios de contabilidade, porque o prazo extinguiu e só agora a gente está começando a ter clareza da lei. Nós não estamos aqui para defender nem para malhar a lei, pelo contrário! Mas o que está na lei, está na lei! Agora nós temos que nos mobilizar para ver se podemos fazer alguma coisa, como está sendo feito em nível de Estado e como vai ser feito, possivelmente, em nível de município, ao longo do tempo, e não a partir desses nove dias que faltam.

O SR. PRESIDENTE (deputado Dirceu Dresch) - Nós vamos ter que ver como encaminhamos o acordo que tínhamos feito. As pessoas falaram por mais tempo do que estava previsto e ainda temos algumas inscrições. Então, peço a colaboração de vocês no sentido de tentarem trabalhar as perguntas ou exposições em dois minutos. Vamos tentar ser breves para dar oportunidade para as demais pessoas que ainda desejam falar.

A SRA. SAMIRA PEREIRA DE HENRIQUE - Boa-noite. Gostaria de fazer uma pergunta para o Hugo.

Eu sou contadora e tenho um cliente que tem uma empresa com 50% de participação e é Simples. Agora a esposa quer abrir uma empresa, também com 50% de participação. A Lei nº 123 não fala nada a respeito, mas a do Simples/SC veta a partir de 1º de julho. Eu posso fazer isso ou não?

O SR. SOLETE MEDEIROS BITTENCOURT - Boa-noite aos componentes da mesa. Sou empresário do ramo de contabilidade e diretor do Sindicato.

Eu acessei diversos simuladores do Sebrae e a maioria das empresas que se enquadram no Anexo V vão pagar muito mais pelo Simples nacional do que pelo lucro presumido. E mais: algumas atividades, como transporte de carga, serviço de usinagem, serviço de sonorização, agências de modelos e outras, já estavam no Simples e vão pagar mais pelo Super Simples. Algumas atividades poderiam optar pelo Simples, mas agora não podem mais. Então ela veio para onerar muito essas atividades. O Anexo V e o Anexo IV ficaram muito pesados.

Obrigado.

A SRA. ROSINÉLIA SOUZA - Sou contadora, delegada do Conselho Regional de Contabilidade de Tubarão e Região e represento neste momento o Sindicato e a Ampe de Tubarão.

Quero me solidarizar com as palavras do Encirc. Penso que nós, contadores, estamos preparados, mas o sistema não está. Hoje, conversando com o pessoal da Junta Comercial, notei que também não estão adequados, assim como os municípios.

Então me solidarizo com ele e gostaria também que esse documento fosse encaminhado.

A minha pergunta é para o Osni. Gostaria de saber onde está dito na lei que a tributação é com base na receita recebida. Ainda não localizei isso na lei, se tem o artigo ou o anexo primeiro.

O SR. PRESIDENTE - (deputado Dirceu Dresch) - Quer começar de novo, Cloir?

O SR. CLOIR DASSOLER - A gente comentou na audiência que o deputado coordena, mas as perguntas vêm para eu responder. É sempre assim, não é deputado? E nós estamos levando pau pelo Estado inteiro! Vocês pensam que é mole? Um dia, quem sabe, um de vocês seja presidente de uma federação e aí vai ver o que é sofrer!

Samira, com relação a tua pergunta, eu estava discutindo com o Encirc e ele colocou o seguinte, e a lei diz isso mesmo: o que não está escrito, pode. Há alguma coisa na lei dizendo que não pode? A lei diz o seguinte: o que não está escrito, o que não está vedado, pode, a não ser que o Comitê Gestor diga que não. Se não está escrito, então pode! Eu entendo dessa forma, e o Encirc me chamou a atenção para isso.

Com relação ao que você falou, Solete, sobre o Anexo IV e o Anexo V, transportadoras, gráficas etc., você não imagina a encrenca que foi na terra do deputado, em Chapecó, porque lá a maioria é transportadora!

Eu posso te garantir o seguinte: o Comitê Gestor já está estudando. Eu falei com o Paulo Okamoto e com o José Pimentel, numa audiência pública em Florianópolis, na qual foi discutida, principalmente, a questão do transporte. O Comitê Gestor nacional está sabendo, a própria Federação dos Transportes está se mobilizando para isso, já se mobilizou.

Portanto, é isso que podemos fazer hoje, e aguardar que o Comitê Gestor realmente pegue essas atividades que antes já estavam no Simples, que agora foram jogadas para o Anexo IV e Anexo V, e as traga para o Anexo III. Tirando única e exclusivamente a coluna do ISS e colocando ali a coluna do ICMS, já resolve o problema. Então isso já está sendo discutido.

Rosinélia, com relação à receita recebida, eu não posso dizer qual é o artigo, mas tem na lei. Eu procurei aqui e não achei, posso até informar isso amanhã, mas a lei diz que pode ser com base na receita recebida.

O SR. PRESIDENTE (deputado Dirceu Dresch) - Osni, esta é a pergunta que foi feita para ti.

O SR. OSNI ROGÉRIO VIEIRA BRANCO - O presidente da Fampesc já falou. Também tentei achar na legislação. Vou ficar te devendo essa informação agora, mas está na lei.

O SR. CLOIR DASSOLER - O deputado me disse aqui que temos que verificar isso, não é gente? Infelizmente, o que nós temos... Concorde com o que o Enocir falou, mas a Lei Geral, pelas informações que tenho - estive na segunda e na terça-feira em Curitiba, na IV Convenção Nacional da Micro e Pequena Empresa, e conversei com o diretor do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, bem como com algumas pessoas que estão trabalhando nessa questão da Lei Geral, e a informação que tenho é que a Lei Geral entra em vigor no dia 1º, doa a quem doer. Vai entrar em vigor! Essa é a informação que nós temos. Então, temos um problema sério: quem não conseguir se enquadrar até o dia 1º como fica? Vai para o lucro presumido ou para o lucro real! Certo? Não tem alternativa!

É isso que o deputado pediu para eu falar. É isso mesmo. Infelizmente, são essas as informações que nós temos.

Agora, com relação às compras governamentais, quero comentar rapidamente pelo menos a coisa boa. Para vocês terem uma idéia do filão de mercado que se pode trabalhar em nível de Brasil, as compras governamentais do governo federal são em torno de R\$ 200 bilhões/ano. As micro e pequenas empresas não estão vendendo quase nada. Eu estava falando com o Vinicius, diretor do Ministério do Desenvolvimento, e ele disse que só o Ministério tem R\$ 27 bilhões de orçamento para compras. Só o Ministério deles! No ano passado, foram comprados somente R\$ 2 bilhões das micro e pequenas empresas. Quer dizer, é quase nada! Tem aí um mercado fantástico para se explorar. É um trabalho que vamos ter fazer. Tem muita coisa boa, não é?

Então, deputado, eu vou me despedindo agradecendo, principalmente, aos que compareceram a esta audiência pública. Realmente, fiquei decepcionado com Criciúma, porque eu disse ao deputado que isto aqui estaria cheio, mas as pessoas que vieram é porque realmente estão interessadas no desenvolvimento da nossa região, da nossa cidade, estão trabalhando por um País melhor, podem ter certeza!

Agradeço ao deputado Dirceu por essa parceria - viajamos alguns quilômetros nessas estradas, mas valeu à pena; ao deputado Décio, que esteve sempre conosco, inclusive em Chapecó; ao Osni, por estar sempre fazendo essas explanações; ao Hugo, por trazer informações para nós; e ao meu sempre amigo Enocir, a quem eu disse que a Lei Geral para ele não tem jeito, porque o seu cabelo não irá branquear mais do que já branqueou.

Não posso deixar de estender aqui os meus mais sinceros agradecimentos às taquígrafas, que estiveram em todos os lugares conosco - às 23h estávamos jantando em algum lugar; ao pessoal da TVAL, que eu acho que já saiu; à Isabel, secretária do Dirceu; e aos demais colaboradores. Obrigado a vocês por estarem sempre conosco nessa nossa batalha, nessa batalha da Federação trabalhando em prol da micro e pequena empresa.

Eu disse ontem em Blumenau e vou repetir aqui: enquanto eu tiver força, vou continuar lutando pela micro e pequena empresa. O dia em que não conseguir mais, eu me retiro, vou embora para a minha casa cuidar da minha família, mas até lá continuarei brigando.

Obrigado e boa-noite. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Dirceu Dresch) - Eu quero falar um pouco, pois falei pouco hoje à noite.

Sou da categoria da agricultura familiar e quando em 1992 começamos um grande trabalho de tratar os diferentes de forma diferente, vocês começaram uma grande luta no sentido de tratar o micro e pequeno empresário de forma diferente do grande empresário.

O Estado, a política pública, tem que justamente promover isso. Ele não pode tratar os diferentes de forma igual. O presidente do Sebrae nacional em Florianópolis foi muito claro, disse que a lei veio para melhorar a vida do micro e pequeno empresário. Esse é o nosso objetivo e é por isso que estamos aqui. Nós nos propomos fazer essas audiências públicas nessa perspectiva. O que já está bom, vamos trabalhar para ser uma situação real para o micro e pequeno empresário e no que precisa mudar, vocês, com certeza, têm que ajudar.

Eu estou acompanhando o debate sobre a tal de reforma tributária no Brasil, mas isso está muito distante. A Lei Geral já aponta numa perspectiva de fazer uma reforma tributária. Agora, infelizmente, temos que fazer por pedaços no Brasil, porque enquanto os Estados ricos não abrirem mão de alguma coisa, será muito difícil fazermos a reforma tributária. Por que? A guerra fiscal está aí.

Hoje, também debatemos aqui o Orçamento do Estado. Segundo os dados que o Cloir me passou há pouco, na LDO que o governo do Estado mandou para a Assembléia, são R\$ 2.3 bilhões de incentivos fiscais. Isso é muito dinheiro! O orçamento que estamos discutindo para o ano que vem no Orçamento Regionalizado, do caixa do Estado, é em torno de R\$ 160 milhões.

Então, estamos num grande enfrentamento. Como Santa Catarina vai enfrentar um gigante como o Estado de São Paulo na discussão da reforma tributária? O Rio Grande do Sul vai aceitar uma reforma tributária, essa briga para trazer empresas para lá e para cá?

A carga tributária do Brasil é muito alta. Em 1995, era 27.21% do PIB; em 1998, 27.5%; em 2002, 32.4%; e, em 2005, 33.07%.

Então, com certeza, essa é uma das grandes discussões do Brasil hoje. A dívida pública vai corroendo, foi muito maltratada durante esses anos todos, a dívida Previdenciária do nosso Estado está passando de R\$ 1 bilhão, do nosso regime de previdência pública do Estado. Está passando de R\$ 1 bilhão! Isso é furo, alguém está pagando essa conta.

Essas coisas maltratadas durante esses anos todos vão causando esse furo e quem está pagando e vai pagar essa conta é a sociedade.

Esse é um dos grandes debates centrais. A lei vem nessa perspectiva. Nós temos setores importantes, como o transporte e outros já citados. Temos que buscar mudanças. A Lei Geral da Micro e Pequena Empresa não dá conta dessas questões, melhora ou piora, em alguns casos, a situação do micro e pequeno empresário.

Agora, qual é a nossa saída? Levamos essa discussão e na semana que vem unificarmos tudo o que foi discutido durante esta semana, durante essas cinco audiências públicas, pois através delas sabemos onde é que estão os grandes furos.

Esperamos que o governo do Estado, já nos próximos dias, crie o Comitê Gestor. Nós precisamos desse comitê em Santa Catarina para juntar tudo o que o Sebrae, a Assembléia Legislativa, as federações e o governo do Estado estão levantando para construir uma perspectiva para o Comitê Gestor nacional e para o Congresso Nacional. Esta lei foi aprovada com todos os congressistas. Então, temos que debater isso com eles, foi um esforço muito grande, com a participação do micro e pequeno empresário, para ajudar a fazer as mudanças necessárias.

Esse é o nosso objetivo, que eu falei no início: estamos à disposição para contribuir com vocês nessa perspectiva que vem aí.

Pessoalmente, acho bastante difícil conseguirmos prorrogar esse prazo. Por quê? O que acontece por lei? Aprovada uma lei, sancionada uma lei, se o presidente não cumpri-la, ele vai ser acusado de renúncia fiscal. Então é preciso fazer todo um acordo no Congresso Nacional, com todos os partidos, construir uma perspectiva para prorrogar a lei.

E como foi dito aqui, era para a lei ter entrado em vigor em janeiro e já estamos em junho e deveria ser prorrogada por causa do movimento que vai gerar.

Certamente vamos ter um prazo. Se ela entrar em vigor, vamos ter no mês de julho um tiroteio no Brasil. Ou se cria um movimento para prorrogar ou se cria um movimento para fazer as mudanças necessárias, urgentes que estão aí.

Então, vamos trabalhar nessa perspectiva. Acho que temos que levar adiante esse movimento de prorrogar o prazo. Se não for possível, vamos ter que estar prontos para, no mês de julho, fazer todo um movimento de articulação das mudanças que precisam ser feitas, tanto no Estado e nos municípios quanto em nível nacional.

Esta lei é importante, porque mexe na questão tributária, mas também mexe num conjunto de coisas que são reivindicações históricas da micro e pequena empresa, como a questão do incentivo à exportação, a questão das compras governamentais, a burocracia excessiva. Agora, diminuir burocracia significa diminuir as taxas do município, da União, dos Estados. Ou seja, juntá-las para diminuir essa burocracia. Ela vem nessa perspectiva de abrir uma nova microempresa, de ter um prazo provisório para abertura, de estímulo à tecnologia, ao crédito.

Eu pego o exemplo do Pronaf. Depois que entrou o Pronaf, a agricultura familiar tem uma outra realidade de financiamento. Quem sabe podemos construir no Brasil um crédito dessa forma para a micro e pequena empresa! Acho que tem um conjunto de possibilidades muito interessantes na lei. Agora, tem essas questões que o colega da Ampe falou, as questões tributárias. De fato, é preciso que sejam tomadas iniciativas e decisões. Isso está na nossa mão. Devemos conversar com os deputados dos mais diversos partidos, inclusive os deputados federais, embora eu esteja sentindo, infelizmente, um desinteresse muito grande por parte dos nossos prefeitos e dos nossos deputados, ou da grande maioria; uma parte está se inteirando e outros estão assistindo de camarote. Então, precisamos avançar nisso.

Era isso que queria deixar para todos.

Concedo a palavra, rapidamente, ao companheiro Décio.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÖES - Só para encerrar, quero agradecer a presença de todos vocês que ficaram até este momento. Foi muito útil para nós.

ATAS DAS COMISSÕES PERMANENTES

Dessas audiências todas que fizemos pelo Estado, estou convencido de que a lei tem um conjunto de avanços, e ela precisa ser aprimorada. O ideal seria, não sei se temos força em Santa Catarina suficiente para isso, mas concentrarmos forças para, na terça-feira, aprovar um documento para enviar ao Congresso Nacional, ao Senado, à Câmara, às bancadas e ao presidente da República, no sentido de articularem uma medida provisória em acordo para que a lei possa vigorar a partir de 1º de janeiro de 2008. Eu tenho convicção de que isso é importante, é necessário, porque, embora tenha várias vantagens, há um conjunto de dúvidas e há necessidade de regulamentação para isso.

Eu estou propondo que façamos esse documento e, ao mesmo tempo, articularmos com outros Estados, enviarmos também esse documento para as Assembleias Legislativas de todos os Estados brasileiros. Mas também temos que nos preparar, porque essa articulação pode não dar certo. As entidades estão fazendo um movimento de engrossar isso tudo para sensibilizar não só o presidente da República, mas os líderes dos diversos partidos que estão no Congresso Nacional.

De qualquer forma, essa experiência de sairmos, circularmos pelo Estado foi muito importante para nós, que sempre defendemos um estatuto, um jeito, uma forma diferenciada para a pequena e microempresa na nossa gestão - o Aloisio teve muita aproximação. Nós tivemos experiências no sentido de facilitar a vida dos pequenos e microempresários.

Então, aprendi muito, gostei bastante e acho que podemos contribuir. Na verdade, nos adiantamos, porque ainda não temos a proposta estadual. Nós nos adiantamos para alertar o governador e os prefeitos da necessidade de se discutir esse assunto, e aproveitamos o movimento que a Fampesc estava fazendo no Estado junto com as Ampes e o Sebrae para esclarecer a lei. Acho que juntou a institucional com as não-governamentais e deu essa parceria que acho que foi um sucesso muito grande e tem tudo para continuar.

Muito obrigado e boa-noite a todos. Foi um dia extremamente positivo. (Palmas.)

O SR. OSNI ROGÉRIO VIEIRA BRANCO - Quería dizer que a lei é mais uma lei. Quantas leis existem em nível federal? Quantas leis pegam e quantas não pegam? Essa lei ficou meio esquecida por parte de todos nós, o tempo foi passando. Logo que foi aprovada, deveríamos ter nos movimentado.

Mas o senhor há de convir conosco, todas as classes empresariais representativas de movimentos, de segmentos, também ficaram aguardando um pouco. Só agora é que estamos vendo, no final do prazo, que o tempo está curto, que não tem muito mais coisa para fazer, a movimentação tem que ser rápida e não sei se a gente vai conseguir nesse curtíssimo prazo fazer com que boas alterações ocorram. Mas esse é o objetivo da audiência, as explanações que se está fazendo pelo Estado afora para levantar os descontentamentos, as dificuldades que todo mundo está vendo e tentar encaminhar as propostas.

Acho que nunca vai ser tarde, mas ficamos um pouco parados, todos, não precisava sair essa regulamentação. Antes de sair essa regulamentação, deveríamos ter feito algum movimento para adiantar, mas estamos no caminho.

Muito obrigado a todos e uma boa-noite. (Palmas.)

O SR. DELMAR HUGO DORNELES - Despeço-me agradecendo pelo convite.

Eu queria dizer à classe que também sou solidário com essa questão. Entendo que vai ser um grande problema a lei entrar em vigor dia 1º de julho. Vai dar um tumulto fabuloso a questão lá da Fazenda, não tenho a menor dúvida.

Estamos solidários, uma medida interessante, tem que optar de uma vez. Se não optar agora, parece que é só em janeiro, não é? Ou julho ou janeiro.

Muito obrigado pelo convite e somos solidários.

O SR. ENOCIR GONÇALVES - Gostaria de parabenizar a Assembleia Legislativa e a Fampesc, na pessoa do Cloir, pelo debate, que acho importante, e também as pessoas que vieram, porque quem veio estava interessado no assunto.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (deputado Dirceu Dresch) - Gostaria de agradecer pela presença de todos vocês.

Quero agradecer também à nossa equipe, que mais uma vez está conosco; à equipe do nosso gabinete, a Isabel, o Edson, e à equipe do deputado Décio.

Um grande abraço a todos! Espero que consigamos avançar nas nossas conquistas.

Muito obrigado. (Palmas.)

Está encerrada a audiência pública.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH
PRESIDENTE

*** X X X ***

ATA DA SETIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA, REFERENTE A PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA.

Às onze horas do dia primeiro do mês de agosto do ano de dois mil e sete, sob a Presidência do senhor Deputado Dirceu Dresch, reuniu-se ordinariamente a Comissão acima epigrafada, na Sala das Reuniões da Coordenadoria das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina. Registraram presença na reunião os Senhores Deputados: Edson Piriquito, Sargento Amauri Soares e Nilson Gonçalves. Foram justificadas as ausências dos Senhores Deputados Kennedy Nunes e Cesar Souza. Abertos os trabalhos o senhor Presidente colocou em discussão e votação a Ata anterior, sendo aprovada por unanimidade. Ato continuo o Senhor Presidente colocou em discussão e votação o OF/0056.2/07, aprovado por unanimidade o voto pelo arquivamento, em seguida colocou o PL/0223.3/07, aprovado por unanimidade. Ato continuo, o Senhor Presidente leu o Requerimento de sua autoria, e de solicitação do Senhor Vereador Marcelino Chiarello do Município de Chapecó, pedindo uma Audiência Pública para discutir "A Segurança Pública no Município e Região de Chapecó", aprovado por unanimidade, marcada para a o dia trinta de agosto de dois mil e sete. Na seqüência o Senhor Presidente leu o Requerimento também de sua autoria, solicitando uma Audiência Pública para discutir "O Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI)" - PAC da Segurança Pública, aprovado por unanimidade, ficando para definir a data.. Não havendo mais assuntos a serem tratados encerrou o senhor Presidente a presente reunião, a qual, eu, Heloisa Cabral Uchôa Rezende, funcionária desta Comissão, lavrei e digitei a presente Ata, que após lida e considerada aprovada será assinada pelo senhor Presidente desta Comissão.

Sala de Reuniões, em 07 de agosto de 2007

Deputado Dirceu Dresch

Presidente da Comissão

*** X X X ***

ATA DA QUINTA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO REFERENTE À PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEXTA LEGISLATURA.

Às oito horas do dia onze de julho do ano de dois mil e sete, sob a Presidência do Senhor Deputado Darci de Matos, amparado no Art. 128 do Regimento Interno, foram abertos os trabalhos da quinta reunião ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Desporto. Foi registrada a presença dos senhores deputados Pedro Uczai, Manoel Mota, Professor Grandó e Silvio Dreveck, contando ainda, com a presença do Senhor Deputado Jailson Lima. Na seqüência, o Senhor Presidente colocou em discussão e votação a ata da reunião anterior, que foi aprovada por unanimidade. Em ato contínuo o Senhor Presidente relatou os pareceres pelo arquivamento das proposições Of. 0073.3/2007, Of. 0087.9/2007 e favorável ao PL 0161.6/2007, que postos em discussão e votação foram aprovados por unanimidade. O Senhor Deputado Silvio Dreveck relatou os pareceres pelo arquivamento das proposições Of. 0081.3/2007 e Of. 0089.0/2007, que postos em discussão e votação foram aprovados por unanimidade. O Senhor Deputado Pedro Uczai relatou os pareceres pelo arquivamento da proposição Of. 0085.7/2007, e favorável ao PL 0034.0/2007, que postos em discussão e votação foram aprovados por unanimidade. O Senhor Deputado Manoel Mota relatou o parecer favorável ao PL 0057.7/2007, que posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. O Senhor Deputado Professor Grandó relatou o parecer favorável à proposição PL 0168.2/2007, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Não havendo mais matérias a serem discutidas, o Senhor Presidente deu a palavra ao Senhor Deputado Jailson Lima que fez uma explanação sobre os pontos de Cultura no Estado de Santa Catarina. Nada mais a tratar, o senhor Presidente Deputado Darci de Matos, agradeceu a presença de todos, encerrando a presente reunião, a qual eu Miguel Antonio Atherino Apóstolo, Chefe de Secretaria, lavrei a presente Ata, que após lida e achada correta, será assinada pelo Senhor presidente.

Sala da Comissão, em 11 de julho de 2007.

Deputado Darci de Matos

Presidente da C.E.C.D.

*** X X X ***

ATA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO, REFERENTE 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA EM 15/08/2007.

Aos quinze dias do mês do agosto do ano do dois mil e sete, às nove horas, sob a Presidência do Deputado Jorginho Mello, foram abertos os trabalhos da décima sétima reunião ordinária da Comissão de Finanças e Tributação. Foi registrada a presença dos Senhores Deputados: José Natal Pereira, Jandir Bellini, Gelson Merisio, Manoel Mota, Sílvio Dreveck, Odete de Jesus, Renato Hinnig. Na seqüência, o Senhor Presidente colocou em votação as atas da 15ª e 16ª Reunião Ordinária da Comissão, sendo ambas aprovadas por unanimidade. Ato continuum, o Senhor Presidente passou a palavra ao Deputado Sílvio Dreveck, que relatou o PL./309.8/2007, seu parecer foi pelo Diligenciamento em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O presidente agradeceu a seus pares presentes na reunião. Não havendo nada mais a tratar, O Presidente deu por encerrado os trabalhos da Reunião Ordinária e prosseguiu com a Audiência Pública, dos quais, eu, Sílvio Nestor de Souza, Chefe de Secretaria, lavrei a presente ata, da Reunião Regimental, que aprovada por todos os membros, será assinada pelo Presidente e posteriormente publicado no Diário desta Assembléia.

Deputado JORGINHO MELLO

Presidente da Comissão de Finanças e Tributação

*** X X X ***

ATA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO, REFERENTE 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA EM 22/08/2007.

Aos vinte e dois dias do mês do agosto do ano do dois mil e sete, às nove horas e trinta minutos, sob a Presidência do Deputado Jorginho Mello, foram abertos os trabalhos da décima oitava reunião ordinária da Comissão de Finanças e Tributação. Foi registrada a presença dos Senhores Deputados: Gelson Merisio, Odete de Jesus, Manoel Mota, Jandir Bellini Décio Góes e o Deputado Serafim Venzon que substituiu o Deputado José Natal Pereira. Na seqüência, o Senhor Presidente colocou em votação as atas da 17ª Reunião Ordinária da Comissão acima epigrafada, sendo aprovada por unanimidade. Ato continuum, o Senhor Presidente passou a palavra ao Deputado Gelson Merisio, que relatou o PL./0069.0/2007, seu parecer do Voto Vista foi pela aprovação, em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Seguindo, o Deputado relatou o PL./0212.0/2007, seu parecer foi pela aprovação com o Substitutivo Global, em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, na seqüência relatou o PL./0307.6/2007, seu parecer foi pela aprovação, em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Com a palavra, o Deputado Manoel Mota relatou o PL./0292.3/2007, seu parecer foi pela aprovação, em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, relatou também o Ofício/0015.6/1999, seu parecer foi pelo arquivamento, em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Na continuação, o Deputado Décio Góes solicitou a palavra e fez o relato do PL./0308.7/2007, seu parecer foi pela aprovação, em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O presidente agradeceu a seus pares presentes na reunião. Não havendo nada mais a tratar o Presidente deu por encerrado os trabalhos da Reunião Ordinária, dos quais, eu, Sílvio Nestor de Souza, Chefe de Secretaria, lavrei a presente ata, que aprovada por todos os membros, será assinada pelo Presidente e posteriormente publicado no Diário desta Assembléia.

DEPUTADO JORGINHO MELLO

Presidente da Comissão de Finanças e Tributação

*** X X X ***

AVISO DE RESULTADO

AVISO DE RESULTADO

A Pregoeira da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, designada pela Portaria n.º 1909/2007, comunica que, atendidas as especificações constantes do edital próprio, a licitação modalidade Pregão n.º 022/2007, referente a contratação de empresa do ramo de reformas e pequenas obras, com fornecimento de materiais, equipamentos e mão-de-obra especializada, para a execução de garita na entrada do estacionamento da ALESC, resultou fracassada.

Florianópolis, 22 de agosto de 2007.

BERNADETE ALBANI LEIRIA
PREGOEIRA

*** X X X ***

EXTRATOS

EXTRATO Nº 078/2007

REFERENTE: Contrato CL n.º 042/2007, celebrado em 20/08/2007.

CONTRATANTE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
CONTRATADA: Bengala Branca Importação e Comércio Ltda.

OBJETO: Aquisição de 01 (uma) Impressora em Braille, marca Enabling Technologies.

VALOR GLOBAL: R\$ 89.500,00 (oitenta e nove mil e quinhentos reais).

REAJUSTAMENTO: Os preços são fixos e irrecorríveis.

VIGÊNCIA: Dá-se ao presente Contrato a vigência a partir da sua assinatura até recebimento definitivo do objeto, permanecendo seus efeitos até o término da garantia, ou seja, 12 (doze) meses para peças e mão-de-obra.

ITEM ORÇAMENTÁRIO: As despesas do presente Contrato correrão à conta da AÇÃO 8784 (Manutenção, Serviços e Equipamentos de Informática) e do item orçamentário 44.90.52.35 (Equipamentos de Processamento de Dados), do Orçamento da ALESC.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei n.º 8.666/93 e Lei n.º 10.520/02; Processo Licitatório modalidade PREGÃO CL N.º 021/2007 e; Autorização para Processo Licitatório n.º 0134/2007 parte integrante deste instrumento, assim como todas as cláusulas e condições contidas nas peças que o compõem.
Florianópolis, 20 de agosto de 2007.

Deputado Júlio Garcia - Presidente ALESC

Marco Antônio dos Santos Bertoglio - Sócio-Gerente

*** X X X ***

EXTRATO Nº 079/2007

REFERENTE: Convênio CL n.º 005/2007, de 06/07/2007.

1º CONVENENTE: Estado de Santa Catarina, através da Fundação Catarinense de Educação Especial - FCEE

2º CONVENENTE: Universidade Federal do estado de Santa Catarina - UFSC

3º CONVENENTE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

OBJETO: Estabelecimento de cooperação técnico-científica entre a FUNDAÇÃO-FCEE, UNIVERSIDADE-UFSC e a ALESC, visando atingir condições de acessibilidade espacial nos espaços no Campus da FCEE.

FUNDAMENTO LEGAL: Decreto n.º 307, de 04 de junho de 2003, na Lei Complementar n.º 264, de 29 de janeiro de 2004.

PRAZO: 01 (um) ano, a contar da data de sua assinatura, podendo sua duração ser prorrogada por iguais e sucessivos períodos.

Florianópolis, 13 de agosto de 2007.

Deputado Júlio Garcia - Presidente da ALESC

Rosane Teresinha Jahnke Vailatti - Presidente da FCEE

Lúcio José Botelho - Reitor da UFSC

*** X X X ***

EXTRATO Nº 080/2007

REFERENTE: 06 Termo Aditivo ao Termo de Cooperação Técnica CL S/Nº 2002, de 18/06/2002.

1º PARTE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

2º PARTE: Tribunal de Contas de Santa Catarina

OBJETO: Fica acrescido ao objeto Termo de Cooperação Técnico-Institucional celebrado em 18 de junho de 2002 as seguintes atividades: realização de cursos de capacitação, de formação e de aperfeiçoamento, de graduação e pós-graduação, de intercâmbio de treinandos e instrutores, de pesquisas, de publicações, de indicadores, de seminários e de outros eventos correlatos, participação em eventos, grupos de trabalho, estudos e desenvolvimento de projetos de pesquisas, que tenham como finalidade precípua a capacitação, facilitação da utilização de instalações físicas e equipamentos localizados na área de atuação dos signatários, para uso funcional de seus membros, de acordo com as disponibilidades, mediante solicitação com a antecedência e acordo entre os participantes, busca de formas de ampliação do entrosamento entre a ALESC e o TCE/SC, visando criar, estabelecer e dinamizar redes ou canais de comunicação permanente entre seus dirigentes e quadros funcionais, de forma a assegurar a parceria para o desenvolvimento e implementação de ações diversas voltadas à captação dos recursos humanos da administração pública.

PRAZO: 01/01/2007 a 31/12/07

Florianópolis, 22 de agosto de 2007.

Deputado Júlio Garcia - Presidente da ALESC

Conselheiro José Carlos Pacheco - Presidente do TCE/SC

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 373/07

Dispõe sobre o Programa de Incentivo à Instrução e Educação Escoteira e dá outras providências.

Art. 1º Fica instituído o Programa de Incentivo à Instrução e Educação Escoteira, visando à difusão dos valores históricos e da filosofia que fundamenta a atividade, dando ênfase na abordagem quanto a importância da participação coletiva nos termos das temáticas desenvolvidas por Grupo Escoteiro.

§ 1º - Considera-se para os efeitos desta Lei Grupo Escoteiro o órgão destinado à prática de escotismo, formado por voluntários de acordo com os paradigmas atinentes a cada Ramo de faixa etária, observadas as regras estabelecidas por entidade autorizada à prática de escotismo no Brasil.

§ 2º - Os Ramos, integrados por voluntários de ambos os sexos, são os seguintes:

- I - Lobinho, de 07 (sete) a 10 (dez) anos;
- II - Escoteiro, de 11 (onze) a 14 (quatorze) anos;
- III - Sênior, de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos; e
- IV - Pioneiro, de 18 (dezoito) a 21 (vinte e um) anos.

Art. 2º O Programa será implantado conforme dispuser regulamentação do Poder Executivo, devendo ser priorizado o desenvolvimento de políticas de informação oficial e de ações junto aos estabelecimentos de ensino público estadual.

Art. 3º Para execução desta Lei fica autorizada a celebração de convênios entre o Poder Executivo e a União dos Escoteiros do Brasil, e com outras entidades dedicadas ao escotismo e declaradas de utilidade pública estadual.

Art. 4º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de até noventa dias da data de sua publicação.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das sessões em,
Deputado Rogério Mendonça
Primeiro Secretário

Lido no Expediente
Sessão de 22/08/07

JUSTIFICATIVA

A inserção no ordenamento jurídico do Estado de Diploma que explicite a criação de Programa de Incentivo à Instrução e Educação Escoteira, pela importância que representa dita atividade, certamente propiciará condições de informação a milhares de catarinenses acerca deste essencial requisito ao engrandecimento pessoal, que possui repercussões diretas na vida dos jovens.

Cumpra lembra a promessa dos Escoteiros, que se resume no compromisso de fazer o melhor possível para "exercer os seus direitos para com Deus, com o Próximo e para Consigo mesmo".

Destarte, tem como código de honra estimular o jovem a ser leal, útil, amigo, cortês, bondoso, alegre, disciplinado, honrado, econômico e limpo. Portanto, se apresenta como base a uma vida extremamente voltada à justiça social.

Demais disso, sem sombra de dúvidas, a difusão dessa atividade representa o alicerce par um futuro mais sólido. A intimidade com os subsídios em questão resultará em absorção aos objetivos dessa agremiação, a qual é sustentada também em vários outros países, precisamente na integralidade do mundo, em face de sua abrangência salutar, trazendo repercussões positivas à convivência social.

Assim, trata-se de proposição que vem ao encontro das prerrogativas do Poder Público. O Estado possui dever constitucional de fomentar e divulgar as medidas de interesse comunitário, que venham aperfeiçoar os conhecimentos e as posturas da sociedade.

Outrossim, já são conhecidas e difundidas as premissas no país e até mesmo internacionalmente, necessitando implantação de sistemática para maior informação, e com isso permitindo oportunizar propagação dos benéficos efeitos gerados pela atividade.

Destá forma, solicito aos nobres Pares o acolhimento da presente proposição.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 374/07

Concede ao senhor Paulo Konder Bornhausen o título de Cidadão Catarinense.

Art. 1º Fica concedido ao senhor Paulo Konder Bornhausen o título de Cidadão Catarinense.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,
Deputado Darci de Matos

Lido no Expediente
Sessão de 22/08/07

JUSTIFICATIVA

Do nascimento no Rio de Janeiro a 6 de setembro de 1929, o homenageado percorreu um longo caminho e preencheu um valioso currículo, onde estão evidenciados os múltiplos interesses de um homem afinado com seu tempo.

É filho de Irineu Bornhausen e Marieta Konder Bornhausen, casado desde 4 de fevereiro de 1954 com Ivete Theresinha Dalcanale Bornhausen, tem dois filhos, Ricardo e Patrícia, cinco netos, Eduardo, Daniel, Fernando, Olivia e André, e seus dois irmãos são Roberto Konder Bornhausen e Jorge Konder Bornhausen.

Paulo Konder Bornhausen fez seus estudos na cidade do Rio de Janeiro, cursou o primário no Colégio Cristo Redentor, emoldurado pela bela paisagem da Urca, e dali se transferiu para o curso ginásial do Colégio e Internato São José, dos irmãos maristas, na Tijuca, completando seus estudos no tradicional Colégio Santo Inácio, dos padres jesuítas, em Botafogo.

Bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Pontifícia Universidade Católica (PUC), em sua terra natal, passando a exercer a advocacia no Rio - trabalhou na Cobast, empresa holding detentora do capital da Light - e depois em 1953 em Joinville.

A vida pública veio como uma seqüência natural, eleito deputado estadual em 1954, dois anos depois ascendeu à Presidência da Assembléia Legislativa de Santa Catarina. Na condição de Presidente do Legislativo, foi Vice-Governador do Estado até a eleição do Vice-Governador Heriberto Hülse, tendo exercido ainda a Vice-Presidência das Comissões de Constituição e Justiça e de Educação. Foi Vice-Presidente do I Congresso de Assembléias Legislativas, realizado em São Paulo, em 1956.

Amigo pessoal do saudoso e inesquecível homem público Carlos Lacerda, por sua interfeência adquiriu do Senador Mario Martins, pai do atual Ministro Franklin Martins, o título do jornal "A Resistência", editando-o em Florianópolis, do qual se tornou diretor. Nesse mesmo ano, liderou a UDN (União Democrática Nacional) na Assembléia. No governo de Heriberto Hülse, ocupou o cargo de Secretário do Interior e Justiça de Santa Catarina, em 1958. Jânio Quadros nomeou-o para a Presidência do Instituto Nacional do Pinho, atual Ibama, em 1961, cargo que ocupou até a renúncia do Presidente da República. Durante aquele período participou, como Vice-Presidente, da Missão Comercial que foi a Cuba e da Missão Econômica Brasil-Itália, entregando o cargo no dia do seu regresso, face à renúncia de Jânio, ao já Ministro da Indústria e Comércio, Ulisses Guimarães. Em 1960, foi candidato a prefeito de Joinville pela UDN, recebendo 49,2% dos votos.

No governo Castelo Branco, recebeu em 1964 a missão de dirigir a Carteira de Crédito Geral do Banco do Brasil - 3ª Zona, com jurisdição sobre os Estados do Mato Grosso, Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, sendo reconduzido ao posto em abril de 1968. Em janeiro de 1969, foi designado para a Carteira de Crédito Geral e Crédito Industrial - 3ª. Região, abrangendo os Estados da Guanabara, Rio de Janeiro, Espírito Santo e as agências do banco no exterior. Reconduzido, em 1972, para um período de mais quatro anos, renunciou ao cargo no dia 12 de agosto do mesmo ano por discordar da transferência de sua Carteira para Brasília.

Foi responsável pela construção de mais de 15 agências do Banco do Brasil em Santa Catarina, onde implantou outras dez novas agências. Na Cobec, construiu o Entrepósito Aduaneiro de Itajaí e foi grande estimulador das exportações do Estado.

De 1964 a 1972, representou o Banco do Brasil no Gerca, no Grupo Executivo da Indústria do Livro, no Conselho Consultivo da Indústria Siderúrgica, no Conselho Consultivo das Empresas Siderúrgicas Estatais, e no Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento da Pesca. No mesmo período, participou como *adviser* da delegação brasileira no Fundo Monetário Internacional (FMI), na reunião realizada em setembro de 1971 em Washington, sendo ainda designado membro do Conselho de Representação do Projeto Rondon e do Conselho Estadual de Agricultura do Rio de Janeiro.

Como diretor das agências do Banco do Brasil no exterior, foi responsável pela abertura das agências de Hamburgo, Londres, Tóquio, Paris, Lisboa, São Francisco da Califórnia e pelo escritório no México.

Paulo Konder Bornhausen é cidadão honorário das cidades de Bom Jesus, Taquara, São Leopoldo e Caxias, no Rio Grande do Sul; Londrina, Nova Esperança, Pato Branco, Medianeira e União da Vitória, no Paraná; São Miguel do Oeste, São Lourenço do Oeste, Chapecó, Xanxerê, Brusque, Joaçaba, Concórdia, Caçador, Porto União, Canoinhas, São Bento, Timbó, Ibirama, Araranguá, Tubarão, Braço do Norte, Campos Novos, Capinzal, Ouro, Jaraguá do Sul, Mafra, São Joaquim, Tangará e Rio do Sul, em Santa Catarina.

Em 1973, foi eleito Presidente da Cobec - Companhia Brasileira de Entrepósitos Comerciais, organizada com a associação do Banco do Brasil, que detinha a maioria das ações e 45 bancos privados, que operavam em câmbio, cargo em que permaneceu até 1977, ao completar seu segundo mandato. Nesse período, foi eleito também Presidente do Board of Directors, respectivamente, da Cobec - Brazilian Trading & Ware House Corporation of the USA, em Nova Iorque, Cobec In - Und. Export GmbH em Hamburgo, Cobec UK Limited, em Londres, e Cobec - Rotterdam BV, em Rotterdam. Implantou entrepostos e escritórios no país e em Nova Iorque, São Francisco da Califórnia, Caracas, Buenos Aires, Ilhas Canárias, Londres, Paris, Madrid, Hamburgo e Rotterdam. Foi também membro do Conselho Deliberativo da Associação Brasileira dos Exportadores.

Eleito membro do Conselho Fiscal da Caixa Econômica Federal em 1974, exerceu essas funções até 1976, ao lado de dois outros ilustres homens públicos, Otávio Gouveia de Bulhões e Osvaldo Pieruccetti (ex-Ministro da Fazenda e ex-Prefeito de Belo Horizonte, respectivamente).

Em 1976, foi eleito Vice-Presidente da TV Coligadas de Blumenau, à época coligada à TV Globo, hoje RBS, e no ano seguinte Vice-Presidente do Grupo Atlântica-Boavista Seguros, permanecendo nesse posto até a fusão da empresa com a Bradesco Seguros, da qual foi Vice-Presidente de 1987 a 1996, licenciando-se por um período em 1982, para exercer as funções de Presidente da Codesc, a Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina, à época holding do sistema financeiro do Estado. Antes disso, em 1979, integrou o Conselho de Comércio Exterior da Associação Comercial do Rio de Janeiro.

Foi membro dos seguintes Conselhos de Administração: Santinvest - Santa Catarina Empreendimentos e Participações S/A; Eletromotores WEG S/A; Procape - Programa Especial de Apoio à Capitalização das Empresas; Codesul - Conselho de Desenvolvimento do Extremo Sul; Conselho de Processamento de Dados; Conselho de Política Financeira; foi representante de Santa Catarina na Sudesul - Superintendência de Desenvolvimento da Região Sul e Cônsul Honorário do Chile em Florianópolis.

Atualmente, Paulo Konder Bornhausen exerce a profissão de advogado no escritório "Bornhausen, Amarante e Zimmer Advogados".

Há algum tempo dedicou-se às artes literárias e escreveu "Retrato Político de uma Época 1954-1960" e "Retrato Político de uma Época 1960-1982", "Pesquisas e Arquivos Políticos do PKB" e "Banco do Brasil dos meus tempos", e dois outros de receitas culinárias e roteiros gastronômicos "Receitas de um Chef Amador" e as "Novas Descobertas do Chef Amador".

Por tudo isso Senhores Deputados, é que peço a Vossas Excelências a aprovação deste projeto de lei, prestando, assim, esta Casa, a justa homenagem a esta ilustre figura, parte da história desta Assembléia e de nosso Estado.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 375/07

Dispõe sobre a proibição da venda de flores, plantas e produtos correlatos em estabelecimentos que comercializem alimentos no estado de Santa Catarina.

Art. 1º Fica proibida a venda de flores, plantas e produtos correlatos em estabelecimentos que comercializem alimentos no estado de Santa Catarina.

Art. 2º O estabelecimento comercial que infringir a presente Lei pagará multa de 10.000,00 (dez mil reais) por dia.

Art. 3º A fiscalização da presente Lei ficará a cargo da Vigilância Sanitária do estado de Santa Catarina.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor a partir de noventa dias da sua publicação.

Sala das Sessões,
Darcy de Matos

Lido no Expediente
Sessão de 22/08/07

JUSTIFICATIVA

A higiene é fundamental, para prevenir a grande quantidade de doenças que possam ser transmitidas através dos alimentos e que constitui um dos principais problemas de saúde pública na maioria dos países. Todos, com exceção do sal e da água, os alimentos são perecíveis, ou seja, são suscetíveis a alteração e deterioração com maior ou menor rapidez e o que pode causar alguma doença. Segundo a Organização Mundial de Saúde, a higiene dos alimentos compreende "todas as medidas necessárias para garantir a inocuidade sanitária dos alimentos, mantendo as qualidades que lhes são próprias e com especial atenção para o conteúdo nutricional".

Um alimento em condições precárias de higiene oferece riscos físicos (pedaços de vidro, restos de pêlos), riscos químicos (resíduos de substâncias tóxicas) e riscos biológicos (contaminação por microorganismos) para a população. Como sabemos, nos estabelecimentos comerciais são expostos à venda muitos produtos sem o devido cuidado de higiene. Entre eles, as flores, folhagens e algumas plantas que são tratadas com poderosos agrotóxicos, não fogem a regra.

Cabe salientar, que a idéia não é punir os estabelecimentos comerciais, que ganhariam noventa dias de prazo para se adequarem, e muito menos os consumidores. De acordo com o projeto, a lei vale somente para os estabelecimentos que comercializam alimentos, eis que evitaríamos sérios problemas de saúde inibindo à venda em local inapropriado.

Para dar continuidade a essas dignas ações de interesse público, faz-se mister o apoio dos nobres Pares para sua efetiva aprovação.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 376/07

Altera a redação do artigo 1º da Lei 13.541, de 4 de novembro de 2006, que autoriza a doação de imóvel no município de Lages.

Art. 1º O *caput* do art. 1º da Lei nº 13.541, de 4 de novembro de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica o Poder Executivo, por intermédio da Santur - Santa Catarina Turismo S/A, autorizado a doar à Secretária de Estado do Desenvolvimento Regional de Lages, o imóvel constituído por um terreno urbano com área de vinte mil e treze metros e doze decímetros quadrados, com benfeitorias, matriculado sob o nº 2.091 no 1º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Lages."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,
Deputado Elizeu Mattos

Lido no Expediente
Sessão de 22/08/07

JUSTIFICATIVA

Se faz necessário o presente projeto de lei pois, como se verifica pela Certidão do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Lages, o imóvel doado tem como área total 20.013,12 m² (vinte mil e treze metros e doze decímetros quadrados), e não 19.718,68 (dezenove mil setecentos e dezoito metros e sessenta e oito decímetros quadrados) como está na Lei nº 13.541, de 4 de novembro de 2005.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 377/07

Altera o art. 1º da Lei nº. 8.758, de 20 de maio de 1992, que Dispõe sobre o diagnóstico precoce da fenilcetonúria (FNC) e do hipotireoidismo congênito (HC) e adota outras providências.

Art. 1º O art. 1º da Lei nº. 8.758, de 20 de maio de 1992, que "Dispõe sobre o diagnóstico precoce da fenilcetonúria (FNC) e do hipotireoidismo congênito (HC) e adota outras providências.", passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º É obrigatória, nos hospitais e maternidades do Estado de Santa Catarina, quer em rede pública ou rede privada, a realização gratuita de provas para o diagnóstico precoce de Fenilcetonúria (FNC) e do Hipotireoidismo (HC), em todas as crianças nascidas em suas dependências. (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões,

Deputada Odete de Jesus

Partido Republicano Brasileiro - PRB/SC

Lido no Expediente
Sessão de 22/08/07

JUSTIFICATIVA

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,

O projeto de lei ora apresentado pretende alterar o artigo 1º da lei nº. 8.758, de 20 de maio de 1992, que "Outorga nova redação ao art. 1º, aditiva o art. 2º, remunera os demais da Lei nº 6.762, de 20 de maio de 1986, que "Dispõe sobre o diagnóstico precoce da fenilcetonúria (FNC) e do hipotireoidismo congênito (HC) e adota outras providências."

Como é amplamente conhecido a Fenilcetonúria é hereditária e se caracteriza pela falta de uma enzima em maiores ou menores proporções, impedindo que o organismo metabolize e elimine o aminoácido fenilalanina. Este, em excesso no sangue é tóxico, atacando principalmente o cérebro e causando deficiência mental irreversível, convulsões, problemas de pele e cabelo, problemas de urina e até invalidez permanente.

Somente o controle alimentar com dieta especial à base de leite e alimentos que não contenham fenilalanina, sob rigorosa orientação médica, para que o bebê fique bom e leve uma vida normal.

Estima-se que no Brasil um em cada 10 mil recém nascidos é portador de fenilcetonúria.

Já o Hipotireoidismo Congênito também é hereditário, causado pela falta de uma enzima, onde impossibilita que o organismo forme o T4, hormônio tireoidiano, impedindo o crescimento e desenvolvimento de todo o organismo inclusive o cérebro, tendo como consequência a deficiência mental irreversível, convulsões, problemas de pele e cabelo, problemas de urina e até invalidez permanente.

Nesta doença estima-se que um em cada 3 mil recém nascidos é portador de hipotireoidismo congênito.

A garantia de que os recém nascidos não tem ou não terão essa doença pode se dar através do Teste do Pezinho que somente detecta Fenilcetonúria e Hipotireoidismo Congênito.

Atualmente o referido Teste do Pezinho é realizado em postos de saúde e normalmente preferencialmente uma semana após o nascimento, e como as crianças nascem aparentemente normais os sintomas da Fenilcetonúria e Hipotireoidismo Congênito surgem por volta do 6º ao 8º mês de vida, torna-se importantíssimo a detecção dessas doenças ainda nos berçários. Essa detecção se processa por meio de testes realizados no sangue do recém nascido e o que se quer com o presente projeto é fazer com que os hospitais e maternidades do Estado de Santa Catarina, tanto da rede pública ou da rede privada, realize gratuitamente as provas para o diagnóstico precoce de Fenilcetonúria (FNC) e do Hipotireoidismo (HC), em todas as crianças nascidas em suas dependências.

Dessa forma pretendemos com o projeto de lei contribuir com a prevenção e informar a comunidade catarinense sobre a problemática das pessoas portadoras de deficiência, visando assim, romper qualquer forma de preconceito e reduzir as situações de risco bem como colaborar com a identificação e intervenção precoce nas deficiências.

Pelo acima exposto, considerando a relevância e a possibilidade de abrangência da matéria, contamos com o apoio dos nobres pares.

Assim, submeto à elevada consideração e apreciação de Vossas Excelências, esperando ao final o acolhimento e a aprovação da matéria.
Sala das Sessões, 21 de agosto de 2007.

Deputada Odete de Jesus
Partido Republicano Brasileiro - PRB/SC
*** X X X ***

REDAÇÕES FINAIS

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 218/07

Declara de utilidade pública a Associação de Desenvolvimento da Microbacia Rio Duas Mamas, no Município de Schroeder.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Desenvolvimento da Microbacia Rio Duas Mamas, com sede no Município de Schroeder.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 22 de agosto de 2007

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 224/07

Declara de utilidade pública a Associação Catarinense para o Desenvolvimento Tecnológico da Fruticultura Tropical - ACAFRUTA, de Itajaí.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Catarinense para o Desenvolvimento Tecnológico da Fruticultura Tropical - ACAFRUTA, com sede no Município de Itajaí.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 22 de agosto de 2007

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 327/07

Altera o art. 1º da Lei nº 13.108, de 2004, que autoriza a concessão de uso de imóvel no Município de Florianópolis.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 13.108, de 18 de outubro de 2004, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder ao Grupo de Apoio à Prevenção da AIDS - GAPA/Lar Recanto do Carinho e a Associação de Senhoras de Rotarianos de Florianópolis, pelo prazo de dez anos, o uso gratuito de um terreno com três mil novecentos e cinquenta e nove metros e trinta e um decímetros quadrados, parte de uma área maior, matriculada sob o nº 19.893, no 1º Ofício de Registro de Imóveis de Florianópolis e cadastrado sob o nº 01397, na Secretaria de Estado da Administração." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 22 de agosto de 2007

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 0029.9/2007

Insero dispositivo no Projeto de Lei Complementar nº 0029.9/2007:

Art. 1º Fica acrescido ao Projeto de Lei Complementar nº 0029.9/2007 dispositivo com a seguinte redação:

"Art. 3º Os arts. 1º e 12 da Lei Complementar nº 297, de 26 de agosto de 2005, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º

§ 1º

§ 2º

§ 3º Aplicam-se aos membros do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, no que couber, os dispositivos pertinentes a direitos, garantias, prerrogativas, vedações, regime disciplinar e forma de investidura previstos na Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, inclusive o disposto no art. 206 da Lei Complementar nº 197, de 13 de julho de 2000."

"Art. 12. Aos membros do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas e aos servidores da Procuradoria Geral junto ao Tribunal de Contas aplicam-se as revisões anuais, os reajustes e o piso de vencimento fixados, respectivamente, para os membros e os servidores do tribunal de Contas do Estado."

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI

APROVADO EM 1º TURNO

Em Sessão de 22/08/07

APROVADO EM 2º TURNO

Em Sessão de 22/08/07

JUSTIFICATIVA

A proposta segue as diretrizes do disposto no art. 130 da Constituição Federal e no art. 102 da Constituição Barriga Verde quanto aos Membros do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas e, além disso, estabelece a devida adequação da Lei Complementar 297/2005, para gerar isonomia quanto às atividades já existentes entre os servidores do Tribunal de Contas e os da Procuradoria Geral junto ao Tribunal de Contas.

Florianópolis, de julho de 2007.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 029/2007

Altera dispositivos da Lei Complementar nº 323, de 2006, que estabelece Estrutura de Carreira dos servidores da Secretaria de Estado da Saúde e adota outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º O Anexo I da Lei Complementar nº 323, de 02 de março de 2006, passa a vigorar conforme o disposto no Anexo Único desta Lei Complementar.

Art. 2º O § 3º do art. 1º e o art. 12 da Lei Complementar nº 297, de 26 de agosto de 2005, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º

§ 1º

§ 3º Aplicam-se aos membros do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, no que couber, os dispositivos pertinentes a direitos, garantias, prerrogativas, vedações, regime disciplinar e forma de investidura previstos na Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, inclusive o disposto no art. 206, da Lei Complementar nº 197, de 13 de julho de 2000.

"Art. 12. Aos membros do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas e aos servidores da Procuradoria Geral junto ao Tribunal de Contas aplicam-se as revisões anuais, os reajustes e o piso de vencimento fixados, respectivamente, para os membros e os servidores do Tribunal de Contas do Estado."

Art. 3º As despesas com a execução desta Lei Complementar correrão à conta das dotações do Orçamento Geral do Estado.

Art. 4º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 22 de agosto de 2007

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

ANEXO ÚNICO

"ANEXO I

QUADRO DE PESSOAL

(Lei Complementar nº 323, de 02 de março de 2006)

CARGO	QUANTITATIVO	COMPETÊNCIAS	QUANTITATIVO POR COMPETÊNCIA	nível INICIAL	NÍVEL FINAL
		Agente de Serviços Gerais	2284	1	4
		Copeiro	550	5	8
		Lactarista	96	5	8
		Agente em Atividades Administrativas	203	9	12

		Caldeireiro	66	9	12
		Marceneiro	25	9	12
		Carpinteiro	10	9	12
		Costureiro	56	9	12
		Cozinheiro	218	9	12
		Eletricista	118	9	12
		Encanador	66	9	12
		Jardineiro	15	9	12
		Mecânico	06	9	12
		Motorista	255	9	12
		Padeiro	17	9	12
		Pedreiro	20	9	12
TÉCNICO EM		Pintor	20	9	12
GESTÃO E		Agente de Portaria	100	9	12
PROMOÇÃO DE	16.951	Agente de Manutenção	59	9	12
SAÚDE		Auxiliar de Serviços Hospitalares e Assistenciais	926	9	12
		Atendente de Saúde Pública	460	9	12
		Agente Auxiliar de Saúde Pública	130	9	12
		Auxiliar de Enfermagem	1300	9	12
		Auxiliar de Laboratório	146	9	12
		Massagista	03	9	12
		Motorista Socorrista	115	9	12
		Rádio-Operador	42	9	12
		Técnico Auxiliar de Regulação Médica	84	9	12
		Técnico em Atividades Administrativas	1855	9	12
		Técnico em Contabilidade	28	9	12
		Técnico em Edificações	06	9	12
		Técnico em Eletricidade	10	9	12
		Técnico em Eletrônica	04	9	12
		Técnico em Informática	40	9	12
		Técnico em Manutenção de Equipamentos Médicos Hospitalares	22	9	12
		Técnico em Segurança do Trabalho	30	9	12
		Telefonista	200	9	12
		Técnico de Radiologia e Imagem	160	9	12
		Técnico em Alimentos	40	9	12
		Técnico em Enfermagem	2000	9	12
		Técnico em Fisioterapia	80	9	12
		Técnico em Imobilização Ortopédica	96	9	12
		Técnico em Higiene Dental	40	9	12
		Técnico em Instrumentação Cirúrgica	300	9	12
		Técnico em Laboratório	146	9	12
		Técnico em Nutrição	80	9	12
		Técnico em Prótese e Órtese	20	9	12
		Técnico em Radioterapia	10	9	12
		Técnico em Vigilância Sanitária	10	9	12
		Técnico em Patologia Clínica	10	9	12
		Administrador	74	13	16
		Analista de Sistemas	35	13	16
		Analista Técnico Administrativo	97	13	16
		Arquiteto	06	13	16
		Assistente Social	160	13	16
		Auditor em Saúde	30	13	16
		Bibliotecário	30	13	16
		Biólogo	05	13	16
		Bioquímico	216	13	16
		Contador	04	13	16
		Economista	30	13	16
		Enfermeiro	910	13	16
		Engenheiro	03	13	16
		Farmacêutico	120	13	16
		Fiscal Sanitarista	40	13	16
		Físico	08	13	16
		Fisioterapeuta	70	13	16
		Fonoaudiólogo	70	13	16
		Profissional de Educação Física	40	13	16
		Médico	1969	13	16
		Médico Veterinário	06	13	16
		Nutricionista	80	13	16
		Odontólogo	137	13	16
		Pedagogo	27	13	16
		Psicólogo	80	13	16
		Químico	06	13	16
		Sanitarista	51	13	16
		Terapeuta Ocupacional	70	13	16

*** X X X ***